



PROFHISTÓRIA

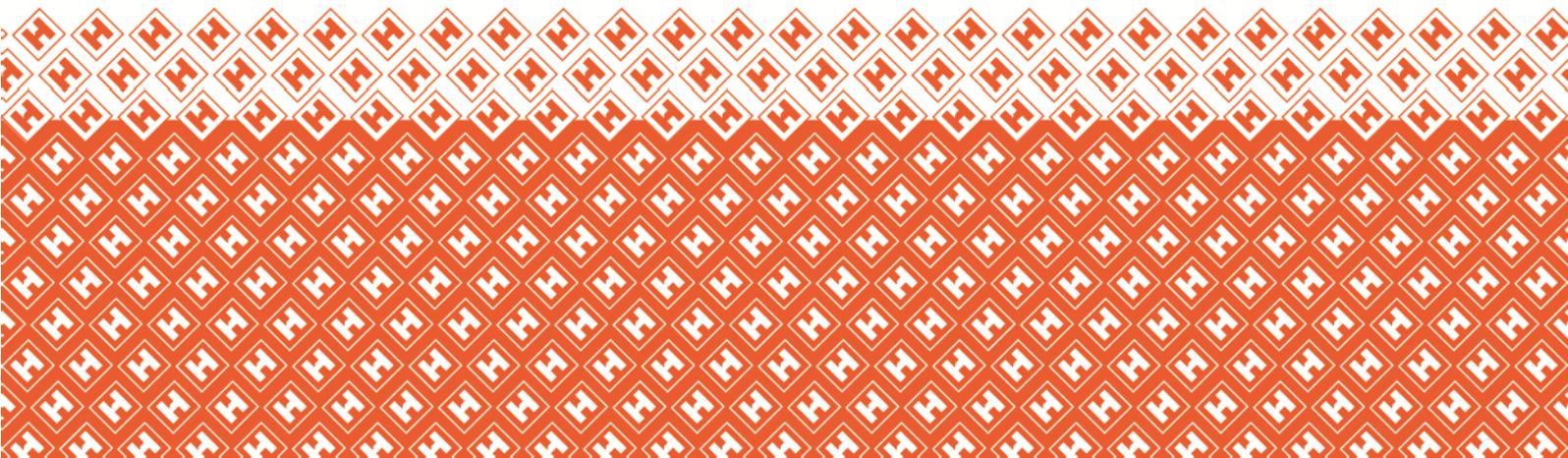
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

HÁVNER GIRÃO DE MOURA CHAGAS

**As gravuras rupestres como recurso
didático: educação patrimonial e ensino de
História no Vale do Jaguaribe, Estado do
Ceará, Brasil**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Outubro/2024



HÁVNER GIRÃO DE MOURA CHAGAS

**AS GRAVURAS RUPESTRES COMO RECURSO DIDÁTICO: EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA NO VALE DO JAGUARIBE, ESTADO
DO CEARÁ, BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Valdeci dos Santos Júnior.

MOSSORÓ

2024

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

**Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

G516g Girão de Moura Chagas, Hávner

As gravuras rupestres como recurso didático: educação patrimonial e ensino de história no vale do Jaguaribe, estado do Ceará, Brasil. / Hávner Girão de Moura Chagas. - Mossoró, RN, 2024.

146p.

Orientador(a): Prof. Dr. Valdeci dos Santos Júnior.

Dissertação (Mestrado profissional em Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História).
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História. 2. Gravuras Rupestres. 3. Educação Patrimonial. 4. Ensino de História. I. dos Santos Júnior, Valdeci. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

HÁVNER GIRÃO DE MOURA CHAGAS

**AS GRAVURAS RUPESTRES COMO RECURSO DIDÁTICO: EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA NO VALE DO JAGUARIBE, ESTADO
DO CEARÁ, BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

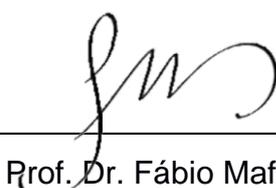
Aprovada em: 02 / 10 / 2024

Banca examinadora
VALDECI DOS
SANTOS JÚNIOR
Assinado de forma digital por
VALDECI DOS SANTOS JÚNIOR
Dados: 2024.11.03 15:38:12
-03'00'

Prof. Dr. Valdeci dos Santos Júnior (Orientador)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDRE VICTOR CAVALCANTI SEAL DA CUNHA
Data: 29/11/2024 10:42:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. André Victor Cavalcanti Seal da Cunha
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN



Prof. Dr. Fábio Mafra Borges
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Aos meus pais e minha esposa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares, em especial aos meus pais, Sra. Leonice M. Girão e o Sr. Luíz Alvino de Moura e minha esposa, Dianne Torre Chagas, que sempre me incentivaram e apoiaram.

Aos professores do ProfHistória, sempre dispostos a compartilharem conosco seus conhecimentos e experiências docente.

A todos os meus amigos, que de forma direta ou indireta me incentivaram e/ou contribuíram para a elaboração desse trabalho, seja do ponto de vista emocional ou acadêmico, em especial a quatro pessoas: o arqueólogo Agnelo Queirós, cujas conversas e trocas de ideias me despertaram *insights* importantes para o desenvolvimento dessa pesquisa; Alysson José dos Santos, pela rica parceria no Grupo de Trabalho do PGSCPA, da SECULT/Morada Nova – CE; Guilherme Lima, ex-aluno, que sempre se mostrou disponível e solícito para me auxiliar na confecção de mapas para essa pesquisa, assim como a Sivaldo Carneiro de Andrade, amigo de longa data que desde a minha graduação esteve sempre à disposição para ajudar nos estudos que venho realizando ao longo da minha trajetória acadêmica.

Ao meu orientador, professor Dr. Valdeci dos Santos Júnior, pelo apoio, paciência e os ricos ensinamentos.

E, por fim, a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as gravuras rupestres como recurso metodológico propício para fomentar experiências pedagógicas, que promovam a construção do conhecimento histórico e a compreensão da trajetória histórica dos povos originários que habitaram a região do Vale do Jaguaribe, estado do Ceará, Brasil. O estudo foi desenvolvido com base no levantamento preliminar de referenciais bibliográficos de natureza arqueológica e do campo do Ensino de História. A base teórica que orientou a leitura dessa bibliografia e o desenvolvimento da proposta didática, foi a perspectiva de uma Nova Educação Patrimonial (Gil, 2020; Scifoni, 2017; Barcelos, 2016). Na esteira dessa perspectiva teórica, as situações de ensino executadas e a sequência didática a partir delas elaborada, seguiu a abordagem das metodologias ativas baseadas em pesquisa (Oliveira, M. 2017; Silva, 2021). Os resultados indicaram que as primeiras experiências com o uso de gravuras rupestres como instrumento didático no ensino da História dos povos indígenas do Vale do Jaguaribe, mostraram-se promissoras, promovendo a aprendizagem ativa e crítica sobre patrimônio cultural, identidade e diversidade. Ao integrar educação patrimonial, ensino de História e Arqueologia, essa abordagem interdisciplinar tem potencial para desenvolver habilidades cognitivas e interpretativas nos estudantes, alinhadas às competências da BNCC para Ciências Humanas. Contudo, os resultados preliminares demonstram que essa proposta, demanda mais estudos para sua efetiva implementação e disseminação no contexto educacional.

Palavras-chave: gravuras rupestres; educação patrimonial; ensino de história.

ABSTRACT

This research aimed to analyze rock engravings as a methodological resource conducive to fostering pedagogical experiences that promote the construction of historical knowledge and an understanding of who inhabited the Jaguaribe Valley region in the state of Ceará, Brazil. The study was developed based on a preliminary survey of bibliographic references of an archaeological nature and the field of History Teaching. The theoretical framework that guided the reading of this bibliography and the development of the didactic proposal was the perspective of a New Heritage Education (Gil, 2020; Scifoni, 2017; Barcelos, 2016). In line with this theoretical perspective, the teaching situations executed and the didactic sequence developed from them followed the approach of active methodologies based on research (Oliveira, M. 2017; Silva, 2021). The results indicated that the initial experiences with the use of rock engravings as a didactic tool in teaching the history of the indigenous peoples of the Jaguaribe Valley proved promising, promoting active and critical learning about cultural heritage, identity, and diversity. By integrating heritage education, history teaching, and archaeology, this interdisciplinary approach has the potential to develop cognitive and interpretative skills in students, aligned with the competencies outlined in the BNCC for Human Sciences. However, the preliminary results demonstrate that this proposal requires further studies for its effective implementation and dissemination in the educational context.

Keywords: rock engravings, heritage education, history teaching.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. Uma persistente invisibilidade histórica refletida nos livros didáticos	13
1.2. Os sítios arqueológicos com gravuras rupestres da pesquisa	19
1.3. Contribuição dessa pesquisa para o diálogo entre o Ensino de História, Educação Patrimonial e Arqueologia	21
1.4. Espaço da pesquisa, objetivos e abordagem	22
2. CONTEXTUALIZAÇÃO E APANHADO HISTÓRICO DA ARTE RUPESTRE NO VALE DO JAGUARIBE, CEARÁ	26
2.1. Povoamento da América no período da História Pré-escrita e do território correspondente ao Ceará: uma discussão	26
2.1.1. Povos indígenas do período da História Pré-escrita no Ceará	29
2.1.2. Os povos indígenas do Ceará a partir do contato: uma discussão etno-histórica	32
2.2. A arte rupestre do Vale do Jaguaribe: tradições arqueológicas e suas primeiras notícias nos registros históricos	38
2.2.1. As gravuras rupestres jaguaribanas e suas primeiras notícias	42
2.2.2. O potencial arqueológico do Vale do Jaguaribe expresso nos relatos de cronistas e intelectuais	44
3. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: UM DIÁLOGO COM A ARQUEOLOGIA	58
3.1. Visão geral do contexto geoambiental do Vale do Jaguaribe: os sítios arqueológicos da pesquisa	58
3.1.1. Sítio Lagoa das Pedras Pintadas	62
3.1.2. Sítio Cumbe	64
3.1.3. Sítio Caraúbas	67
3.1.4. Sítio Campestre	69
3.1.5. Sítio Lagoa Ferrada	70
3.1.6. Sítio Pedro Benvindo	72
3.2. Educação Patrimonial e ensino de História	74
3.3. Arqueologia em diálogo com o ensino de História	81
4. UMA PROPOSTA DIDÁTICA PARA A UTILIZAÇÃO DA ARTE RUPESTRE DO VALE DO JAGUARIBE NO ENSINO DE HISTÓRIA	89

4.1. A arte rupestre como recurso didático.....	89
4.2. Reflexões sobre experiências com as gravuras rupestres dos sítios arqueológicos dos municípios de Morada Nova e Alto Santo, no Vale do Jaguaribe	96
4.3. Uma proposta didática.....	115
4.3.1. Primeiro encontro: patrimônio cultural como produto de seleções e exclusões	118
4.3.2. Segundo encontro: os primeiros contatos com as gravuras rupestres	119
4.3.3. Terceiro encontro: aula de campo	121
4.3.4. Quarto encontro: tratamento e análise dos dados de campo em sala de aula	122
4.3.5. Quinto encontro: produção de mapas etno-históricos.....	123
4.3.6. Sexto encontro: oficina de gravuras rupestres	124
4.3.7. Sétimo encontro: elaboração de um trabalho de divulgação da arte rupestre do Vale do Jaguaribe.....	129
5. CONSIDERAÇÕES	131
REFERÊNCIAS	136

1. INTRODUÇÃO

A História sempre foi uma paixão na minha vida, não por acaso faço dela hoje meu ofício; porém, acompanhado dessa paixão, sempre esteve a admiração e igual fascínio pela Arqueologia. Por essa razão, o estudo da cultura material de natureza arqueológica há tempos desperta meu interesse, desde os tempos da graduação, que foi concluída, inclusive, com uma pesquisa monográfica, a qual tomou como fonte, os túmulos do cemitério Nossa Senhora da Guia de Morada Nova – CE (Chagas, 2015).

Já como professor de História no município de Morada Nova, quando no ano de 2017, tive contato com a pesquisa arqueológica do professor Agnelo Fernandes Queirós (2016), acerca dos grafismos rupestres do Sítio Lagoa das Pedras Pintadas, localizado no município Alto Santo – CE, distante cerca de 80 km de Morada Nova, assim como do texto de Thomas Pompeu Sobrinho (1956), *Algumas inscrições rupestres inéditas do Estado do Ceará*, publicado na revista do Instituto Histórico do Ceará. A partir daí, comecei a ter ciência da existência de sítios arqueológicos em terras morada-novenses.

De posse dessas informações, de pronto busquei incorporar esse conhecimento na minha prática pedagógica, procurando discutir sobre os sítios nas aulas de História do primeiro ano do Ensino Médio. Dessa breve experiência, surgiu um primeiro produto, ou seja, dois pequenos trabalhos apresentados na Feira do Conhecimento¹ dos anos letivos de 2017 e 2019, intitulados, respectivamente:

- a) “Identidades silenciadas: a cultura dos povos indígenas do Ceará”;
- b) “Patrimônio arqueológico de Morada Nova – CE: os sítios arqueológicos Nossa Senhora e João Pedro do distrito do Uiraponga e sua importância socioeconômica”.

A experiência com os alunos na apresentação desses trabalhos foi positiva, revelando ser fecundo o contato dos alunos com esse tipo de documentação histórica (registros rupestres); porém, faltou mais tempo de planejamento, de maturação do pensamento e de sistematização da prática pedagógica, para que esse contato dos

¹ A Feira do Conhecimento é um evento de divulgação de trabalhos escolares, realizado em cada ano letivo, no mês de setembro, na EEEP Osmira Eduardo de Castro, de Morada Nova, CREDE-10, SEDUC-CE, instituição onde o autor dessa pesquisa é lotado como professor de História. Os trabalhos apresentados na referida feira contemplam todas as áreas de conhecimento, tais como as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Ciências da Natureza, Linguagens, Matemática e a Base Curricular Técnica. Nota do Autor.

alunos com os vestígios culturais deixados pelos indígenas pretéritos, mostrasse todo seu potencial no que se refere ao ensino da História desses povos.

A oportunidade de encontrar um espaço que me permitisse refletir sobre as potencialidades dos usos dos vestígios dos sítios arqueológicos locais, em especial as gravuras rupestres, nas aulas de História, surgiu em duas ocasiões: num primeiro momento, a partir de 2021, quando fui convidado para colaborar com o *Grupo de Trabalho do Plano de Gestão Social Compartilhada do Patrimônio Cultural Arqueológico* (PGSCPA), projeto coordenado pela Secretaria de Cultura e Turismo, do município de Morada Nova. O segundo momento, se fez valer por meio do meu ingresso, no início do ano de 2022, no Mestrado Profissional em ensino de História (ProfHistória), na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Esses dois espaços entraram em convergência em diferentes momentos da realização dessa pesquisa: o ProfHistória, como o espaço institucional e acadêmico de reflexão, sistematização e execução do presente estudo e o PGSCPA, como espaço de vivências e trocas de experiências com profissionais de outros campos do saber. Foi a partir do conhecimento produzido pela confluência desses dois lugares, ocupados por este professor/pesquisador, que em certa medida foi levado para a sala de aula, a História dos povos indígenas pretéritos que habitaram os territórios de Morada Nova e Alto Santo, municípios do Vale do Jaguaribe², por meio do estudo dos seus vestígios arqueológicos, mais especificamente da sua arte rupestre (Figura 1).

² O Vale do Jaguaribe cobre duas regiões geográficas imediatas do estado do Ceará, a Região Geográfica Imediata de Aracati (municípios de Aracati, Fortim, Itaiçaba, Jaguaruana e Icapuí) e Região Geográfica Imediata de Russas – Limoeiro de Norte (municípios de Palhano, Russas, Quixeré, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, Morada Nova, São João do Jaguaribe, Alto Santo, Jaguaribara, Jaguaretama, Potiretama, Iracema, Jaguaribe, Pereiro e Ererê) (IBGE, 2017).

Figura 1 – Mapa da região apresentada e localização dos sítios até então identificados.



Fonte: IBGE (2020); CPRM (0214), elaborado por Rafael Alves Moreira Nascimento.

1.1. Uma persistente invisibilidade histórica refletida nos livros didáticos

Desde o início da aplicação das políticas afirmativas de inclusão da História dos povos indígenas nos currículos escolares, como as previstas pela Lei nº 11.645/2008, a qual prevê que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (BRASIL, 2008), são notáveis alguns avanços quanto a presença e participação dos povos indígenas na História do Brasil.

Por outro lado, mesmo depois da implantação da lei 11.645/2008, Souza e Sampaio (2018) ainda identificam pouco espaço nos livros didáticos dedicados à história indígena, além da insistente permanência de uma visão eurocêntrica e estereotipada acerca da História e cultura das populações nativas: o estereótipo do selvagem indolente.

Desse modo, não obstante a inclusão com mais afinco da História indígena na escola e no material didático para além da História europeia, ainda é perceptível a

prevalência de alguns grupos indígenas em detrimento de outros, como é caso dos povos tupi-guarani, que se espalharam pelo território brasileiro, a partir da região da bacia do rio Amazonas.

Apenas uma análise qualitativa do conteúdo de dois exemplares de livros didáticos³ disponibilizados pelo Plano Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)⁴, dos últimos 5 anos, sugere que embora demonstrem mudanças nas narrativas dos livros escolares quanto a relevância da História indígena e suas contribuições para a formação do povo brasileiro, ainda carecem de avanços quanto a abrangência da diversidade cultural e étnica das populações originárias do Brasil.

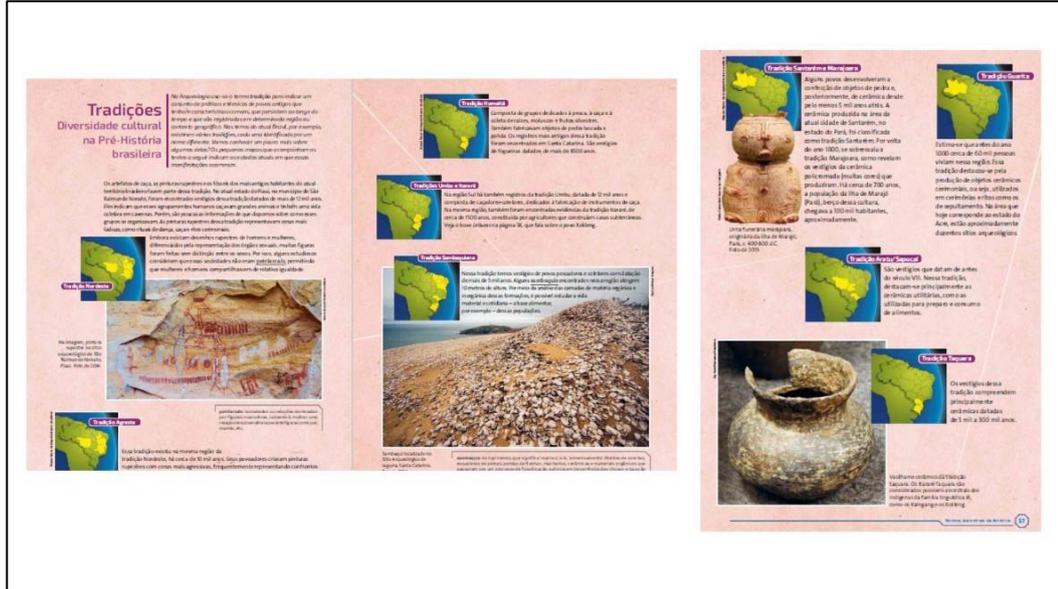
Para embasar essa pequena análise foram tomados como amostragem dois títulos, um do PNLD 2017 e outro do PNLD 2019, este, já sob os moldes do Novo Ensino Médio. O primeiro, intitulado *Olhares da História: Brasil e Mundo* (Vicentino; Vicentino, 2016) reserva tópicos em dois capítulos para falar de culturas arqueológicas relacionadas a populações indígenas antigas, como a Marajoara e Sambaquis, assim como a respeito dos povos de culturas tupis-guaranis, seus hábitos, tipo de agricultura e sua expansão pelo litoral brasileiro, conforme as Figuras 2 e 3.

³ O livro didático é entendido como um objeto cultural complexo, com possibilidades de abordagens voltadas para análise de conteúdo, enfoque este dado ao material didático analisado nessa pesquisa (Choppin, 2004). Contudo, pesquisadores como Silva, J. (2011) alertam para pensar o estudo do livro didático de História como fonte de pesquisa histórica, considerando suas práticas de leitura, ou seja, a maneira como alunos e professores realizam a leitura e interpretação dos seus conteúdos.

Além disso, ao compreendermos o manual didático como produto cultural de uma determinada época, trazemos à tona suas particularidades intrínsecas ao contexto histórico em que foi produzido. Segundo Salles (2011), o livro didático revela como a sociedade do período de sua elaboração percebia questões ligadas à educação, leitura e escrita. Esse aspecto torna o livro didático não apenas uma ferramenta de ensino, mas também uma fonte valiosa para se investigar a História da Educação e o pensamento intelectual de determinada época, em consonância com os princípios da Nova História Cultural. Para aprofundamentos nesse debate ver: “O livro didático como objeto e fonte de pesquisa histórica e educacional” (Salles, 2011); “Livro didático como documento histórico: possibilidades, questões e limites de abordagem” (Silva, J., 2011); “História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte” (Choppin, 2004).

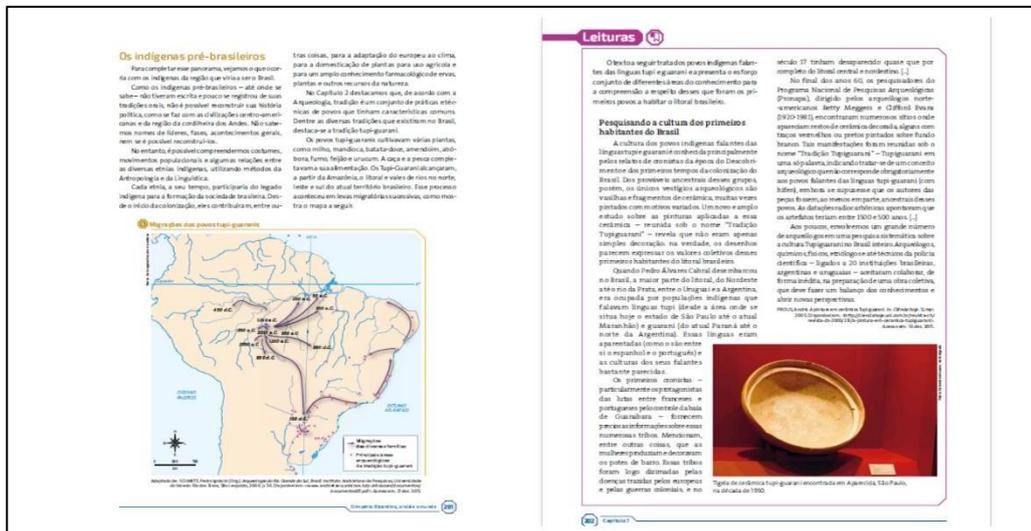
⁴ Programa do Ministério da Educação (MEC), subsidiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que tem como objetivo avaliar e disponibilizar obras didáticas, literárias, pedagógicas e demais matérias de apoio à prática educacional às escolas públicas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas de educação básica do Brasil, tanto a nível federal, distrital, estadual e municipal (Brasil. Ministério da Educação, s/d).

Figura 2 – Páginas da obra *Olhares da História: Brasil e Mundo*, que contém um infográfico explicando as diferentes tradições arqueológicas do Brasil.



Fonte: Vicentino e Vicentino (2016, p. 55-57).

Figura 3 – Páginas da obra *Olhares da História: Brasil e Mundo*, com textos didáticos sobre os povos tupi-guarani e sua expansão pelo Brasil.



Fonte: Vicentino e Vicentino (2016, p. 201-202).

O segundo, intitulado *Identidade em ação: transformações da natureza e impactos socioambientais* (Karnal et al, 2020), reserva tópicos do seu segundo capítulo, para discutir, na mesma linha narrativa da primeira obra citada, sobre os

povos indígenas do período da História Pré-escrita⁵ que habitaram o território que hoje corresponde ao Brasil, também com a preocupação de destacar as contribuições sociais e culturais desses povos para a formação da sociedade brasileira, como demonstrado na Figura 4.

Figura 4 – Páginas da obra *Identidade em ação: transformações da natureza e impactos socioambientais*, reservadas aos povos indígenas pré-coloniais do Brasil.



Fonte: Karnal et al (2020, p. 44-46).

Embora se possa reconhecer o avanço da obra de Vicentino e Vicentino (2016) ao disponibilizar para os alunos um infográfico explicando de forma sucinta as principais culturas arqueológicas do Brasil, oferecendo um bom recurso para o professor explorar melhor, a partir de outros materiais, essas diferentes tradições da História Pré-escrita brasileira, não reserva um capítulo completo para aprofundar as discussões sobre essa diversidade. O capítulo, cujo tema central é a chegada dos primeiros seres humanos à América, se encerra e não há uma sequência que

⁵ O termo História Pré-escrita substitui aqui o período histórico comumente denominado de “Pré-História” ou “Pré-colonial”, visto que este possui conotação eurocêntrica e bastante atrelada à tradição historiográfica oitocentista, na medida em que alguns historiadores desse período concebiam os povos ditos “pré-históricos” como, “primitivos”, “bárbaros”, “desprovidos de cultura” e, portanto, sem História, em razão de que ainda não possuíam o domínio do código escrito. Segundo essa visão histórica etnocêntrica europeia, apenas a partir do advento dos primeiros sistemas de escrita, a humanidade teria entrado em sua fase histórica e em direção à civilização. Sobre essa discussão ver Aragão, Andrade e Nascimento (2021).

aprofunde a variedade e as particularidades das diferentes culturas materiais regionais dos povos indígenas pretéritos nacionais.

O mesmo ocorre com o livro de Karnal *et al* (2020), que mesmo tratando de tradições ceramistas do período da História Pré-escrita, como Marajoara e Santarém, destacando-as como as principais do país, assim como tipos de assentamentos humanos, como os Sambaquis, comuns no litoral brasileiro, não explora outras manifestações da cultura indígena pretérita, como a arte rupestre. Nas obras analisadas, não há menções às diferentes tradições relacionadas às pinturas e gravuras rupestres existentes no Brasil.

Quando tratou de grupos etnolinguísticos do período da História Pré-escrita, Vicentino e Vicentino (2016), reforçaram a importância dessas populações para a formação do que viria a ser o Brasil, desde o início da colonização quando ajudaram os europeus a se adaptarem ao território brasileiro:

Cada etnia, a seu tempo, participaria do legado indígena para a formação da sociedade brasileira. Desde o início da colonização, eles contribuíram, entre outras coisas, para a adaptação do europeu ao clima, para a domesticação de plantas para uso agrícola e para um amplo conhecimento farmacológico de ervas, plantas e outros recursos da natureza (Vicentino; Vicentino, 2016, p. 201).

No entanto, reservaram o curto espaço destinado aos povos *indígenas pré-brasileiros*, como assim os denominaram, apenas aos povos do grupo tupi-guarani, sua cultura e expansão para diferentes regiões do Brasil, como para extensa faixa litorânea do país. Não obstante, a importância histórica desses povos, os autores mencionados poderiam ter dedicado mais algumas páginas a outros grupos etnolinguísticos, como as populações indígenas dos sertões, denominados pejorativamente pelo colonizador, de índios tapuia, os quais tiveram o mesmo grau de importância na formação cultural e histórica do atual povo brasileiro.

Nesse sentido, parece que, em certa medida, a História dos povos indígenas continua sendo considerada como um tipo de apêndice da História dos povos europeus que conquistaram o território que hoje chamamos de Brasil. Aos indígenas foi por muito tempo reservado o status de povos sem História. Como fica expresso nas obras didáticas dos últimos anos, essa realidade pode estar em franco processo de mudança, mas necessitando ainda de avanços mais significativos.

O desenvolvimento das pesquisas, em várias áreas e campos de conhecimento como na Antropologia, História e Arqueologia por exemplo, assim como os avanços e conquistas em direitos, proporcionados pela luta dos povos indígenas contemporâneos organizados, contribuíram para entendermos que os autóctones do Brasil não começaram sua História apenas com a chegada dos colonizadores, mas sim que remete a períodos bem mais remotos. Portanto, essa História precisa estar mais bem representada nos materiais didáticos.

Em resumo, fica demonstrado que essas obras didáticas não contemplam toda a diversidade regional dos povos indígenas que habitaram os diversos recantos dos sertões brasileiros, como, por exemplo, as populações indígenas habitantes do interior do Ceará. Por essa razão, a necessidade de pesquisas que contribuam para enriquecer os estudos sobre os povos indígenas dos sertões do Nordeste brasileiro, dentre esses, os povos indígenas pretéritos do Vale do Jaguaribe, além de que contribuam para o desenvolvimento de métodos e estratégias que auxiliem os professores da educação básica durante o processo de ensino da trajetória histórica desses povos.

Levando em consideração essa discussão acerca dos livros didáticos, parece persistir uma velada negação da ativa participação indígena na História do Brasil e em especial, do estado do Ceará. Brito (2010) aponta que a ausência de reivindicação de identidade indígena e de demarcação de territórios ancestrais, na região do Vale do Jaguaribe, é indício do apagamento histórico da presença indígena da referida região. A autora se questiona como esse silenciamento acerca do passado indígena do Vale do Jaguaribe afetou a construção, ao longo do tempo, da memória e da identidade da sociedade jaguaribana, quanto a presença indígena pretérita na região.

Em boa medida, é por questões como essas que se pode inferir, que os povos indígenas da região do Vale do Jaguaribe, sofreram, ao longo do tempo, um processo sistemático de apagamento de sua memória. Durante o século XIX no Ceará e em outras províncias do Brasil, foi estabelecida a ocorrência de um processo de “desaparecimento” dos povos indígenas, sobretudo entre os anos de 1850 e 1880. Essa versão do “desaparecimento” foi disseminada pelo Estado e legitimada pela História oficial, a qual declarou estarem as populações nativas em franco processo de extinção, para atender interesses de elites latifundiárias e os interesses do Estado nacional (Leite Neto, 2006).

Como se vê, em virtude do processo de apagamento e invisibilidade da presença indígena, um passado étnico indígena, para a maioria dos cearenses, e conseqüentemente dos alunos das escolas de educação básica, não tem uma presença marcante, visto que os indígenas são tidos como pertencentes a um passado longínquo, com pouca ou nenhuma relação de pertença identitária.

1.2. Os sítios arqueológicos com gravuras rupestres da pesquisa

Os sítios arqueológicos abordados nessa pesquisa (Sítios Lagoa das Pedras Pintadas, Cumbe, Caraúbas, Campestre, Lagoa Ferrada e Pedro Benvindo) estão localizados nos municípios de Alto Santo e Morada Nova, situados no Vale do Jaguaribe, região localizada na porção leste do estado do Ceará.

Esse território, situado na grande Depressão Sertaneja, é parte da maior bacia hidrográfica do Estado, a do Jaguaribe, na qual se destacam as sub-bacias dos Rios Banabuiú, Salgado, Figueiredo, Alto, Baixo e Médio Jaguaribe. Nessas sub-bacias há uma série de grandes e médios riachos descontínuos ao longo do ano, que compõem a paisagem dessa região (Queirós, 2016).

Esses são os sítios de onde foram selecionadas as gravuras rupestres convertidas em recurso didático durante o desenvolvimento dessa pesquisa e que serão apresentados com mais detalhes no terceiro capítulo desse trabalho. A escolha dos referidos sítios se deve a grande diversidade e disponibilidade de grafismos em seus acervos, assim como pela acessibilidade, pois, no caso dos de Morada Nova, ficam próximos a sede urbana do município.

A escolha do sítio de Alto Santo se justifica não apenas pela riqueza de seus registros gráficos, mas também pelo fato de já ter sido objeto do estudo dissertativo de Queirós (2016). Além disso, esses sítios arqueológicos integram dois projetos desenvolvidos na região: o PGSCPA e o projeto *Arqueologia e Patrimônio do Vale do Jaguaribe, Ceará* (Queirós; Lage, 2021), os quais contam com a colaboração deste professor e pesquisador.

A opção pela arte rupestre se deve em grande medida, por ser o vestígio arqueológico em maior abundância nos sítios da região em apreço. Quanto a tipologia,

a escolha das gravuras em detrimento das pinturas rupestres, está relacionada com a predominância nesses sítios de registros rupestres gravados em relação aos pintados.

Do ponto de vista da Arqueologia, os registros rupestres são classificados em várias categorias, dentre elas a classificação entre gravuras e pinturas rupestres. Essa divisão toma como base a técnica empregada por seus autores para realizar o registro no suporte rochoso: nas pinturas eram usados pigmentos de origem mineral e vegetal, enquanto nas gravuras os indivíduos empregavam rochas como percutores para elaborar seus grafismos (Santos Júnior, 2022, a). Essa questão será mais bem discutida nos capítulos que seguem.

É importante frisar ainda, que os vestígios desses sítios, sobretudo os grafismos rupestres, ainda não possuem uma cronologia bem definida, em grande medida por não haver na região, estudos e datações suficientes que tornem possível determinar com precisão a qual período histórico pertencem esses registros⁶.

Por essa razão, quanto ao período histórico contemplado por essa pesquisa, foi convencionado que esse estudo pode estar tratando de registros rupestres elaborados por povos indígenas pretéritos⁷ (ou dizendo de outra forma, povos indígenas do período da História Pré-Escrita) e da época do contato. Os sítios arqueológicos selecionados podem ser produto de diversos processos de ocupações ao longo das épocas que antecederam à chegada dos colonizadores, assim como também de tempos contemporâneos ao avanço da colonização europeia pelos sertões semiáridos do Ceará.

⁶ No contexto brasileiro, especialmente no Ceará, a obtenção de datações para gravuras rupestres enfrenta diversos desafios. Entre os principais obstáculos está a falta de pesquisas e de pesquisadores dedicados a estudar cronologicamente esses sítios. Além disso, a escassez de recursos financeiros destinados a pesquisas científicas nessa área também representa um entrave significativo para o avanço de estudos que possibilitem a obtenção de datações mais abundantes e precisas para as gravuras rupestres do Nordeste do Brasil. Embora algumas datações diretas já tenham sido realizadas pelo método de microerosão em sítios do Rio Grande do Norte (variando entre 5040 +198/-119 AP e 476 AP) (Oliveira, D.; Santos Júnior, 2019), as lacunas cronológicas ainda são grandes, especialmente no que se refere aos registros rupestres gravados no estado do Ceará, devido, em grande medida, aos obstáculos já mencionados.

⁷ É importante frisar que o emprego do termo indígena para designar populações pretéritas que possam remeter a períodos tão distantes quanto 6 mil AP, não é um problema conceitual. Santos Júnior (2020) assinala, que o termo indígena tem como significado, “natural do lugar onde se habita”, isto é, trata-se de uma população nativa daquele lugar. Conforme o referido autor, é comum haver uma confusão entre as palavras índio e indígena, em que a primeira significa “habitante da Índia”, termo dado aos povos nativos da América pelos colonizadores europeus na época das invasões. Portanto, a partir das proposições de Santos Júnior (2020), não há problema em denominar os povos pré-coloniais, até aqueles que habitaram o território do Vale do Jaguaribe cerca de 6 ou 5 mil AP, de indígenas. O que não se pode fazer é tentar atribuir a esses povos, categorizações étnicas.

Em outras palavras, em termos cronológicos, pode-se considerar que a delimitação temporal dos registros rupestres no Nordeste brasileiro está numa faixa de tempo entre cerca de 12 mil AP com o início da Tradição Nordeste na Serra da Capivara, no Piauí (Martin, 2013) até o final do século XVII (Santos Júnior, 2008, a). Portanto, não sendo possível determinar com exatidão de qual período histórico são os autores dos registros rupestres no Vale do Jaguaribe, se convencionou denominá-los, nessa pesquisa, de povos indígenas pretéritos ou povos originários pretéritos.

1.3. Contribuição dessa pesquisa para o diálogo entre o Ensino de História, Educação Patrimonial e Arqueologia

Em relação aos estudos nesse campo de investigação, Ensino de História em diálogo com a Arqueologia e Educação Patrimonial, ainda são escassos. Consultas realizadas⁸ no banco de dissertações do ProfHistória, revelaram que pesquisas envolvendo o ensino de História, abordando especificamente o emprego da arte rupestre em sala de aula são raros, contabilizando apenas 1 trabalho, realizado por Castro (2019).

Outra dissertação, desenvolvida por Nascimento Júnior (2022), também oriunda do ProfHistória, aborda o uso do Patrimônio Arqueológico no ensino de História, contemplando vários tipos de registros, desde arte rupestre (pinturas e gravuras) a instrumentos líticos, mas sem se ater em específico aos registros rupestres.

Consultas em outros portais, como dos anais do VI Congresso Internacional de História de Maringá, realizado em 2017, e no repositório EduCapes, foram localizados mais dois trabalhos em formato de artigos, desenvolvidos por Araki *et al.* (2017) e Pereira (2019), que versam sobre relatos de experiência com o uso da arte rupestre nas aulas de História em turmas do 6º ano do Ensino Fundamental. Ademais, a

⁸ As consultas em todos os repositórios e bancos de dissertações citados nessa pesquisa, foram realizadas com filtro “por assunto” e a partir dos termos: Ensino de História em diálogo com a Arqueologia; Arte rupestre e Ensino de História; Gravuras rupestres e Ensino de História; Arte rupestre e Arqueologia no Ensino de História do ensino médio. Nota do autor.

pesquisa nesses portais não revelou a ocorrência de investigações que realizaram esse tipo de estudo com alunos do Ensino Médio.

Quanto às pesquisas que abordam o emprego apenas de gravuras rupestres como recurso didático em aulas de História, pode-se considerar até o momento, inexistentes. Em nenhum dos repositórios já mencionados foram localizados trabalhos que abordam somente o uso de gravuras rupestres em aulas de História, em qualquer nível da educação básica, sendo, portanto, o estudo aqui proposto, possivelmente inédito no campo do Ensino de História.

Dessa forma, a importância dessa pesquisa se torna significativa, haja vista, que ela pode contribuir, sem pretender esgotar as discussões, para expandir as reflexões sobre a ampliação dos recursos didáticos no ensino de História regional e seu diálogo com a Arqueologia e a Educação Patrimonial.

1.4. Espaço da pesquisa, objetivos e abordagem

Partindo dessas discussões, é notável as potencialidades do diálogo entre o Ensino de História, a Educação Patrimonial e a Arqueologia e como a conversa entre essas áreas do conhecimento pode ser um caminho para o desenvolvimento de estratégias que aproximem os alunos da História dos povos indígenas que um dia habitaram o território jaguaribano, por meio do uso da arte rupestre existente nos sítios arqueológicos identificados nos municípios de Morada Nova e Alto Santo, como recursos didáticos, para estudo da História dos povos que habitaram a região.

Nesse sentido, a partir desse diálogo, a pesquisa levantou a seguinte problemática: Como os registros rupestres dos sítios arqueológicos desses municípios podem ser pensados como recursos suscetíveis a oferecer experiências pedagógicas que fomentem a construção de conhecimento histórico escolar, para o ensino da História e cultura dos povos indígenas pretéritos da região?

Tomando essa problemática como ponto de partida, essa pesquisa teve como objetivo analisar a arte rupestre, em especial as gravuras rupestres, como recurso propício para fomentar experiências pedagógicas que promovam a construção do conhecimento histórico e a compreensão da trajetória histórica dos povos originários

que habitaram essa região do estado no passado pré-colonial e no período do contato, bem como de sua contribuição ativa na formação cultural da sociedade cearense do presente.

Além disso, se tem em vista o conhecimento sobre a história e os direitos culturais dos povos indígenas, de forma que os alunos e alunas possam também se entender em outras histórias, não contadas pela educação formal, como partes constitutivas de identidades e do seu território na direção do respeito pelas ancestralidades, combatendo o racismo e preconceitos na diversidade cultural do Brasil e do mundo.

Como resultado da conexão sugerida entre Arqueologia, Educação Patrimonial e História, este estudo elaborou uma proposta de sequência didática. Este produto pedagógico foi construído a partir de reflexões e considerações geradas pelas experiências didáticas executadas, utilizando as gravuras rupestres dos sítios arqueológicos mencionados como principal recurso didático. Desenvolvida por este professor e pesquisador em sala de aula, a sequência busca integrar esses elementos de maneira a enriquecer o ensino e promover uma compreensão mais profunda e contextualizada da história dos povos originários pretéritos da região e do patrimônio cultural por eles legados.

A proposta teve como base prática a Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) Osmira Eduardo de Castro⁹, de Morada Nova. A escola, inaugurada em agosto de 2011, atende alunos do município, tanto dos distritos como da sede, assim como de estudantes de municípios vizinhos.

As experiências didáticas desenvolvidas para essa pesquisa e que contribuíram para gerar a proposta de sequência didática, foram executadas em turmas dos primeiros anos do Ensino Médio técnico integrado: o primeiro ano do Curso Técnico em Administração e o primeiro ano do Curso Técnico em Informática do ano letivo de 2023, bem como o primeiro ano do Curso Técnico em Administração do ano letivo de

⁹ As Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) são resultado de uma política do Estado do Ceará de implementação e disseminação do Ensino Médio integrado à educação profissional. O projeto teve início em 2008, com 25 escolas implementadas em 20 municípios do Estado, com oferta de quatro cursos técnicos iniciais: Informática, Enfermagem, Guia de Turismo e Segurança do Trabalho. Hoje, são mais de 119 escolas em mais de 95 municípios, ofertando mais de 52 cursos de formação técnica, abertos de acordo com as demandas socioeconômicas de cada região do Estado (Ceará, Secretaria da Educação, s/d).

2024. As turmas são compostas por 45 alunos (as) cada, com média de idade entre 15 e 16 anos. As razões pelas quais essas turmas em específico foram escolhidas será discutido no capítulo 4.

A base teórica que orientou a leitura dessa bibliografia e o desenvolvimento da proposta didática foi a perspectiva de uma Nova Educação Patrimonial (Gil, 2020; Scifoni, 2017; Barcelos, 2016). Esta perspectiva postula que o patrimônio cultural em sala de aula deve ser concebido como uma referência cultural¹⁰, e não apenas como um monumento dotado de valor intrínseco. Além disso, essa concepção reconhece que as relações de poder, a trajetória histórica e as escolhas da sociedade que produziu esses referenciais determinam o que será esquecido e o que será preservado como marco de suas memórias. Por essa razão, o eixo condutor da Educação Patrimonial deve ser não os objetos culturais em si, mas as relações entre estes e os sujeitos sociais que os produziram.

Essa proposta teórica e metodológica consiste na ideia de que os alunos são os protagonistas do processo de ensino e aprendizagem, em que participam de atividades desenvolvidas a partir de situações problema, as quais podem ser resolvidas por meio de pesquisas bibliográficas, tendo em vista a interpretação e compreensão de fontes primárias.

Em suma, os resultados das pesquisas bibliográficas e das discussões e *insights* sobre as experiências didáticas propostas se desdobraram em três capítulos, organizados entre a segunda e quarta seções desse trabalho.

O segundo, intitulado *Contextualização e apanhado histórico da arte rupestre no Vale do Jaguaribe, Ceará*, aborda o panorama das discussões sobre o povoamento pré-histórico da América, com uma análise da literatura sobre os movimentos migratórios das antigas populações indígenas no Ceará. Examina autores que abordam a Etno-história dos povos indígenas cearenses durante o período colonial. Em seguida, apresenta o conceito de Tradição Rupestre no Nordeste do Brasil para contextualizar a Arte Rupestre do Vale do Jaguaribe. Por fim, discute registros

¹⁰ Referência cultural é um termo que designa um conjunto de bens culturais, de ordem material e imaterial, que se configuram como um marco identitário de determinada sociedade, os quais, podem remeter às paisagens, edificações, aos objetos, aos fazeres, saberes, crenças e hábitos dos sujeitos que compõem essa coletividade. Partindo dessa premissa, os objetos culturais que marcam a identidade não possuem um sentido e um valor intrínsecos, mas são atribuídos de significado e valor pelos sujeitos produtores e portadores desses bens (Londres, 2003).

históricos de cronistas, da Missão Científica Imperial (1859-1861) e de intelectuais cearenses, traçando uma linha do tempo das primeiras referências à Arte Rupestre no Ceará. Este diálogo buscou destacar o potencial arqueológico da região e a importância de políticas de proteção patrimonial para preservar os sítios de arte rupestre.

No terceiro capítulo intitulado, *Educação Patrimonial e ensino de História: um diálogo com a arqueologia*, foi realizada a apresentação dos sítios arqueológicos do Vale do Jaguaribe e discussões sobre a relação entre Educação Patrimonial, Arqueologia e Ensino de História. Foi destacada como a integração da Educação Patrimonial com a Arqueologia pode enriquecer a compreensão histórica dos alunos.

A abordagem interdisciplinar foi enfatizada para promover uma educação mais contextualizada e significativa, além de fomentar a preservação do patrimônio cultural.

Já o capítulo quatro, *Uma proposta didática para a utilização da arte rupestre do Vale do Jaguaribe no ensino de História*, teve o objetivo de apresentar uma proposta de sequência didática que utiliza gravuras rupestres de sítios arqueológicos do Vale do Jaguaribe como recurso pedagógico nas aulas de História, focando nos povos indígenas que habitaram a região. A proposta dialogou com a literatura sobre o uso de pinturas rupestres no ensino fundamental e estudos sobre as técnicas de execução dessas gravuras, visando elaborar intervenções didáticas que explorem as gravuras como ferramentas essenciais no ensino da história indígena local.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO E APANHADO HISTÓRICO DA ARTE RUPESTRE NO VALE DO JAGUARIBE, CEARÁ.

Este capítulo se destina a fornecer um panorama abrangente das discussões relacionadas ao povoamento pré-histórico da América. Foi incluída uma análise concisa da literatura que aborda os movimentos migratórios das antigas populações indígenas que habitaram o que hoje é o território cearense. Além disso, foram examinados autores que buscaram estabelecer níveis de compreensão da Etno-história dos povos indígenas que viveram no Ceará durante o período colonial.

Em seguida, será apresentada uma breve explicação sobre o conceito de Tradição Rupestre para a Região Nordeste do Brasil, a fim de contextualizar a Arte Rupestre encontrada no Vale do Jaguaribe. Por fim, serão discutidas as informações registradas por cronistas, pela Missão Científica Imperial (1859-1861) e por intelectuais cearenses, com o objetivo de traçar uma linha do tempo das primeiras referências à Arte Rupestre no Ceará, especialmente na região do Vale do Jaguaribe. Este diálogo com os registros históricos visa destacar o potencial arqueológico da região e enfatizar a importância de políticas de proteção patrimonial para preservar os sítios de arte rupestre daquela área.

2.1. Povoamento da América durante o período da História Pré-escrita e do território correspondente ao Ceará: uma discussão

Os povos indígenas pretéritos do Ceará, procedem de um milenar processo de dispersão das correntes migratórias dos primeiros povoadores das Américas, que se diversificaram ao longo do tempo, nos diversos grupos étnico-linguísticos catalogados na região (Pompeu Sobrinho, 1955).

No entanto, os estudos que foram desenvolvidos nas últimas décadas com o objetivo de explicar o povoamento das Américas, sua antiguidade, a origem dos primeiros habitantes e as rotas percorridas para chegar ao continente americano ainda são objeto de intenso debate. Esse debate continua a se expandir à medida que novas

evidências e questões são levantadas sobre a chegada dos povos antepassados dos ameríndios ao Novo Mundo.

Os primeiros esforços para alcançar as respostas que lançaram luz ao problema do povoamento das Américas propuseram, a partir da análise de vestígios encontrados em um sítio arqueológico, localizado na cidade de Clóvis¹¹, Novo México, Estados Unidos da América, uma data das primeiras vagas dos primitivos povoadores, estimada em 12 mil anos AP (Antes do Presente). Esses colonos teriam percorrido uma rota terrestre por meio do Estreito de Bering. Entre 35 mil e 12 mil anos AP, glaciações, por períodos intermitentes, teriam baixado em 50m o nível do mar, fazendo emergir uma faixa de terra (Beríngia onde hoje se localiza o Estreito de Bering) que teriam permitido o traslado de seres humanos, via terrestre, entre o Nordeste da Ásia e o Noroeste da América do Norte.

Diante disso, é predominantemente aceita entre a comunidade de arqueólogos, a hipótese de um primeiro povoamento, via Beríngia, de populações humanas vindas da Sibéria e que teria, ao longo dos milênios, se irradiado em direção ao cone sul do continente. Porém, há controvérsias quanto a rota ter sido unicamente terrestre, havendo alguns especialistas que consideram a possibilidade de entrada no continente através da navegação por cabotagem¹².

No entanto, não há consenso a respeito dessas hipóteses. Por muitas décadas se aceitava que os vestígios mais antigos das Américas eram os de Clóvis, 12 mil anos, porém, alguns arqueólogos afirmam ter sítios com datações mais antigas, como as obtidas na Serra da Capivara, sudeste do Piauí, pela equipe da arqueóloga Niède Guidon, reivindicando as datas mais antigas de vestígios arqueológicos das Américas. As pesquisas da professora Niède lançam dúvidas sobre a hipótese do povoamento da América do Norte ter sido anterior à ocupação da América do Sul (Cunha, 1992).

¹¹ Os vestígios encontrados no sítio arqueológico localizado na cidade de Clóvis, foram considerados já na época de sua descoberta, na década de 1930, os registros arqueológicos mais antigos das Américas. Com a popularização da datação por carbono quatorze, durante a década de 1960, as datas dos registros da cultura Clóvis foram estimadas entre 11 e 11,5 mil anos AP. Essas evidências foram a base para a elaboração do modelo teórico Clóvis-primeiro, segundo o qual apenas uma onda migratória, que teria cruzado o estreito de Bering, seria a matriz de todas as populações e culturas arqueológicas ameríndias das Américas. Desde a consolidação do modelo Clóvis-primeiro, os registros associados aos sítios da região de Clóvis, Novo México, Estados Unidos, ficaram conhecidos como cultura Clóvis (Dias, 2019).

¹² Cabotagem se refere a um tipo de navegação realizada entre “cabos”, isto é, as embarcações não perdem a terra costeira de vista. Nota do autor.

Walter Neves et al (1997) avançaram na compreensão do povoamento das Américas, especialmente em relação aos primeiros povos que desbravaram as terras americanas. Por meio da análise de dados estatísticos e craniométricos, de remanescentes ósseos de humanos sul-americanos com datações variando entre centenas de anos até 11,6 mil anos AP, os pesquisadores constataram que o padrão morfológico craniano das populações sul-americanas conhecidas arqueologicamente como antepassados dos ameríndios não correspondia ao padrão das populações mongoloides do Nordeste asiático (Sibéria), local de onde se acreditava que os primeiros que atravessaram o Estreito de Bering se originaram. Essas descobertas questionam o Modelo das Três Migrações, que sugere apenas três estoques populacionais, vindos da Sibéria, com homogeneidade morfológica, linguística e genética, que teriam dado início ao povoamento da América há cerca de 12 mil anos AP.

Com base na análise dos dados mencionados, Walter Neves e sua equipe (1997) propõem que o povoamento da América não tenha começado com a chegada de morfologia mongoloide há 12 mil anos AP; em vez disso, eles argumentam que a migração inicial ocorreu por meio de levas populacionais com padrões morfológicos mais próximos de grupos australoides e africanos, em períodos anteriores à entrada das ondas migratórias marcadamente mongoloides.

No entanto, um estudo publicado na revista científica *Science* em novembro de 2018 (Moreno-Mayar et al, 2018) sugere a necessidade de revisão do modelo proposto por Walter Neves e equipe (1997). Esse modelo, defende uma presença humana na América do Sul com morfologia australoide anterior à dispersão dos paleoameríndios descendentes de siberianos e asiáticas com morfologia mongoloide. As análises foram realizadas a partir de amostragem obtidas de DNA extraído de remanescentes ósseos humanos de indivíduos pertencentes a populações localizadas desde o Alasca até a Patagônia, incluindo indivíduos de Lagoa Santa, Minas Gerais, Brasil. O estudo indica que as populações de Lagoa Santa, conhecidas como povos de Luzia¹³, tem mais afinidades genéticas com grupos ameríndios

¹³ Crânio fóssil, escavado na década de 1970, em Lagoa Santa – MG, pela missão científica franco-brasileira, datado em cerca de 11,5 mil anos, sendo por isso considerado um dos fósseis seres humanos mais antigos da América. Luzia foi assim batizada pelo pesquisador Walter Neves, em alusão à Lucy, fóssil de um *Australopithecus afarensis* de cerca de 3,2 milhões de anos, escavado na África, na década de 1970, considerado um dos ancestrais mais antigos da linhagem humana (Santos; Gaspar Neto, 2009).

relacionados à cultura Clóvis, sugerindo que as diversas levas migratórias para América do Sul têm procedência de nativos ameríndios da América do Norte e Mesoamérica. Os resultados publicados na revista *Science* são preliminares, afinal muitas lacunas ainda precisam ser preenchidas com mais evidências e pesquisas.

A discussão é extensa e complexa, portanto, não sendo objeto de investigação da presente pesquisa, teve apenas o objetivo de trazer uma visão panorâmica dos estudos que buscam esclarecer os mistérios do povoamento da América, contribuindo para projetar em nossa investigação, um quadro geral das possíveis origens dos primeiros povoadores e dos povos indígenas antigos que habitaram o território que corresponde ao Ceará e conseqüentemente do Vale do Jaguaribe.

2.1.1. Povos indígenas do período da História Pré-escrita no Ceará

Os primeiros humanos a desbravarem as terras do atual território do Nordeste brasileiro são, de acordo com os dados disponíveis até o momento, de ascendência de populações com morfologia mongólica. Existiria, portanto, uma certa homogeneidade, do ponto de vista somático, entre as diferentes populações pretéritas brasileiras, denotando que os povos antigos sul-americanos teriam uma origem em comum: grupos humanos que atravessaram Bering, oriundos da Ásia Oriental. As datações para a chegada humana na América do Sul aceitas entre os cientistas mais conservadores, não ultrapassam períodos entre 12 e 10 mil anos AP (Martin, 2013).

Entretanto, vestígios que indicam a presença humana no Nordeste do Brasil em períodos anteriores às cronologias aceitas entre os especialistas mais cautelosos, alcançam datas na ordem de 48 mil anos AP ou mais. Podem ser citadas como exemplo as marcações temporais de São Raimundo Nonato, oriundas das pesquisas de Niède Guidon (48 mil anos AP), assim como as datações do sítio Toca da Esperança, no município de Central, na Bahia, obtidas de ossos da fauna pleistocênica associados a artefatos lascados (290 – 200 mil anos AP). Em diversos outros sítios da região Nordeste foram estabelecidas datações radiocarbônicas (C-14) com idades que corroboram com a tese da presença humana no Nordeste anterior a 12 mil anos AP: o sítio Bom Jardim – PE, com vestígios que datam 11.000 BP (*Before present*); sítio Cald. do Rodrigues I, São Raimundo Nonato – PI, 18.600 BP; sítio Coribe, BA, 26.900 e Sítio Pedra do Alexandre, >43.000 BP (Martin, 2013).

Martin (2013) assinala que a ausência de remanescentes humanos no Brasil dificulta a confirmação com um grau de precisão, da presença de populações

pretéritas que remetem a períodos tão antigos quanto o Pleistoceno. As datações mais recuadas para esqueletos humanos no Brasil não superam 12 mil anos AP. No caso da região Nordeste, os restos humanos mais antigos foram encontrados no sítio Toca da Janela da Barra do Antonião, São Raimundo Nonato – PI, escavado por Niède Guidon nos anos 1990, com data aproximada de 10 mil anos AP. Martin argumenta que embora os vestígios da cultura material já fossem suficientes para confirmar a ocupação territorial de uma população humana pretérita, o estudo dos seus restos esqueléticos trariam dados extras que contribuiriam para modelar com mais exatidão o perfil cultural dessa população.

Em relação ao território cearense, a raridade de esqueletos indígenas do período Pré-escrita se deve não só pela característica ácida do solo, mas sobretudo pelas poucas pesquisas realizadas nesse campo, dificultando o entendimento das ocupações indígenas pré-coloniais no atual Ceará.

Não obstante a escassez de estudos sobre esse tema no estado, alguns avanços já foram registrados. Castro et al (2015), analisaram remanescentes humanos do Sítio Evaristo I, município de Baturité, Norte do Ceará, provenientes de grupos ceramistas que ocuparam esse território, em dois momentos diferentes, de acordo com datações absolutas realizadas nos vestígios do sítio: entre 653-555 BP e por volta de 530 BP. O trabalho teve o objetivo de apresentar uma caracterização inicial dos ritos funerários dos povos ceramistas que habitaram a região, com resultados preliminares que demonstram a prática de enterramentos primários e secundários, com o uso de vasilhas cerâmicas como urnas funerárias. Fica evidente a necessidade de mais pesquisas, que contribuam para compreender com mais clareza o contexto da ocupação indígena pré-colonial do atual Ceará.

Oliveira (2021), discorrendo sobre essa questão, aponta que no território do atual Ceará, as populações indígenas de períodos cronológicos mais recuados, com ocorrências evidenciadas por sítios arqueológicos com vestígios rupestres e indústria lítica, seriam grupos falantes de línguas ainda sem classificação definida, que ao longo do tempo e de forma gradual, foram substituídos após 2000 anos AP, por populações que falavam línguas de origem Tupí¹⁴ e Jê.

¹⁴ Os etnônimos referentes aos nomes dos povos e tribos indígenas do Brasil usados nessa pesquisa, inclusive no mapa etno-histórico (Figura 5), estão de acordo com a lista firmada na 2ª Reunião Brasileira de Antropologia, Salvador, BA, 1955. A referida lista de etnônimos está no Anexo 2 do artigo publicado por Rosa (2020, p. 36-44).

Já foi defendida a tese, sem muito apoio em evidências, de que as populações indígenas pretéritas de origem Tupí só teriam chegado ao litoral do Ceará em período próximo ou contemporâneo ao início da invasão dos colonizadores europeus (Pompeu Sobrinho, 1955).

Contudo, pesquisas desenvolvidas acerca das migrações Tupí, fundamentadas em evidências etnográficas, linguísticas, antropológicas e arqueológicas, em especial as oriundas de estudos sobre a cerâmica de tradições policrômica relacionadas a esse grupo etnolinguístico, indicam que as populações falantes de línguas Tupí se dispersaram pela América do Sul, inclusive em direção ao litoral Nordeste do atual Brasil, em períodos mais antigos do que à época do início da colonização europeia, como é indicado pela presença de cerâmica de origem Tupi no Nordeste, com datações correspondentes aos séculos VII e X a.C. (Brochado, 1989).

Na mesma direção da tese defendida por Brochado (1989), Dantas, Sampaio e Carvalho (1992) trabalham com a hipótese de que os Tupí estavam em franco processo de expansão pelo litoral nordestino, desde antes da chegada dos colonizadores europeus, resultando dessas incursões a expulsão dos grupos étnicos anteriormente ocupantes do litoral para o interior.

Nesse sentido, é importante destacar que a cultura levada pelos ceramistas de matriz Tupi, pode ter penetrado em território do interior do Ceará bem antes do que previam as teses mais consolidadas, que discutem sobre as rotas migratórias tupi para o litoral nordestino. Ocupações pré-coloniais da região do Cariri e do litoral cearense de populações pretéritas produtoras de culturas ceramistas associadas à tradição Tupi, já ocorriam no Ceará há milênios, conforme resultados obtidos em estudos das primeiras décadas deste século. Datações de material cerâmico, sedimentos, material malacológico, assim como de carvões de fogueiras estruturadas, obtidas por métodos como, o radiocarbono AMS¹⁵, alcançaram datas entre 1000 e 4500 anos AP (Santos Júnior *et al*, 2021/2022).

Souza, L. (2020), obteve datas para amostras de carvões de fogueiras associadas a material cerâmico nos sítios Baixa do Jardim, Antônio Gomes e Caboclinho, localizados no Cariri cearense. As idades estimadas para essas amostras foram, respectivamente, 2150 ± 30 anos AP, 1320 ± 30 anos AP e 1830 ± 30 anos AP. A tese de Viana (2018), que investigou e discutiu a ocupação de grupos ceramistas

¹⁵ Datação pelo método radiocarbono por espectrometria de massas com aceleradores ou AMS (Santos Júnior *et al*, 2021/2022).

no litoral oeste cearense, no sítio Jericoacoara I, também alcançou datações parecidas, a partir de amostras de material malacológico e de carvão de fogueiras, estimadas, dentro de um horizonte temporal, que se estende entre 2030 e 1110 anos AP.

Esses resultados ampliam o debate em torno da tese de Brochado (1989) acerca das rotas migratórias Tupí da Amazônia até o litoral brasileiro no período pré-colonial, indicando, com base nessas datações, que essas correntes populacionais associadas à tradição cultural Tupí, tenham entrado em território cearense não apenas pelo litoral, mas também pelos sertões (Santos Júnior, *et al*, 2021/2022).

No entanto, os autores alertam que a presença de cultura ceramista associada à tradição Tupí, não significa dizer, necessariamente, que os povos que as produziram eram etnicamente Tupí:

Nesse sentido, apesar dessa cultura material cerâmica ter a sua autoria identificada a famílias linguísticas do tronco Tupí, “não tem implicações diretas em questões de etnicidade, referindo-se tão somente àqueles que produziram esta cerâmica, qualquer que tenha sido seu grupo étnico” (Santos Júnior, *et al*, 2021/2022, p.24).

Portanto, com base neste debate, é plausível sugerir que as levadas migratórias pré-coloniais de origem Tupí, provenientes da Amazônia e que se estabeleceram nos sertões nordestinos, possam ter compartilhado e perpetuado suas técnicas de cerâmica com as populações indígenas antigas que já habitavam o interior do Ceará. Isso teria ocorrido em um período muito mais remoto do que se acreditava anteriormente. No entanto, ressaltamos que são necessários estudos adicionais para uma compreensão mais aprofundada desse processo.

2.1.2. Os povos indígenas do Ceará a partir do contato: uma discussão etno-histórica

O Brasil possui três grandes troncos etnolinguísticos: Tupí, Macro-jê e Arawák. Ademais, há também no país línguas consideradas isoladas (Urban, 1992). Na região Nordeste do país, ocorriam etnias associadas aos Tupí, aos Macro-jê, entre estes os Karirí, e alguns grupos etnolinguísticos isolados, como os Tarairiú. Dentre os grupos étnicos presentes no Brasil, habitantes da costa nordestina até São Paulo, costumava-

se chamar de povos Tupi. Os povos que ocupavam o território do litoral paulista até o Rio Grande do Sul eram denominados Guarani. Já os indígenas que habitavam os sertões do Brasil, assim como aqueles do Nordeste brasileiro, desde o Rio São Francisco, na Bahia, até o interior de muitos Estados nordestinos, eram conhecidos como tapúya (Santos Júnior, 2008, a; Urban, 1992).

O termo Tapúya não se refere a uma terminologia étnica, apenas uma forma generalista que os colonizadores e alguns de seus aliados indígenas Tupí, chamavam os povos que habitavam os sertões, dos quais pouco tinham contato e/ou eram inimigos. Portanto, trata-se de um termo construído historicamente, no contexto da colonização do Brasil. Nesse sentido, Tapúya, ao longo do período colonial, é denominação recorrente em documentos coloniais e textos de cronistas do período, para se referir aos povos que ofereciam mais resistência ao processo colonizador ou pouco se tinha contato e acesso pelos europeus, por viverem nos territórios mais inóspitos dos sertões brasileiros. O termo aparece na documentação do período, já no século XVI, quando usado pelo cronista português Pêro de Magalhães Gândavo (Santos Júnior, 2008, a; Puntoni, 1998; Medeiros, 2000).

Contudo, é importante destacar, que o termo Tapúya não se restringe apenas ao binômio Litoral/Sertão, isto é, chamar povos indígenas de Tapúya, não estava relacionado, necessariamente, a questões de ordem geográfica, mas também de caráter linguístico e cultural. Portanto, o termo Tapúya era empregado para denominar povos que não só habitavam o interior da colônia, mas também a grupos que não falavam línguas de origem Tupí, mais conhecidas entre os colonizadores e sobretudo entre os padres das ordens religiosas encarregados da catequização dos nativos. Ademais, os grupos denominados Tapúyas, tinham seus hábitos culturais julgados pelos colonizadores como até mais bárbaros e selvagens que os Tupí. Isto é, a divisão Tupí/Tapúya era vista pelo colonizador, como a diferença entre o bárbaro passível de ser catequizado e enquadrado no modo de vida europeu, tido como norma, e o bárbaro mais selvagem, incapaz de ser convertido à fé cristã e a ser submetido à cultura do colonizador (Santos Júnior, 2008, a; Puntoni, 1998; Medeiros, 2000).

Os colonizadores europeus, principalmente os religiosos, não conseguiram lidar com a grande diversidade étnica e linguística dos povos indígenas do interior, tidos como tapúyas, em contraposição à impressão de homogeneidade dos povos do

litoral, os chamados Tupí, com seu “idioma comum”, já compreendido pelos padres, e sua cultura mais “dócil” e suscetível à catequização:

[...] povos habitantes da vasta região de caatingas que domina a maior parte do interior do Nordeste, os "Tapuia" (inimigos contrários). Generalização tornada possível ao conhecimento colonial desses povos através da adoção do estigma expresso pelos seus interlocutores mais diretos, os Tupi da costa, cuja homogeneidade cultural e linguística e grande dispersão territorial tanta impressão causaram aos primeiros cronistas portugueses, quanto a diversidade dos povos do sertão. Tinha-se assim formada a polaridade básica que orientaria toda a apreensão colonial dos índios no Brasil, e que parece especialmente evidente no caso do Nordeste (Dantas; Sampaio; Carvalho, 1992, p. 431-432).

A polarização empreendida pelos colonizadores entre Tapúya e Tupí, pode ser interpretada, portanto, como uma estratégia de dominação por parte dos colonizadores durante o processo de conquista dos territórios indígenas do interior. Essa dinâmica ocorreu em meio aos conflitos entre os indígenas e os europeus, especialmente no final do século XVII e ao longo do século XVIII, impulsionados pelas invasões territoriais e pela ação missionária das ordens religiosas. Para o colonizador, a guerra e a violência contra os nativos eram justificáveis, uma vez que os povos Tapúyas eram considerados "bárbaros" e "selvagens" por natureza, sendo vistos como uma ameaça à bem-sucedida empreitada de colonização europeia (Santos Júnior, 2008, a; Puntoni, 1998; Medeiros, 2000).

Seguindo com a discussão a respeito dos grupos indígenas pretéritos do Ceará, a partir de referências historiográficas, etno-históricas e das pesquisas mais recentes do campo da Arqueologia, podemos constatar que os povos indígenas antigos cearenses estão divididos em pelo menos cinco grupos etnolinguísticos: Tupí, Karirí, Jê, Tremembé e Tarairiú. Os quatro últimos, denominados historicamente de Tapúya (Santos Júnior, 2008, a; Ferreira Neto, 2011).

Santos Júnior (2008, a) destaca que das etnias indígenas pretéritas chamadas de tapúyas, as quais possivelmente ocuparam o território cearense, podem ser citadas, pertencentes ao grupo Tarairiú: os Ariú aldeados em 1698 na região de Viçosa; os kanindé, aldeados no século XVIII, em Baturité e Quixadá e no território do atual município que leva seu nome, Canindé; os Jenipapo, aldeados em Baturité, Aquiraz e Canindé; os Payakú, habitantes de regiões desde o Vale do Jaguaribe até o Apodi, no Rio Grande do Norte, aldeados no século XVIII, no baixo e médio Jaguaribe, aparecendo nos registros coloniais pela última vez em 1815, aldeados em Baturité; e os Panatí, habitantes de regiões do alto Jaguaribe. Dos grupos indígenas

antigos, pertencentes aos Karirí, dentre as tribos mencionadas em território cearense foram os Ikó ou Ikó pequenos, presentes na região do Cariri, assim como nas ribeiras do rio Salgado e aldeados no século XVIII, em sua maioria, no Crato e Juazeiro do Norte.

Dantas, Sampaio e Carvalho (1992), fazem menção a vários povos indígenas antigos que habitaram o Ceará, inclusive alguns já citados, como os Tremembé (litoral norte), Tabajára (Ibiapaba), Payakú, Ikó e Kanindé, mas fazendo referência a outras tribos como os Otxukayanas (Jandoín, Vale do Jaguaribe), os kalabása e Xukurú, também presentes na Região do Jaguaribe, além dos Karantín, Reriú e Anasé, na serra da Ibiapaba, apesar de dominada pelas tribos Tabajára.

De forma mais específica, na Região do Vale do Jaguaribe, dos grupos indígenas que provavelmente habitavam as ribeiras do rio Jaguaribe ocorriam dois grupos: os Tupí e Tarairiú. Do ramo Tupí observa-se nos estudos etnolinguísticos e étnico-históricos de Pompeu Sobrinho (1955) e Studart Filho (1965), dentre outros pesquisadores, a presença dos Potiguára; e do ramo Tarairiú, as tribos Jenipapo, Kanidé, Jandoín e Payakú. Outros grupos de filiação etnolinguística não definida, também habitavam a região, tais como os Jaguaribára e Jaguaruána (Ferreira Neto, 2011).

Queirós (2016), observa que a presença dos Potiguára no Vale do Jaguaribe pode ser contemporânea à chegada dos europeus na região. Ademais, a partir da análise do mapa etno-histórico desenvolvido pelo antropólogo Curt Nimuendaju (1981), este oferece evidências da ocorrência dos Potiguára, Jaguaribára e Payakú no médio e baixo Jaguaribe. Queirós ainda destaca que, além dos grupos étnicos já citados é possível acrescentar os Kariú, cuja filiação etnolinguística é Macro-jê, habitantes da serra do Pereiro, assim como dos Aruá, considerado único representante do ramo etnolinguístico Jê, que penetrou no Vale do Jaguaribe.

Na medida em que o processo de colonização se intensificava no Nordeste, a partir do final do século XVII e início do XVIII, avançando em direção ao interior do Ceará e difundindo a prática da pecuária na caatinga, os povos indígenas passaram a enfrentar o amargo impacto da conquista colonial. Em resposta, os nativos empregaram diversas estratégias de resistência, incluindo saques às fazendas de gado instaladas nas margens dos principais rios dos sertões nordestinos, como o Jaguaribe e o São Francisco, e principalmente a guerra, confrontando diretamente os

colonizadores luso-brasileiros. Um exemplo notável desses conflitos foi a chamada "Guerra dos Bárbaros", travada a partir do século XVII, envolvendo várias tribos indígenas tapúya dos sertões, principalmente os Payakú, de origem Tarairiú. Os embates entre os tapúya e os colonizadores ocorreram devido ao sistemático avanço da pecuária sobre as terras indígenas sertanejas (Santos Júnior, 2008, a; Puntoni, 1998; Taunay, 1936; Pires, 2004; Lopes, 2005).

Depois das duas últimas décadas do século XVII, os povos tapúya e de outros grupos étnicos, do interior, foram quase exterminados. Os sobreviventes das guerras travadas contra os colonizadores foram aldeados, durante o século XVIII, por sacerdotes de ordens religiosas como os jesuítas, carmelitas e capuchinhos. Tão logo os aldeamentos se consolidaram, ao longo dos séculos XVIII e XIX, dar-se início ao processo de incorporação cultural dos indígenas à sociedade luso-brasileira, legando os vestígios históricos e culturais desses povos para a dimensão do esquecimento da memória e da História da sociedade cearense (Santos Júnior, 2008, a).

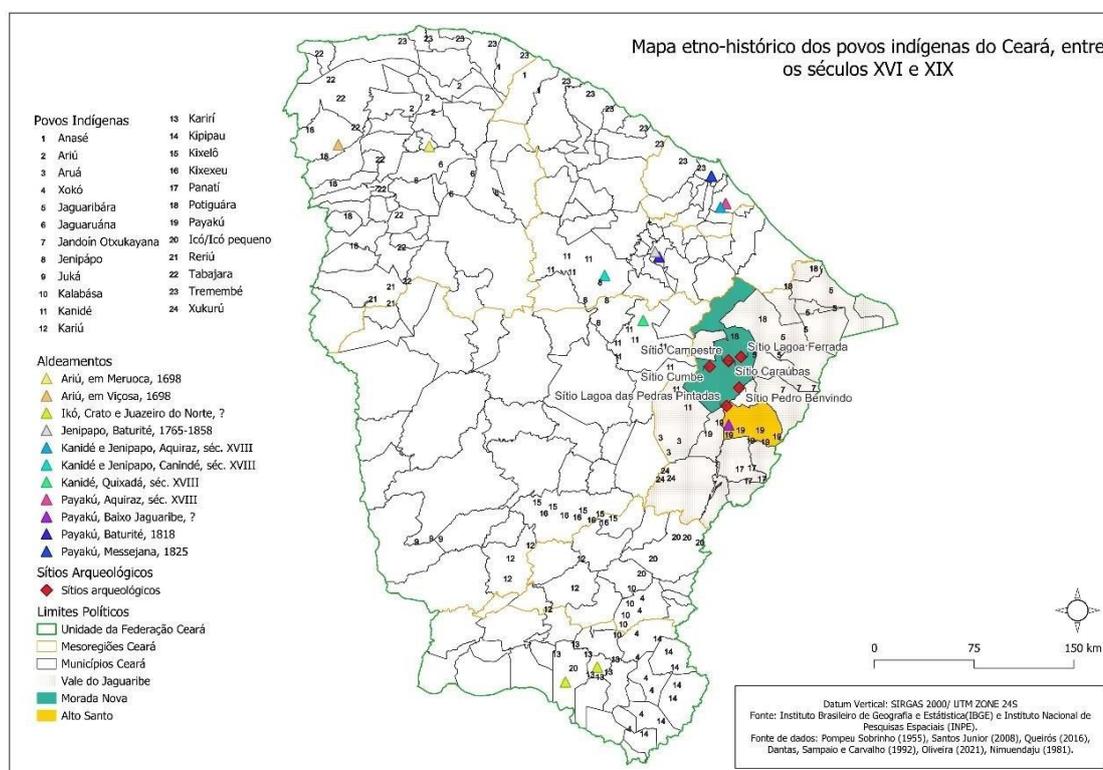
Queirós (2016) discorrendo ainda a respeito dessa questão, que no século XVIII, observa-se nos registros históricos, povos indígenas do território cearense que estavam vivendo em aldeamentos, os quais, por meio do diretório pombalino, converteram-se em vilas. A partir desses aldeamentos se fez valer as políticas de miscigenação que, por sua vez fundamentou o hipotético discurso de diluição dos grupos étnicos indígenas. Este discurso, que foi gradualmente incorporado à retórica institucional, reforçado pela lei de terras de 1850, afirmaria que os povos indígenas haviam desaparecido ou foram incorporados à população nacional. Esse processo de silenciamento da memória dos povos indígenas pretéritos da História do Ceará e em especial do Vale do Jaguaribe, se perpetua até o presente.

A partir dessas discussões a respeito da etno-história dos povos indígenas antigos cearenses, foi elaborado um mapa (Figura 5), que demonstra as possíveis áreas de ocupação desses povos nas diferentes regiões do atual estado do Ceará, a localização dos aldeamentos resultantes do processo de colonização e catequização, assim como de alguns dos sítios de gravura rupestre, dos quais selecionamos grafismos para desenvolver nossa proposta didática.

As áreas de ocupação traçadas no mapa (indicadas por números) não correspondem de maneira exata as regiões que esses povos habitaram no passado.

Afinal, trata-se de grupos humanos que migravam constantemente, não sendo possível situar com precisão um território habitado especificamente por um grupo étnico em particular (Oliveira, D. 2021). O que propusemos com a elaboração desse mapa foi estabelecer uma estimativa aproximada de localização da presença indígena pretérita nas diferentes regiões do atual estado do Ceará, a partir da revisão da bibliografia levantada para essa pesquisa.

Figura 5 – Mapa produzido em colaboração com aluno do curso técnico integrado em Informática, da Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) Osmira Eduardo de Castro, Morada Nova – CE.



Fonte: Elaborado por Guilherme Lima, 2023.

O esforço desse tópico foi traçar um panorama geral da etno-história dos povos indígenas pretéritos que habitaram as paragens do território cearense e do Vale do Jaguaribe, porém, essa discussão não tem a intenção de associar, de forma automática, as gravuras rupestres, tomadas na presente pesquisa como recurso didático para o ensino da História dos povos indígenas antigos da região, como de autoria específica de alguns dos referidos grupos pretéritos, uma vez que não há evidências arqueológicas e/ou etnolinguísticas suficientes que atestem tal autoria.

Nesse sentido, Limaverde (2015) assinala ainda, que em razão da proximidade dos sítios de gravuras rupestre estarem próximas às fontes d'água e em muitos casos em contato direto com a água, torna difícil estabelecer vínculos entre os registros rupestres gravados com algum grupo cultural específico, sobretudo por ser difícil, segundo a autora, estabelecer relações das gravuras com os vestígios materiais presentes nos sítios.

2.2. A arte rupestre do Vale do Jaguaribe: tradições arqueológicas e suas primeiras notícias nos registros históricos

Sem a pretensão de realizar uma longa discussão sobre o conceito de “Arte” e “Tradição”, pois não caberia dentro dos limites estabelecidos por esta pesquisa, antes de discutirmos sobre a arte rupestre do Vale do Jaguaribe é importante deixar claro o que entendemos como “Arte” no presente trabalho. Empregaremos nessa pesquisa o sentido do referido termo, adotado por Agnelo Queirós:

Esse termo foi escolhido, pois consideramos os grafismos rupestres, assim como as pinturas corporais indígenas, expressões estéticas do pensar, do saber e do fazer criativo, bem como representações visuais do universo simbólico dos indivíduos criadores. Portanto, os grafismos rupestres são fenômenos resultantes do potencial cognitivo desenvolvido pela humanidade sobre os quais podemos pensar que, em termos de prática, continuam até hoje sendo vivenciados, por exemplo, por meio dos grafites elaborados nos muros das cidades e nas tatuagens corporais (Queirós, 2016, p. 28).

Nesse sentido, compreendemos que arte é qualquer forma de expressão estética humana, resultado da capacidade criativa dos seres humanos e a manifestação material, visual ou gestual do universo simbólico dos indivíduos de uma determinada sociedade, situada no tempo e no espaço. Portanto, a arte rupestre do Vale do Jaguaribe, como as gravuras elaboradas pelos povos indígenas pretéritos que ocuparam esse território, são manifestações estéticas e culturais desses indivíduos.

Por sua vez, compreendemos o conceito de “Arte rupestre” a partir da concepção trazida por Prous, que a entende como:

todas as inscrições (pinturas ou gravuras) deixadas pelo homem em suportes fixos de pedra (paredes de abrigos, grutas, matacões, etc.). A palavra rupestre, com efeito, vem do latim rupestres (rochedo); trata-se, portanto, de obras imobiliárias, no sentido de que não podem ser transportadas (a

diferença das obras mobiliares, como estatuetas, ornamentação de instrumentos, pinturas sobre peles, etc) (Prous, 1992, p. 510).

Prous (1992) ainda argumenta que embora a arte produzida pelos povos indígenas pretéritos não possua uma função estética utilitarista, como é atribuída à concepção de “arte” da cultura europeia ocidental, o termo é adequado aos grafismos rupestres por ser produto de um conhecimento técnico e materialização da cosmovisão de povos, que não estavam preocupados, na maioria dos casos, em despertar sentidos e estímulos estéticos em seus espectadores. Quanto à Tradição rupestre, Prous (1992) a compreende como uma categoria de entrada, mais generalista, a partir da qual se indica a permanência de traços temáticos distintivos que ajudam a delimitar fronteiras estilísticas. No contexto do Nordeste brasileiro, Limaverde (2015) destaca que Pessis (1992) e Guidon (1991), estabeleceram o primeiro esforço de elaboração de critérios de classificação da arte rupestre dessa região. A primeira etapa foi estabelecer um critério de diferenciação geral, sendo que a técnica empregada para a elaboração dos grafismos foi o primeiro a ser considerado. Por tanto, por meio desses critérios, diferenciamos as gravuras das pinturas rupestres. As gravuras são elaboradas a partir da picotagem, raspagem e/ou polimento do suporte rochoso, enquanto na pintura os grafismos são elaborados com pigmentos de origem mineral ou vegetal. Um segundo critério de categorização é o reconhecimento dos motivos gráficos, entre aqueles que são reconhecíveis e não reconhecíveis.

O grupo dos registros rupestres pintados reconhecíveis foi ainda dividido em duas classes diferentes, tomando como critério os tipos de grafismos e os elementos que compõe o conjunto gráfico. O conceito de “Tradição arqueológica” foi estabelecido, portanto, a partir dessa classificação preliminar. A autora considera uma tradição arqueológica para arte rupestre, como sendo a expressão visual de todo um universo simbólico antigo, compartilhado através de gerações por grupos humanos pretéritos, sem que necessariamente pertencessem à mesma etnia. Duas tradições, inclusive, poderiam estar cronologicamente distantes uma da outra (Limaverde, 2015).

No mesmo sentido, Queirós (2016) assinala que Tradição são categorias de análise e classificação arqueológica inicial, que tem como foco tentar estabelecer vínculos estilísticos, identidades de formas gráficas e filiações culturais entre os registros rupestres tomados como objetos de estudo.

As tradições descritas para a Arte Rupestre do Nordeste brasileiro são: a Nordeste e subtradições (Serra da Capivara e Serra Branca), assim como as subtradições Seridó, a Agreste e a Itaquiara (Guidon, 1991; Pessis, 1992, Limaverde, 2015). A Tradição Nordeste é uma das que possui mais estudos e com datações que variam entre 12 e 6 mil anos AP. Os grafismos da Tradição Nordeste se encontram em toda a região Nordeste do Brasil, tendo seu ponto de origem, segundo dados arqueológicos, o Sudeste do estado do Piauí. A Tradição Nordeste é caracterizada por ter um rico acervo gráfico, com figuras reconhecíveis ao nosso atual repertório simbólico e com grafismos compondo arranjos de forte caráter narrativo (Limaverde, 2015).

A Tradição Agreste possui em seu repertório pictórico figuras reconhecíveis e não reconhecíveis, com imagens que aparecem quase sempre isoladas, raramente compondo cenas. Os traços dos grafismos da Tradição Agreste não foram feitos para expressar movimentos, indicando ser uma escolha dos seus autores. Nesse sentido as figuras pintadas costumam aparecer estáticas. Essa tradição foi assim batizada por ter sido primeiro descrita nos pés das serras e brejos do Agreste pernambucano e Sul da Paraíba, porém, pinturas com as características Agreste ocorrem em várias regiões do Nordeste brasileiro (Limaverde, 2015; Amaral, 2014).

Quanto à Tradição Itaquiara, segundo Limaverde (2015, p.183), “representa hoje todo o universo simbólico gravado nordestino, no qual predominam os grafismos puros, desenhos muito complexos e bem elaborados que privilegiam as técnicas de realização.” Proposição essa corroborada pela ocorrência de grafismos gravados em vários contextos arqueológicos diferentes do Nordeste brasileiro como, por exemplo, em diversas regiões do Ceará, nos sertões do Rio Grande do Norte, assim como nos sertões de Pernambuco e Paraíba, conforme Figura 6.

Figura 6 – Gravuras rupestres de diferentes áreas arqueológicas dos sertões do Nordeste brasileiro.

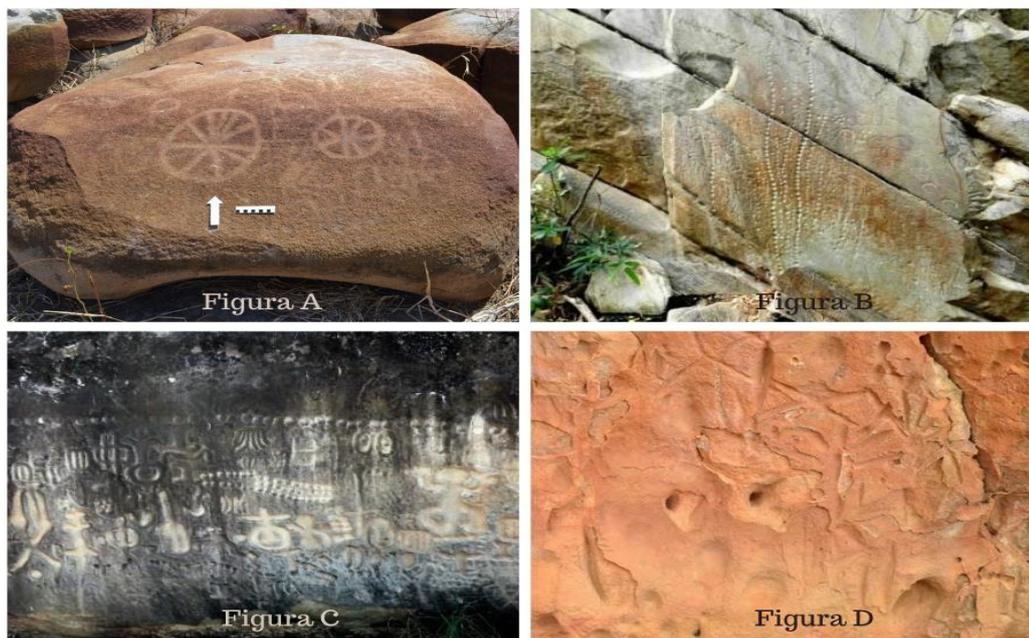


Figura A: gravura do Sítio Lagoa das Pedras Pintadas, município de Alto Santo – CE. Fonte: Queirós, 2016; Figura B: Cúpulas gravadas do St. Varzinha, município de Cerro Corá – RN. Fonte: Santos Júnior et al, 2022. Figura C: Gravuras do Sítio Ingá, município de Ingá – PB. Fonte: Santos Júnior et al, 2022, p. 226; Figura D: Gravuras do St. Breus, município de Buíque – PE. Acervo do Laboratório de Registro Rupestre – UFPE. Fonte: Correia, 2016.

Podemos destacar também como característica dessa tradição a proximidade dos grafismos das fontes de água, como rios, riachos, lagoas sazonais e boqueirões (Limaverde, 2015).

Em relação às características dos grafismos, Limaverde (2015) assinala que a Tradição Itacoatiara corresponde às gravuras rupestres, prevalecendo petróglifos com formas puras ou não reconhecíveis, isto é, desenhos que não são de fácil reconhecimento, possuindo por isso caráter enigmático, mas apresentando gravuras reconhecíveis com características antropomórficas, zoomórficas, como desenhos de pássaros e répteis, além de marcas de pés e mãos.

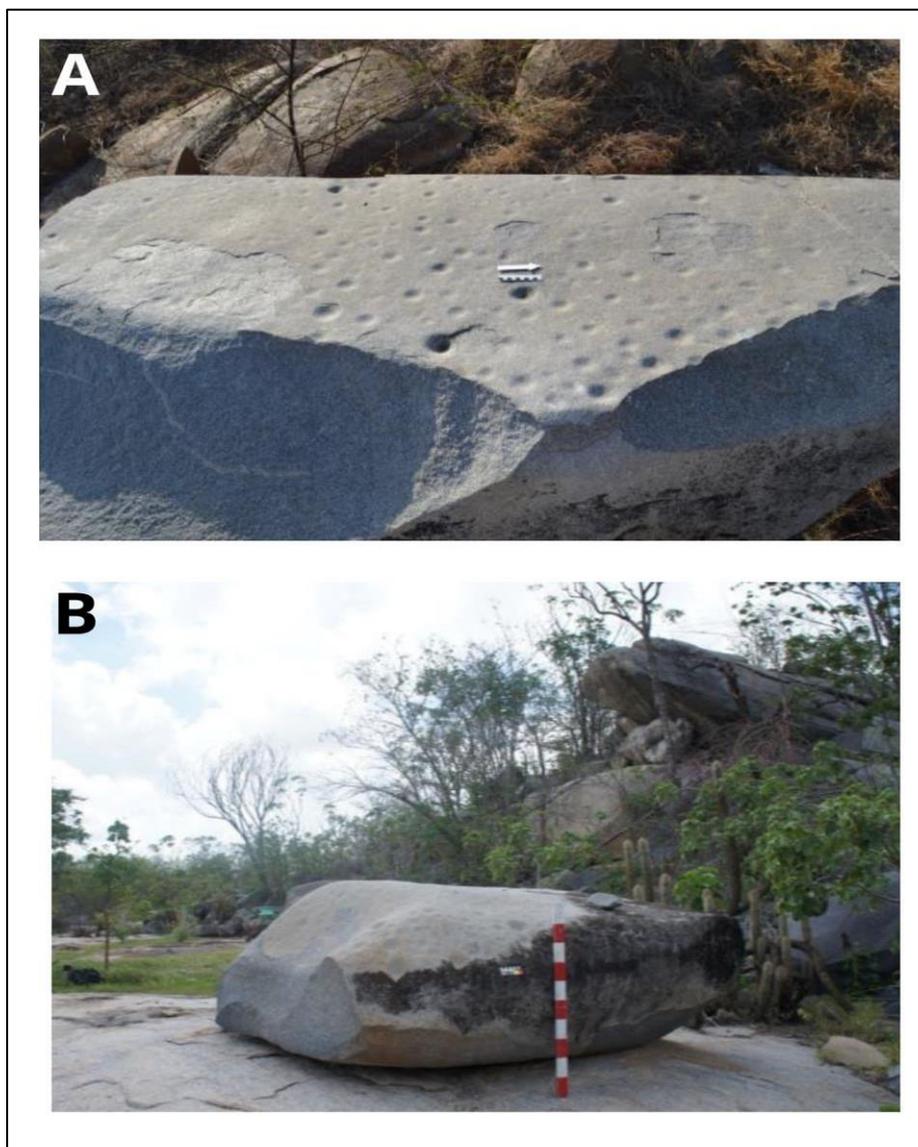
A respeito da arte rupestre do Ceará, embora ela esteja dentro dos horizontes demarcatórios das grandes tradições arqueológicas do Nordeste do Brasil, como as Tradições Nordeste, Agreste e Itacoatiara, é preciso levar em conta que os registros rupestres cearenses possuem aspectos estilísticos, temáticos, assim como peculiaridades técnicas na elaboração, apresentação dos conjuntos gráficos e sua inserção na paisagem, que demandam mais estudos e pesquisas para estabelecer uma classificação fixa para as gravuras rupestres cearenses (QUEIRÓS, 2016).

Nesse sentido, não obstante as gravuras rupestres dos sítios arqueológicos do Vale do Jaguaribe, possuírem aspectos técnicos e temáticos correspondentes à Tradição Itacoatiara é possível que, a partir do desenvolvimento e desdobramento de mais pesquisas possam resultar em classificações diferenciadas para a arte rupestre cearenses.

2.2.1. As gravuras rupestres jaguaribanas e suas primeiras notícias

O conhecimento sobre os registros arqueológicos, sobretudo a arte rupestre no Vale do Jaguaribe, há muito tempo se faz presente na memória da população local. Em algumas regiões, é prática comum que vaqueiros, agricultores e outros trabalhadores rurais relatem a descoberta de pedras do letreiro ou pedras do sino (pedras que emitem sons metálicos quando são impactadas por outro objeto - conforme Figura 7), enquanto exercem suas atividades laborais. Esses relatos, transmitidos de geração em geração, funcionam como um importante acervo de informações sobre o passado, que contribuem para a preservação da História dessa região (Queirós, 2016).

Figura 7 – Imagem A: bloco apenas com cúpula polida e propriedade sonora especial ou Pedra do sino, Sítio Lagoa das Pedras Pintadas, Alto Santo – CE. Imagem B: Pedra do sino, somente com cúpula polida no Sítio Pedra do Sino III, Sobral – CE.



Fonte: Queirós *et al* (2021/2022, Figuras 3 e 13).

Os pesquisadores, ao trabalharem em estreita colaboração com as comunidades locais, não apenas validam esses relatos, mas também descobrem e identificam sítios arqueológicos de arte rupestre. Essa parceria entre o saber tradicional e a pesquisa acadêmica tem se mostrado essencial para o entendimento mais completo da História e da cultura da região (Queirós, 2016).

Além das contribuições do conhecimento das comunidades locais, as narrativas e registros deixados por cronistas, naturalistas e expedições científicas que exploraram os sertões do Nordeste entre os séculos XVIII e XIX, também

desempenharam um papel fundamental na revelação desses registros arqueológicos. Suas anotações meticulosas e observações feitas servem como um elo entre o passado e o presente, permitindo que novos estudos localizem, identifiquem e registrem mais sítios, bem como evidencie o significativo potencial arqueológico do Vale do Jaguaribe (Queirós, 2016).

Queirós (2016) destaca ainda que o Vale do Jaguaribe é uma importante região arqueológica, que precisa, a partir de mais pesquisas, ser mais bem compreendida e delimitada, quanto a suas características geoambientais, geomorfológicas e sobretudo em relação à sua cultura material. O autor destaca que existe ainda um vácuo em pesquisas arqueológicas, sobretudo na microrregião do Baixo e Médio Jaguaribe, especialmente quando se trata de estudos no campo da arte rupestre da região jaguaribana que, embora já tenha registrado avanços significativos, no que se refere ao contexto Nordeste, a partir de trabalhos, como os de Valle (2003) e Santos Júnior (2008, b), pesquisas em arte rupestre, necessitam de mais avanços para se ter uma compreensão mais detalhada do seu contexto arqueológico.

2.2.2. O potencial arqueológico do Vale do Jaguaribe expresso nos relatos de cronistas e intelectuais.

As notícias de sítios de arte rupestre no Ceará e em especial no Vale do Jaguaribe tem sua presença no século XVIII, a partir de relatos de exploradores e religiosos que se interessavam pela temática relativa aos petróglifos presentes nas rochas do semiárido cearense.

Um desses religiosos, entusiasta dos letreiros lapidares dos sertões do Ceará, foi o padre Francisco Telles Correia de Menezes que, ao percorrer os rincões do interior, em busca de rastros de supostos tesouros escondidos, relatou vários sítios de arte rupestre próximos às ribeiras dos rios, dentre eles o Jaguaribe (Araripe, 1909; Pompeu Sobrinho, 1956).

Apesar das intenções do padre Francisco Telles Correia de Menezes ter se afastado completamente dos propósitos históricos e arqueológicos (ao considerar os grafismos como indicadores de tesouros escondidos), a obra dele desempenhou um papel significativo ao servir como marco para a localização, pesquisa e preservação

dos sítios que resistiram à passagem do tempo e às potenciais degradações resultantes da intervenção humana ao longo das gerações.

O trabalho do padre Francisco Telles Correia de Menezes insere-se em um contexto muito específico da História dos estudos da arte rupestre no Brasil. Essas pesquisas passaram por diversas fases ao longo de sua História que expressam, em cada contexto histórico, as concepções e propósitos daqueles que se dedicavam à investigação desse tema. No período colonial, por exemplo, viajantes e religiosos percorriam o interior do Brasil recolhendo relatos e/ou registros de grafismos rupestres com o intento de fundamentar hipóteses que confirmassem a presença de elementos cristãos na cultura dos povos indígenas antigos, desde tempos imemoriais, o que justificaria o seu processo de catequização.

Em relação ao acesso à documentação primária da obra do padre Francisco Telles Correia de Menezes, atualmente, encontram-se em algumas instituições brasileiras, como os Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico, da Universidade Federal de Minas Gerais (Oliveira; Prous; Tobias Jr., 2013). A consulta dessa obra é dificultada pela indisponibilidade de cópias digitalizadas do referido documento em acervos *online*, para consulta pública. Contudo, alguns autores, no fim do século XIX e início do XX, nos deixaram comentários de transcrições de trechos desse trabalho.

Tristão Araripe (1909), por exemplo, escreveu artigo, publicado pelo Instituto Histórico do Ceará, com notas extraídas da obra mencionada. Ele transcreveu e organizou em ordem alfabética trechos do trabalho do padre Francisco Telles Correia de Menezes que descrevem a possível localização de sítios de arte rupestre identificados pelo clérigo, no sertão do Ceará. Isto é, Araripe fez uma curadoria dos sítios cearenses a partir dos escritos do pároco:

As notas são extrahidas *ipsis-verbis* para que o leitor aprecie e dê o devido valor ás notícias ou informações n'ellas contidas, considerando as próprias expressões do autor. Não fiz n'esta extração alteração alguma; apenas indiquei as localidades pondo-as em ordem alfabética com a especificação das situações (Araripe, 1909, p. 359-360).

Das localidades que possuem sítios reportados pelo padre Francisco Telles Correia de Menezes e transcrito por Araripe (1909), têm vários topônimos que indicam estarem localizados na região do Vale do Jaguaribe, tais como Figueiredo e Tapera, provavelmente situados nos atuais municípios de São João do Jaguaribe ou Alto

Santo: “Figueiredo, riacho afluente do rio Jaguaribe. ‘N’este riacho, da Tapera para baixo, ouvi a alguns abitantes que tem alguns letreiros nas pedras.’ [...]” (Araripe, 1909, p. 367).

Relativos ao município de Russas, ocorrem nos escritos do padre Francisco Telles Correia de Menezes e reproduzidos por Araripe, localidades como Jurema, Lagoa do Lima e Morros, com relatos de rochas gravadas com grafismos:

Jurema, fazenda no município de Russas. Este sitio é de Russas para cima: dizem, que perto d’elle, e ao pé de um serrote, onde tem um olho d’agua, está um letreiro nas pederneiras com letras latinas, si bem algumas já extintas. [...] Lagôa-do-Lima, no município de Russas. N’este sitio, que é fora do rio Jaguaribe, ao subir á mão esquerda, certifica um abitante ter letreiros nas pedras, de tinta encarnada. [...] Morros, na ribeira de Jaguaribe nas Russas. Este sitio é acima da Jurema em uns morros de terra e pedra, onde dizem aver letreiros nas pedras, que admiram (Araripe, 1909, p. 369 a 371).

A respeito do município de Morada Nova, algumas localidades dessa comunidade, as quais possuem sítios arqueológicos, foram mencionadas pelos relatos do padre Francisco Telles Correia de Menezes:

Vaca Morta, sitio á margem do rio Pirangi. Saindo para Zacarias, ao lado esquerdo, em umas pedras, á vista da estrada, há letreiros, onde divulgam rastros de ema e outros caracteres. [...] Zacarias, fazenda no rio Pirangi. N’altura d’esta fazenda dizem aver letreiros nas pedras, e n’ellas esculpidas uma figura umana, e rasto de gente que sobe a pedra (Araripe, 1909, p. 377).

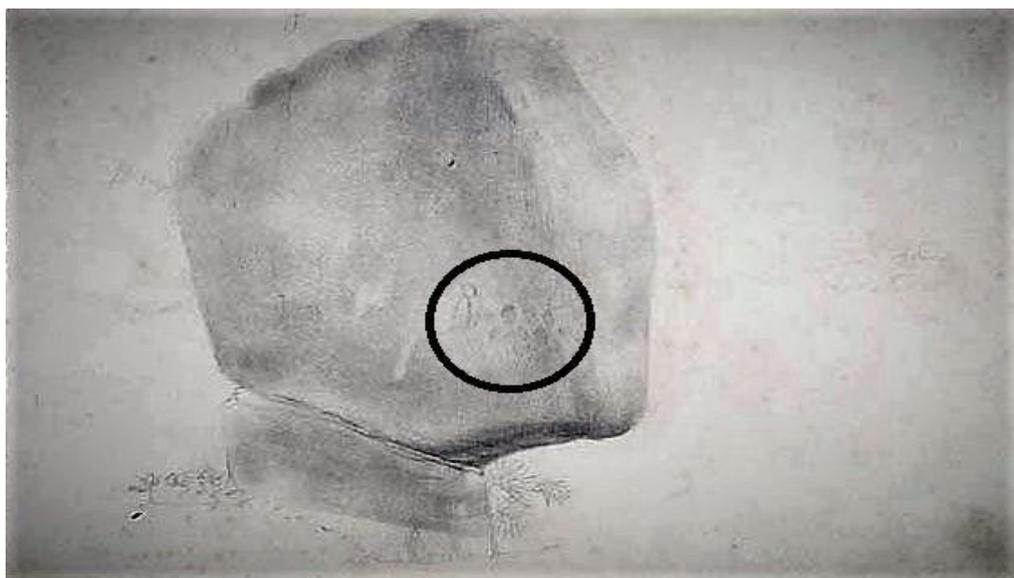
As localidades de Vaca Morta e Zacarias encontram-se na área do atual distrito de São João do Aruaru, situado às margens do rio Pirangi. Esse rio percorre a fronteira Noroeste de Morada Nova. Apesar da menção feita pelo padre Francisco Telles Correia de Menezes, não houve uma exploração sistemática até o presente, para verificar a possível existência e continuidade dos sítios de arte rupestre mencionados pelo clérigo. Entretanto, o registro dessas informações reforça o potencial arqueológico do Vale do Jaguaribe, ressaltando a necessidade de realizar pesquisas mais abrangentes, a fim de lançar luz sobre essa região e desvendar seu significado histórico e cultural.

Os relatos da arte rupestre no Vale do Jaguaribe, também se fazem presentes nos registros da Comissão Científica de Exploração, que teve como ponto inicial de suas incursões os sertões da província do Ceará, entre 1859 e 1861. Santos, P. (2011) aponta que o objetivo dessa expedição era levar ao conhecimento do então governo

imperial a fauna, a flora, os recursos minerais, isto é, as riquezas naturais dos sertões nortenhos do Brasil, como parte de um projeto da monarquia de integração nacional. A expedição tinha o patrocínio do imperador D. Pedro II e estava vinculada às instituições científicas brasileiras, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o Museu Nacional e a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. A corte, em um contexto de criação de uma identidade nacional e de consolidação do domínio da monarquia sobre todo o vasto território do país, precisava conhecer o território, catalogá-lo, quantificá-lo para melhor dominá-lo.

No trajeto percorrido pela Comissão Científica de Exploração, entre os municípios de Aracati e Icó, nos dias 15 de setembro a 6 de outubro de 1859, Francisco Freire Alemão relatou, em sua passagem por Russas, as rochas conhecidas como “Pedras Russas” (Figuras 8 e 9), as quais possuíam arte rupestre, registradas em aquarela por José dos Reis Carvalho, desenhista da expedição: “O Lagos e Reis saíram primeiro, tendo de ir por diversos caminho para examinar e desenhar certas pedras que estão perto de Russas, notáveis pela sua posição e pelas **figuras que têm pintadas, de tinta encarnada e que são provavelmente do tempo dos índios.**” (Silva Filho; Ramos; Rios, 2011, p. 80, grifo nosso).

Figura 8 – Em destaque, grafismo rupestre, em afloramento rochoso.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Nacional.

Figura 9 – Aquarela retratando vista panorâmica das “Pedras Russas” de José dos Reis Carvalho, 17 de setembro de 1859.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Nacional.

As ditas “Pedras Russas”, também foram mencionadas em documento mais antigo, do fim da década de 1790. Trata-se dos escritos de Luiz dos Santos Vilhena, ocupante da cátedra de grego, em Salvador, na Bahia, entre 1787 e 1799. Escreveu várias cartas, dedicadas ao príncipe regente D. João e ao Ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, entre os anos de 1798 e 1802, dando notícias das diversas capitânicas do Brasil (Lages, 2020).

Entre essas cartas, Vilhena escreveu sobre a Capitania do Ceará Grande, citando as características geográficas, de seus recursos naturais (presença de minas nos Cariris-Novos), de suas práticas comerciais, assim como fez uma breve apreciação a respeito da sua divisão administrativa. Na referida carta, Santos Vilhena relata brevemente, a presença de um conjunto rochoso, conhecido como “Pedras Russas”, que conteria grafismos rupestres:

[...] des legoas asima seguindo o curso do mesmo rio [Jaguaribe], fica a povoação das Ruças, chamada assim por causa de humas grandes **pedras rúças**, que ficão desviadas della meia legoa, que igualmente comunicação o mesmo nome a um rio que pello Occidente vem entrar no Jaguaribe; dizia-se que naquellas pedras se divisavão **certas letras antigas** [...]. (Vilhena, 1907, p.160, grifo nosso).

É notável que as “Pedras Rúças”, mencionadas por Vilhena são os mesmos afloramentos rochosos registrados pela Comissão Científica de Exploração (Silva

Filho; Ramos; Rios, 2011) que veio à então província do Ceará. Contudo, é importante destacar que as referidas rochas não mais existem, tendo sido destruídas no processo de urbanização da atual cidade de Russas.

Relatos de registros rupestres em território cearense continuaram em meados do século XX, quando Thomaz Pompeu Sobrinho (1956), publicou, no periódico do Instituto Histórico do Ceará, texto contendo notícias da ocorrência de gravuras e pinturas rupestres em várias regiões do Ceará. Muitos desses sítios foram identificados com o auxílio da obra deixada pelo Padre Francisco Telles Correia de Menezes.

Pompeu Sobrinho (1956), identificou quatro grandes centros de sítios de arte rupestre, sendo eles: o planalto dos Inhamuns, o da Serra de Ibiapaba, o do Banabuiú e do Médio Jaguaribe. O referido autor ainda mencionou mais dois centros de arte rupestre. Contudo, conforme levantamento que realizou, diante da pouca presença de gravuras e/ou pinturas, não dedicou muito tempo à descrição e discussão a respeito desses centros. Esses, de acordo com o relato do autor, estão localizados na região de Quixadá e Baturité. Ele também mencionou a pouca ocorrência de arte rupestre no sul do Ceará, em especial na Região do Cariri, chegando a afirmar que:

Na região sul do Estado não se conhecem inscrições rupestres. Entretanto, o Pe. Teles de Menezes obteve informações de algumas que existiram, ao menos no tempo em que andou investigando esta matéria com fins outros que nem de longe se relacionam com os interesses arqueológicos. Acreditamos que aquele trato bem considerável do território nordestino não seja uma exceção, e que por lá realmente existam inscrições ou, pelo menos, vestígios destes monumentos pré-históricos. Resta procurá-los cuidadosamente. (Pompeu Sobrinho, 1956, p. 126).

Todavia, importante destacar que as pesquisas arqueológicas na Região do Cariri, desde a época da publicação do texto de Pompeu Sobrinho, avançaram significativamente, de tal modo que hoje sabe-se da existência de cerca de 64 sítios de arte rupestre localizados na zona arqueológica da Chapada do Araripe, no Cariri cearense, assim como atesta a arqueóloga Rosiane Limaverde (2015) que, ao longo de suas pesquisas na região, catalogou sítios contendo gravuras e pinturas rupestres localizados em afloramentos rochosos e abrigos sob rocha, em pelos menos cinco municípios do Cariri, a saber: Mauriti, Crato, Nova Olinda, Santana do Cariri e Campos Sales. Oliveira, D. (2021), a partir de um levantamento para a elaboração de uma carta arqueológica referente aos territórios dos municípios da microrregião de Brejo Santo

(Abaiara, Brejo Santo, Jati, Milagres e Penaforte), no Cariri, identificou 86 sítios arqueológicos, dos quais 3 são de registros rupestres.

A respeito dos centros do Banabuiú e Médio Jaguaribe, identificados por Pompeu Sobrinho (1956), o autor considerou essas regiões na época, como um dos maiores e mais importantes centros de concentração de arte rupestre do Ceará. Os sítios descritos e reportados pelo referido autor se encontram dispostos pelo leito e margens do rio Banabuiú e afluentes, como o rio Quixeramobim. Os sítios, conforme descrição do autor, estão localizados, geralmente, próximos às fontes de água, como tanques perenes, lagoas, córregos e riachos.

Os sítios do centro chamado pelo autor de Banabuiú, estão localizados nos territórios dos atuais municípios de Quixeramobim, Quixadá, Banabuiú e Morada Nova, enquanto os sítios do centro, denominando Médio Jaguaribe, localizam-se em municípios como Alto Santo até as regiões do Apodi e Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Norte.

O sítio Lagoa das Pedras Pintadas, localizado no atual município de Alto Santo, foi um dos lugares reportados por Pompeu Sobrinho, pertencentes ao centro por ele denominado Médio Jaguaribe, em que o autor destacou a sua localização:

lagoa situada no seio da caatinga, mais ou menos a meia distância entre os rios Livramento e Jaguaribe, na altura do lugar Junqueira, distante cêrca [sic] de 7 quilômetros do local em que se constrói o açude Público Poço do Barro. Em tôrno [sic] da lagoa levantam-se numerosos blocos de pedra, em alguns dos quais se encontram os sinais constantes da figura 31 (Pompeu Sobrinho, 1956, p. 124).

Foi, inclusive, por meio desses relatos do historiador Pompeu Sobrinho, que Agnelo Queirós localizou o referido sítio:

Quanto às atividades voltadas para a realização da presente pesquisa de dissertação aconteceram desde antes da seleção para curso da pós-graduação, por volta dos anos de 2011 e 2012. Durante esse período, a partir dos escritos do historiador Tomas Pompeu Sobrinho intitulados **Algumas inscrições rupestres inéditas do Estado do Ceará**, publicados na Revista do Instituto do Ceará em 1957, bem como com ajuda de amigos pesquisadores da área de estudo e da população local [...]. (Queirós, 2016, p. 35, grifo nosso)

Esse sítio, foi objeto da pesquisa dissertativa de Queirós (2016) e teve como objetivo geral a identificação das potencialidades interpretativas dos grafismos nele presentes à luz da abordagem da arqueologia contextual, por meio de um estudo

amostral do sítio, quanto a sua inserção na paisagem, seu estado de conservação e caracterização técnica e temáticas das gravuras rupestres.

Já a respeito dos sítios situados no centro, denominado por Pompeu Sobrinho (1956), como Banabuiú, destacamos os lugares por ele localizado na antiga Fazenda Patos e no lugar Bento Pereira, ambos no atual município de Morada Nova. Na localidade de Patos, Pompeu Sobrinho reportou o sítio localizado no lugar Campestre, distante cerca de 5 quilômetros da cidade, de acordo com estimativas do autor. Nas palavras de Pompeu Sobrinho: “os sinais debuxados na superfície de uma pedra oblonga, sôta [sic], que repousa sôbre [sic] um lajedo, são apenas três; é possível que representem os restos de uma inscrição maior” (Pompeu Sobrinho, 1956, p. 123). Os grafismos mencionados pelo autor estão destacados nas Figuras 11, 12 e 13.

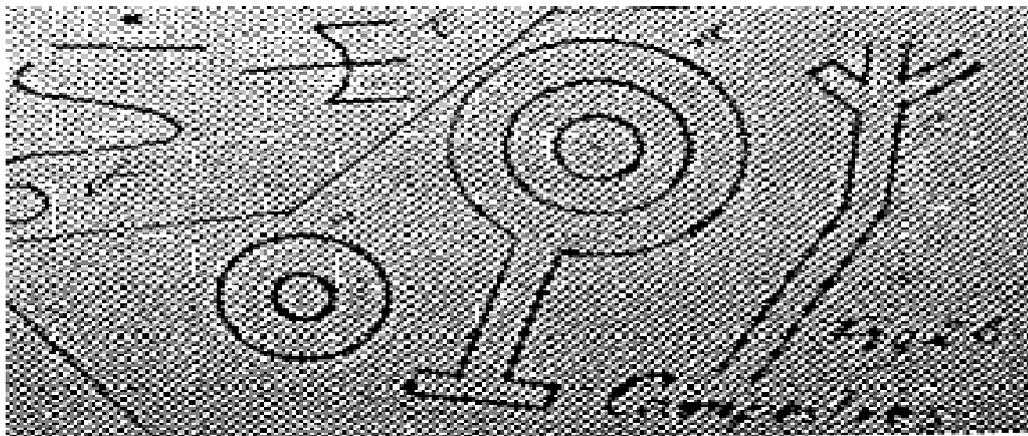
Atualmente esse sítio encontra-se em precário estado de conservação (Figuras 10, 11, 12 e 13). Há alguns anos, uma máquina que fazia reparos na estrada que passa ao lado do sítio, derrubou a rocha com os petróglifos, tirando-a de sua base natural e encobrimdo a maior parte dos desenhos rupestres. Apenas uma pequena parte dos grafismos está visível, dificultando sua observação e registro.

Figura 10 – Suporte rochoso em seu contexto e posição atual, na localidade Caraúbas, antigo Sítio Patos, município de Morada Nova – CE.



Fonte: foto de Lucas Flávio, 2020.

Figura 11 – Destaque da Estampa X, fig. 26, que reproduz as gravuras rupestres, registradas por Pompeu Sobrinho, do suporte rochoso localizado no lugar Campestre, antiga Fazenda Patos, município de Morada Nova - CE.



Fonte: Pompeu Sobrinho (1956)

Figura 12 – Grafismo vestigial no suporte rochoso da atual localidade Campestre, município de Morada Nova, hoje, deslocado do seu lugar original.



Fonte: foto de Lucas Flávio, 2020.

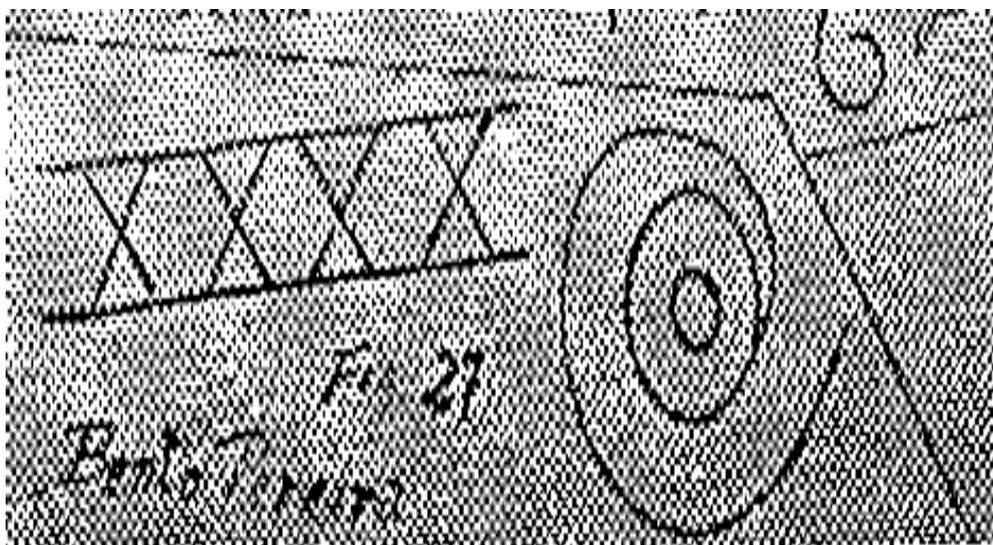
Figura 13 – Grafismo vestigial do suporte rochoso deslocado do seu lugar original, na atual localidade Campestre, município de Morada Nova – CE.



Fonte: foto de Lucas Flávio, 2020.

Quanto ao sítio localizado na localidade Bento Pereira, no lugar Ipueiras da Pedra, no município de Morada Nova, de acordo com Pompeu Sobrinho, distante cerca de 1 quilômetro da cidade, possui gravuras vestigiais (Figura 14), pois, conforme palavras do referido autor: “cremos que ainda neste caso se trate de remanescentes poupados de uma inscrição” (Pompeu Sobrinho, 1956, p. 124). Não sabemos se esse sítio reportado por Pompeu Sobrinho ainda existe, isto é, se o suporte rochoso relatado ainda se encontra no local, afinal, não temos, nem mesmo certeza se o topônimo “Ipueiras da Pedra”, usado na época da publicação do texto (ano de 1956), é o mesmo atualmente.

Figura 14 – Destaque da Estampa X, fig. 27, que reproduz as gravuras rupestres, registradas por Pompeu Sobrinho, do suporte rochoso localizado no lugar Ipueiras da Pedra, Bento Pereira, município de Morada Nova - CE.



Fonte: Pompeu Sobrinho (1956, p. 136).

Além dos autores já citados anteriormente, Silva, R. (1999) discorreu em sua pesquisa dissertativa, defendida no programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, (primeira a abordar os registros rupestres do território cearense) acerca de outros viajantes e pesquisadores que no século XIX e XX, noticiaram sítios de arte rupestre no Ceará.

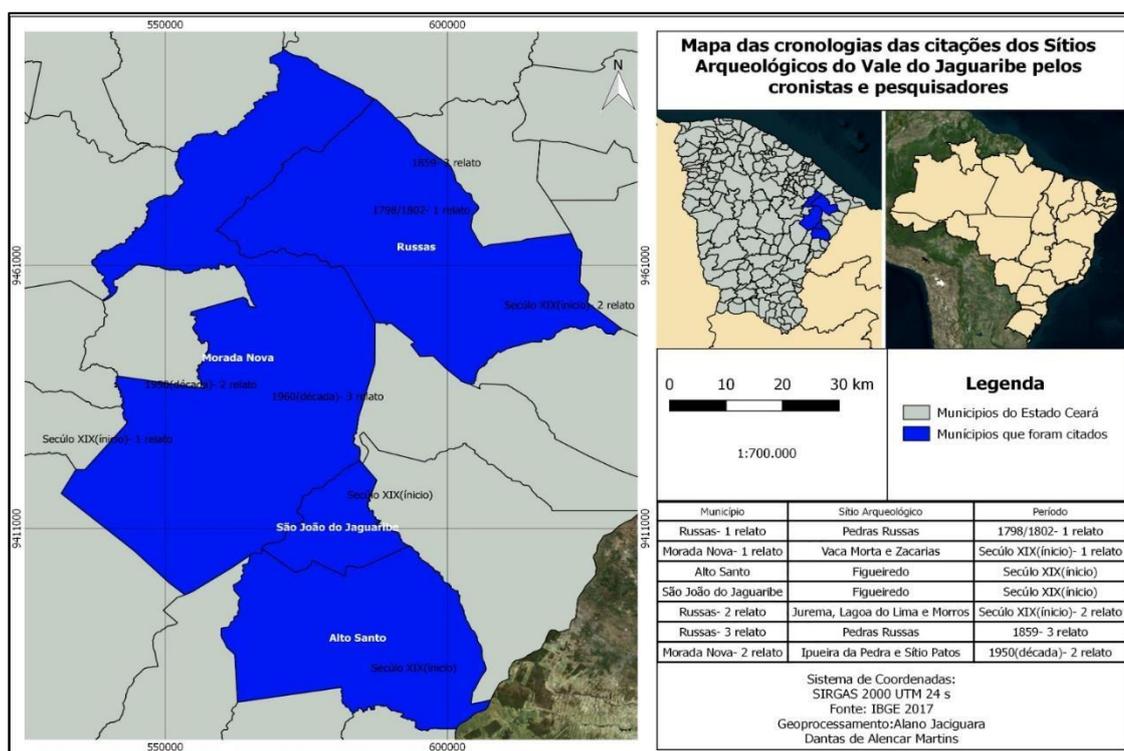
Do século XIX, Silva, R. (1999) cita o trabalho de J. Whitfield (1874), etnólogo britânico, que publicou relatos de viagens ao Ceará, intitulado *Rock inscriptions in Brazil*, no Jornal do Instituto Britânico de Antropologia, no qual descreveu lugares que possuíam sítios de arte rupestre. Franklin de Alencar Nogueira (1901), historiador, membro do Instituto Histórico do Ceará (IHC), também foi um pesquisador desse período, que se debruçou sobre registros rupestres presentes em território cearense, a partir do artigo “Letreiros antigos: notícia sobre os caracteres do Serrote da Rôla”, publicado na revista do IHC.

Quanto ao século XX, Silva, R. (1999) menciona autores, dentre pesquisadores e escritores que fizeram, nessa época, relatos em suas publicações sobre sítios de arte rupestre no Ceará: Alfredo de Carvalho (1910), a partir do artigo “Inscrições rupestres no Brasil”; Gustavo Barroso (1931), em, “Aquém da Atlântida”; Angione Costa (1938), por meio do artigo, “Das inscrições lapidares de fundo indígena”, publicado na revista do IHGB; Estevão Pinto (1935), com a obra “Os indígenas do

Nordeste”; o Relatório do Centro de Investigação Arqueológica, de Parnes, Souza, A. e Vieira (1971), resultante do trabalho de campo de pesquisadores do Rio de Janeiro, que buscou realizar um mapeamento arqueológico do território cearense; além do pesquisador e artista plástico Nilo Firmeza (1992), com a publicação do trabalho “As artes plásticas no Ceará: contribuições à História da arte no Ceará”.

Esses autores e obras, também contribuíram para a construção do conhecimento histórico e arqueológico do Ceará. Suas pesquisas e relatos abriram caminhos para investigações posteriores no campo dos estudos da arte rupestre no estado (Figura 15 - com mapa destacando os municípios onde estão situados os sítios apontados por Araripe (1909), Pompeu Sobrinho (1956) e Comissão Científica de Exploração).

Figura 15 – Regiões de ocorrência de sítios arqueológicos de arte rupestre no Vale do Jaguaribe, mencionadas no texto



Fonte: Elaborado por Alano Jaciguara, 2024.

Por fim, diante dessa discussão a respeito do potencial arqueológico do Vale do Jaguaribe é, portanto, de fundamental importância mencionarmos a urgente necessidade do incentivo às pesquisas arqueológicas e históricas desses sítios. Fica evidente que, ao longo dos anos, muito desse patrimônio histórico e arqueológico foi

perdido, em boa medida, devido à ausência de conhecimento por parte da sociedade, ou quando de conhecimento público, o patrimônio é degradado em razão do descaso das autoridades públicas competentes. Diante dessa realidade, pode-se questionar se as práticas de depredação do patrimônio não seriam, de certa forma, um reflexo ou até mesmo uma continuidade do processo de apagamento histórico e negação da herança indígena na sociedade cearense. Essa é uma questão que, devido às limitações desta pesquisa, poderá ser explorada com maior profundidade em estudos futuros.

Podemos destacar como mais um exemplo de degradação do patrimônio arqueológico da região jaguaribana, o caso de um sítio destruído no município de Morada Nova. Na sede daquele município as formações rochosas presentes no lugar denominado Pedra e Cal, próximo aos Bairros Padre Assis Monteiro e Girilândia havia um conjunto de rochas, conhecidas popularmente como Pedra da Firmina (Figura 16), que possuía um rico acervo de grafismos rupestres. Contudo, devido as atividades de desmonte de rochas para a construção civil, bem como em razão da degradação agenciada pela própria população, a medida em que o processo de urbanização avançava, o suporte com os grafismos foi aos poucos sendo destruído.

Figura 16 – Pedra da Firmina, localizada na sede do município de Morada Nova – CE. Destaque para os grafismos rupestres. Na foto, Romeu Girão, parente dos antigos proprietários, durante a década de 1960.



Fonte: Acervo pessoal da senhora Gorete Girão.

É notável, portanto, a necessidade de políticas públicas de reconhecimento e preservação desse patrimônio, parte fundamental da História do município de Morada Nova e da região do Vale do Jaguaribe. Os sítios arqueológicos como bens culturais, para ser protegidos, precisam ser submetidos a um processo de patrimonialização e posterior tombamento, sendo isso possível apenas a partir do desenrolar de uma série de etapas, dentre as quais o fomento à Educação Patrimonial da sociedade em seus diferentes níveis, tendo como ponto de partida e fio condutor de todo esse processo a Educação Básica. É a partir dessa perspectiva da Educação Patrimonial, que iremos dar continuidade ao nosso debate.

3. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: UM DIÁLOGO COM A ARQUEOLOGIA

Nesse capítulo, as discussões se desdobrarão em dois eixos principais: uma breve descrição dos sítios arqueológicos abordados nesta pesquisa e uma síntese dos debates em torno da relação entre Educação Patrimonial, Arqueologia e Ensino de História. Primeiramente, serão apresentados os principais sítios arqueológicos do Vale do Jaguaribe, destacando suas características; em seguida, será explorada a integração da Educação Patrimonial com a Arqueologia no ensino, demonstrando como esses elementos podem enriquecer a compreensão histórica dos alunos. A abordagem interdisciplinar será enfatizada, mostrando como a inclusão desses temas no currículo escolar pode promover uma educação mais contextualizada e significativa, além de fomentar a defesa e preservação do patrimônio cultural.

3.1. Visão geral do contexto geoambiental do Vale do Jaguaribe: os sítios arqueológicos da pesquisa

Em primeiro lugar, antes de entrarmos nas discussões referentes às relações entre Educação Patrimonial, Ensino de História e Arqueologia, é importante se debruçar um pouco sobre as características do contexto geoambiental onde os grupos indígenas pretéritos elaboraram nas rochas as gravuras rupestres. Esse esforço é importante para se perceber alguns critérios de escolha estabelecidos pelos povos originários antigos para definir os lugares mais adequados para a produção dos grafismos por eles elaborados.

Nas pesquisas arqueológicas, estudar as condições ambientais é de fundamental importância para o reconhecimento do conteúdo gráfico e formal dos registros rupestres, bem como das técnicas empregadas para sua elaboração. O olhar para o contexto ambiental e as características geomorfológicas e mesmo da petrografia dos suportes rochosos presentes na região, colabora também, não só para a identificação técnica, formal e temática, mas para contribuir em ações de conservação e preservação desses registros (Queirós *et al*, 2021/2022).

Os suportes rochosos gravados desses sítios são constituídos, de maneira geral, de afloramentos caracterizados por grandes lajedos e matacões localizados nas

beiras dos cursos dos rios, assim como nas margens de corpos hídricos como lagoas e riachos intermitentes. Nesses lajedos também se formam tanques em cavidades erodidas pelas águas na própria estrutura da rocha, assim como pequenas corredeiras e quedas d'água (Queirós, 2016).

É justamente nessas regiões ricas em recursos hídricos, que na maioria das vezes ocorrem sítios com gravuras rupestres no contexto do semiárido nordestino, denotando que essa característica tenha sido um critério importante de escolha, atribuído pelos povos autores desses grafismos. Santos Júnior (2008 b) assinala, como já mencionado no capítulo anterior, que:

ao observar o posicionamento espacial dos sítios arqueológicos com as gravuras rupestres, foi possível verificar uma predominância quase que absoluta de suas localizações espaciais juntos a cursos d'águas, tais como, leito e margens de rios, olhos d'águas, caldeirões, pequenos riachos e tanques naturais. A presença de gravuras rupestre distante de cursos de água é raríssima, limitada a abrigos e semi-abrigos rochosos localizados no alto das serras ou em matacões isolados em planícies (Santos Júnior, 2008, b, p. 517).

Santos Júnior (2008, b), discutindo sobre o contexto arqueológico do estado do Rio Grande do Norte, ainda destaca que, quando se observam as preferências dos povos autores dos grafismos pelos tipos de suportes escolhidos, verifica-se a predominância de rochas graníticas, calcáreas, quartzito e arenito.

Já no contexto do Vale do Jaguaribe, no Ceará, além desses tipos de rochas já mencionadas, pode-se incluir a opção por gnaisses com granulometria mais fina. No que se refere às escolhas e ao aproveitamento da superfície dos suportes, verifica-se com frequência, o uso de partes da rocha mais afetadas pela oxidação, isto é, pela perda do ferro (Fe), pois encontram-se expostas aos intemperismos típicos dos locais próximos aos corpos d'água. Essa característica oferece menos resistência aos instrumentos de percussão usados na elaboração dos grafismos, por apresentar maior porosidade superficial e menor grau de dureza à rocha, facilitando o trabalho dos autores e, portanto, demandando menos gasto de energia na atividade de gravar, bem como propicia um melhor destaque visual aos conjuntos gráficos, devido ao contraste cromático possibilitado pela superfície oxidada (Queirós, 2016).

A região do Vale do Jaguaribe está situada no leste do estado do Ceará, estando limitada, na sua fronteira oriental, pelo estado do Rio Grande do Norte. Geomorfologicamente, o vale é caracterizado por uma paisagem de planícies aluviais,

formada principalmente pela deposição de sedimentos ao longo do Rio Jaguaribe (Queirós, 2016).

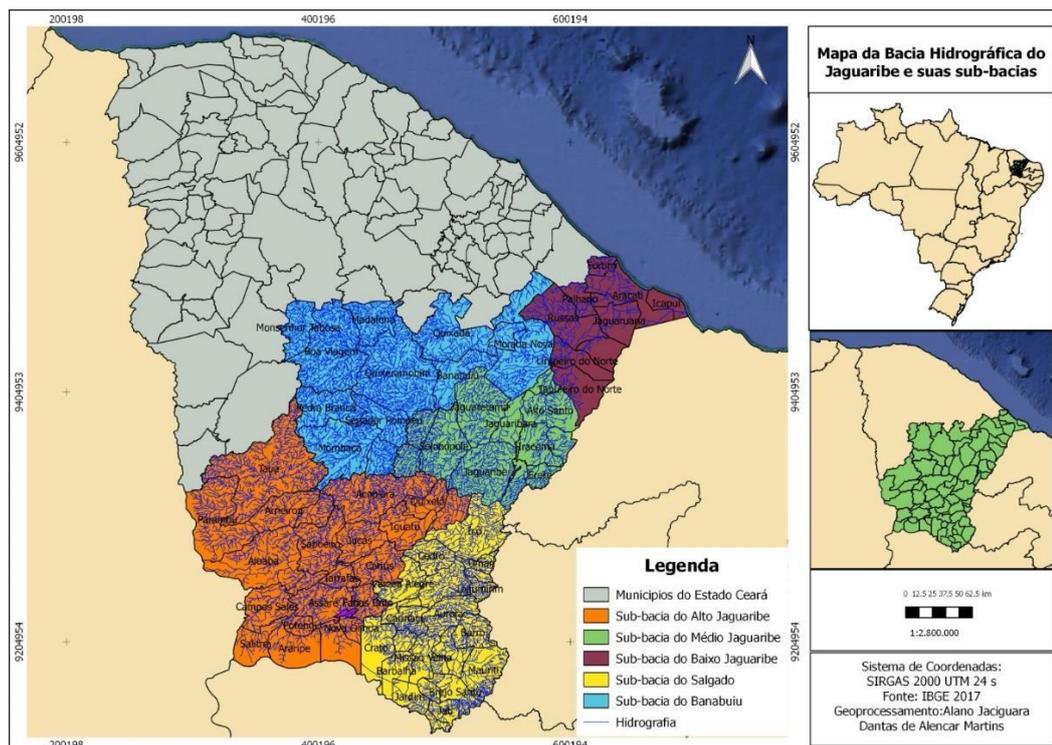
O Vale do Jaguaribe (Figura 17) é formado pela maior bacia hidrográfica do Ceará, a bacia do Rio Jaguaribe, a qual é dividida em 5 sub-bacias: Alto Jaguaribe, Médio Jaguaribe, Baixo Jaguaribe, Rio Salgado e Rio Banabuiú, que ocupam uma área aproximada de 73.043km², correspondendo a cerca de 49% de todo o território estadual (Fuck Júnior, 2008). Os sítios arqueológicos selecionados para essa pesquisa, situam-se em áreas abrangidas pelas sub-bacias do Banabuiú, Médio e Baixo Jaguaribe.

Há, no Rio Jaguaribe, declividades que variam entre 0,03 e 2,5%, com média de 0,06%, assim como altitudes variando na ordem de 250m a 400m (Ceará, 2022). Do ponto de vista topográfico, o que predomina na maior parte do Vale do Jaguaribe são feições de suaves colinas e cristas, com raras ocorrências de *inselbergs*¹⁶. A Serra do Pereiro (Médio Jaguaribe), a Chapada do Apodi (Médio e Baixo Jaguaribe) e a Chapada do Araripe (Alto Jaguaribe e Salgado), aparecem como diferenciadores topográficos da paisagem da região (Fuck Júnior, 2008).

A vegetação predominante é a de caatinga, um bioma típico do semiárido brasileiro, composto por plantas adaptadas à seca, como cactáceas, arbustos espinhosos e árvores de pequeno porte, assim como arboretos edáficos fluviais, os quais ocorrem ao longo do Rio Jaguaribe em planícies fluviais e flúvio lacustres, como a carnaúba (*Copernicia prunifera*), arapiraca (*Chloroleucon foliolosum*), pajeú (*Triplaris gardneriana*), jurema preta (*Mimosa hostilis*) e jurema branca (*Piptadenia stipulacea*) (Veras, 2008).

Figura 17 – Mapa das bacias hidrográficas do Vale do Jaguaribe, estado do Ceará, Brasil.

¹⁶ São elevações relativamente isoladas, como ilhas, cuja formação decorreu de um sistema de erosões, presentes em climas semi-áridos. Essas elevações, geralmente se destacam na paisagem, sendo compostas, em grande medida, de granito ou gnaisse, cuja superfície pode abrigar flora e fauna (Guerra; Guerra, 2008, p.353).



Fonte: elaborado por Alano Jaciguara, 2024.

Em suma, a partir dessa apresentação do contexto geológico dos sítios destacados nessa pesquisa e das características técnicas e temáticas dos grafismos neles presentes, seguem no Quadro 1 a lista dos 6 dentre os 8 sítios arqueológicos apontados no mapa da Figura 1, cujas gravuras foram selecionadas para compor as experiências pedagógicas propostas nesse estudo, contendo a localização por município e o status de cadastramento no SICG/IPHAN.

Quadro 1: Sítios arqueológicos com gravuras rupestres da mesorregião do Vale do Jaguaribe, selecionados para compor essa pesquisa.

Nº	Sítio Arqueológico	Tipo de registro	Status de cadastramento	Município
1	Lagoa das Pedras Pintadas	Gravuras	CE-2300705-BA-ST-00002	Alto Santo
2	Cumbe	Gravuras	Em cadastramento	Morada Nova
3	Caraúbas	Gravuras	Em cadastramento	Morada Nova
4	Sítio Campestre	Gravuras	Em cadastramento	Morada Nova
5	Lagoa Ferrada	Gravuras	Em cadastramento	Morada Nova
6	Pedro Benvindo	Gravuras	Em cadastramento	Morada Nova

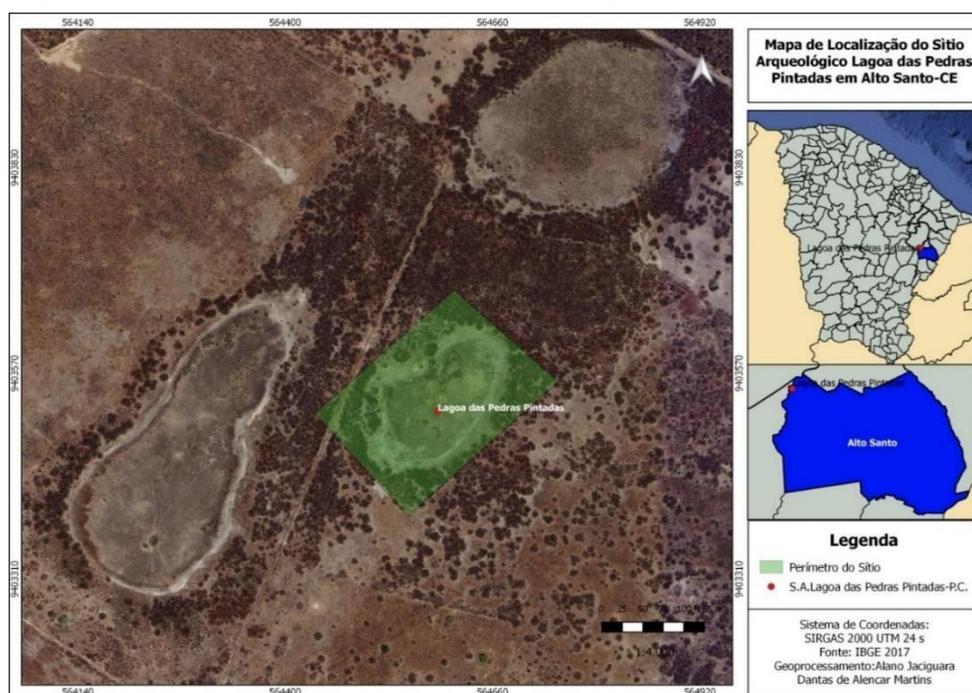
Fonte: Dados da pesquisa de campo obtidos a partir da colaboração com o projeto Arqueologia e Patrimônio do Vale do Jaguaribe, Ceará (Queirós; Lage, 2021) e Grupo de Trabalho PGSCPA/SECULT – Morada Nova.

Na sequência, uma descrição geral dos referidos sítios, com suas imagens panorâmicas de satélite e alguns dos grafismos deles selecionados e usados nas práticas pedagógicas desenvolvidas para a presente pesquisa.

3.1.1. Sítio Lagoa das Pedras Pintadas

A área que corresponde ao sítio Lagoa das Pedras Pintadas¹⁷ está situada no Noroeste do município de Alto Santo, em uma região de fronteira com os municípios de Morada Nova, Jaguaribara e São João do Jaguaribe, acerca de 25km da sede de Alto Santo, numa localidade denominada Recanto e engloba um perímetro de 221m x 157m de extensão. A porção territorial onde se encontra o sítio possui um conjunto de lagoas sazonais que se formam em períodos chuvosos, se tornando um importante reserva hídrica local (Queirós, 2016), conforme indicado na Figura 18, em imagem por satélite da região em apreço.

Figura 18 – Destaque para o perímetro do sítio Lagoa das Pedras Pintadas.



¹⁷ Discussões mais detalhadas sobre o St. Lagoa das Pedras Pintadas, ver Queirós (2016) e Queirós *et al* (2021/2022).

Fonte: Elaborado por Alano Jaciguara, 2024.

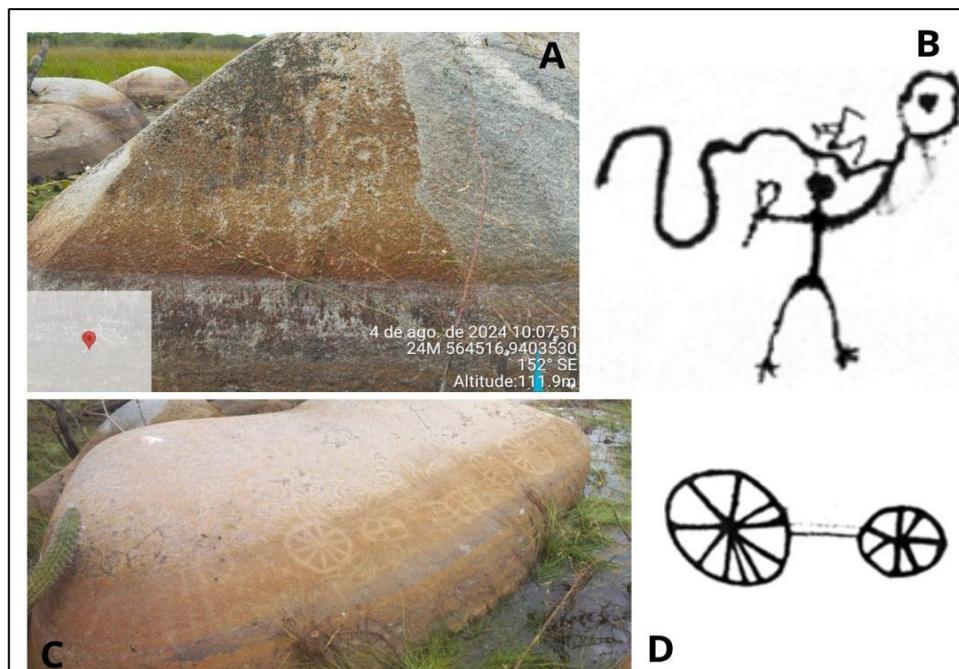
O sítio é constituído de afloramentos rochosos distribuídos nas margens e na bacia da lagoa, destacados na paisagem, além de um número expressivo de matacões gravados (cerca de 151) com registros rupestres. As gravuras, como já mencionado, são em maioria de temáticas não reconhecíveis, com rara presença de motivos reconhecíveis, que variam entre formas antropomórficas, zoomórficas e fitomórficas. Ocorrem também grafismos cupulares, aparecendo em matacões exclusivamente gravados com esse tipo de motivo gráfico. Para as atividades pedagógicas foram selecionadas desse sítio 6 gravuras, conforme é demonstrada alguns exemplares na Figura 19 e 20.

Figura 19 – Contexto do sítio na área onde estão situadas as gravuras usadas nessa pesquisa



Fonte: Registro fotográfico de Hávner Girão, 2024.

Figura 20 – Algumas das gravuras do sítio Lagoa das Pedras Pintadas, usadas nas atividades didáticas propostas nessa pesquisa: A – Gravura antropomórfica; B – Decalque digital da gravura A; C – Gravuras de temática não reconhecível; D – Decalque referente aos motivos gráficos da imagem C.

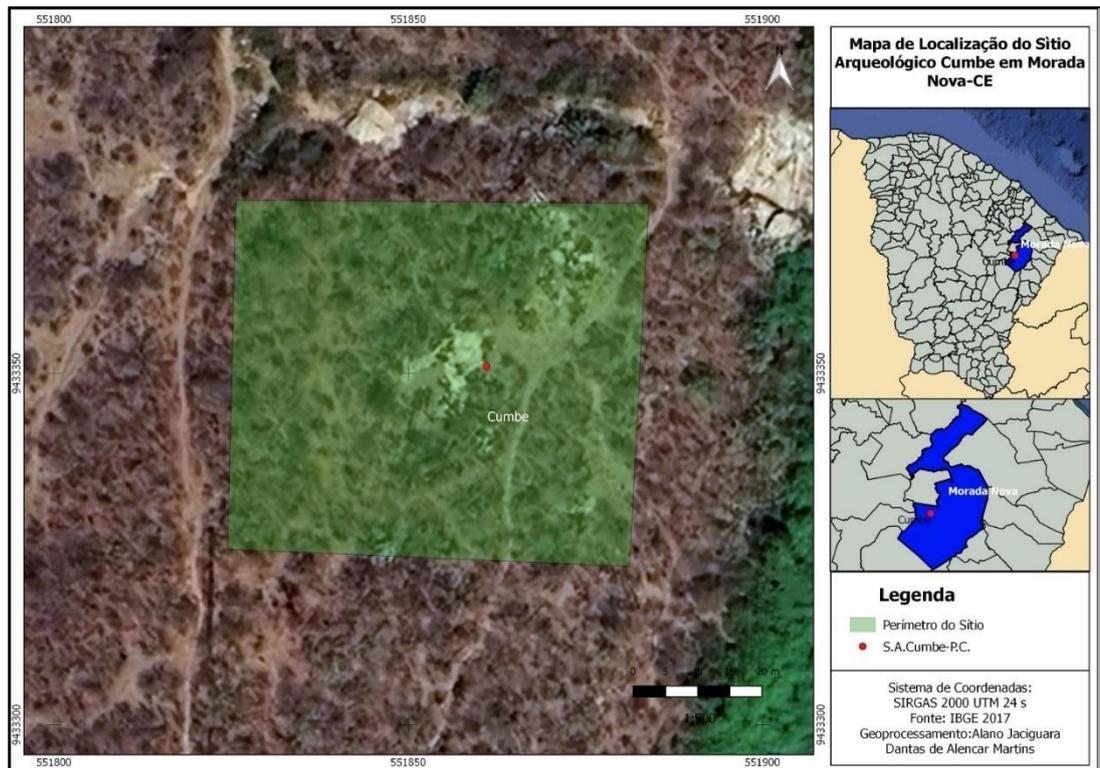


Fonte: Registros fotográficos de Hávner Girão, 2024. Decalques elaborados por Rafael Alves Moreira Nascimento.

3.1.2. Sítio Cumbe

O sítio Cumbe, está localizado a oeste e a cerca de 17,6km da sede urbana do município de Morada Nova, no distrito de Juazeiro de Baixo, com área aproximada de 3792 metros quadrados, conforme demonstra a imagem de satélite da Figura 21. O referido sítio fica à margem direita do rio Banabuiú, na beira de uma pequena corredeira e queda d'água, que leva a um corpo hídrico, de acordo com a Figura 22. Faz parte de uma propriedade particular dedicada às atividades agrícolas, de pastoreiro e criação de gado bovino.

Figura 21: Destaque do perímetro do Sítio Cumbe.



Fonte: Elaborado por Alano Jaciguara, 2024.

Figura 22 – Fotografia do topo da queda d’água, no final do período chuvoso e com o corpo hídrico ao fundo.



Fonte: registro fotográfico de Hávner Girão, 2022.

As gravuras foram elaboradas, na sua maioria, em afloramentos horizontais (conforme a Figura 23) e apresentam, majoritariamente, motivos gráficos não reconhecíveis, como demonstrado na Figura 24.

Figura 23 – Visão panorâmica de um dos principais painéis com gravuras rupestres do sítio Cumbe.



Fonte: registro fotográfico de Agnelo Queirós, 2023.

Figura 24 – Gravura do sítio Cumbe, usada nas atividades didáticas propostas para essa pesquisa.

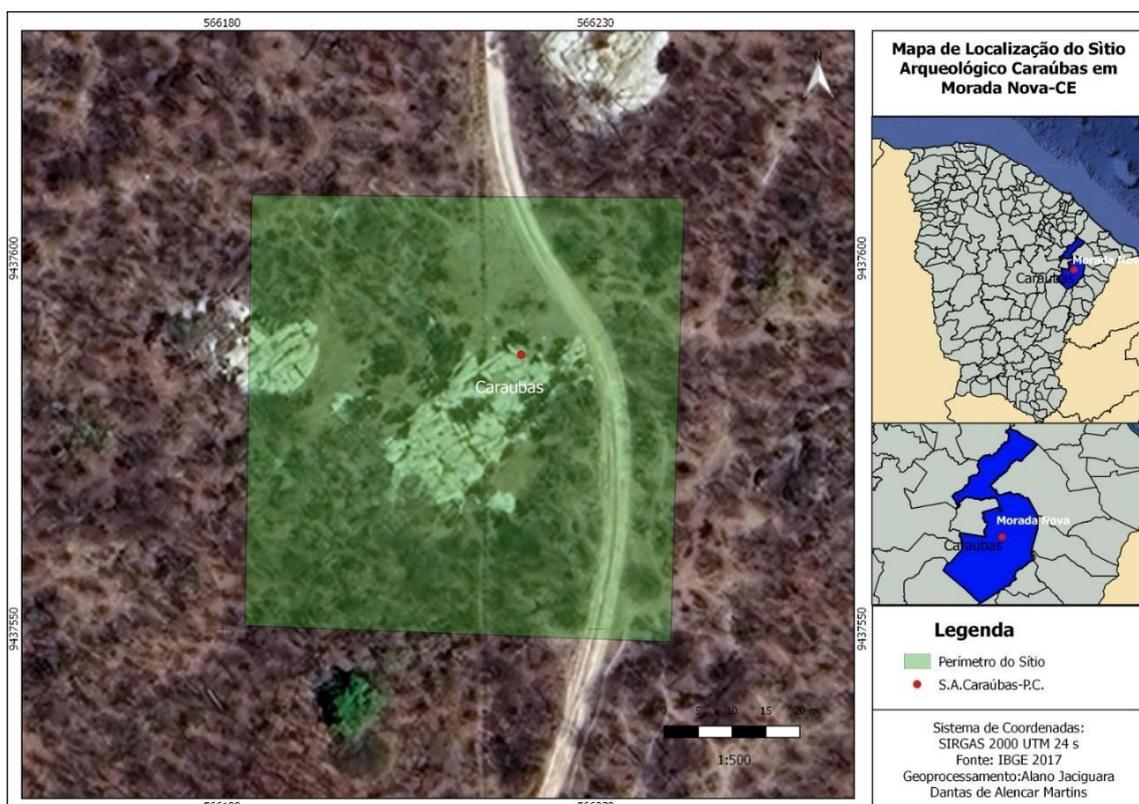


Fonte: registro fotográfico de Hávner Girão, novembro de 2022.

3.1.3. Sítio Caraúbas

O sítio Caraúbas está localizado a Noroeste e cerca de 3km da sede urbana de Morada Nova, numa localidade de mesmo nome, na sede rural do município, conforme a imagem de satélite, na Figura 25. Está situado em propriedade rural privada, no leito de uma estrada carroçável, por onde transitam pessoas, animais e veículos de pequeno porte. Possui uma área aproximada de 2724 metros quadrados e constituído apenas de um matacão deslocado de sua posição original, gravado com dois grafismos em avançado estado de degradação, como demonstrado a Figura 26 e 27. É provável que no passado existissem mais registros rupestres na área, mas com a abertura da estrada, constante trânsito de pessoas e animais, bem como a extração mineral, os vestígios arqueológicos do local foram se perdendo ao longo do tempo.

Figura 25 – Destaque para o perímetro do Sítio Caraúbas



Fonte: Elaborado por Alano Jaciguara, 2024.

Figura 26 – Contexto do perímetro do sítio Caraúbas



Fonte: Registro fotográfico de Hávner Girão, 2023.

Figura 27 – Imagem A - Gravura rupestre presente do sítio selecionada para as experiências didáticas propostas; Imagem B - Decalque digital da imagem A.



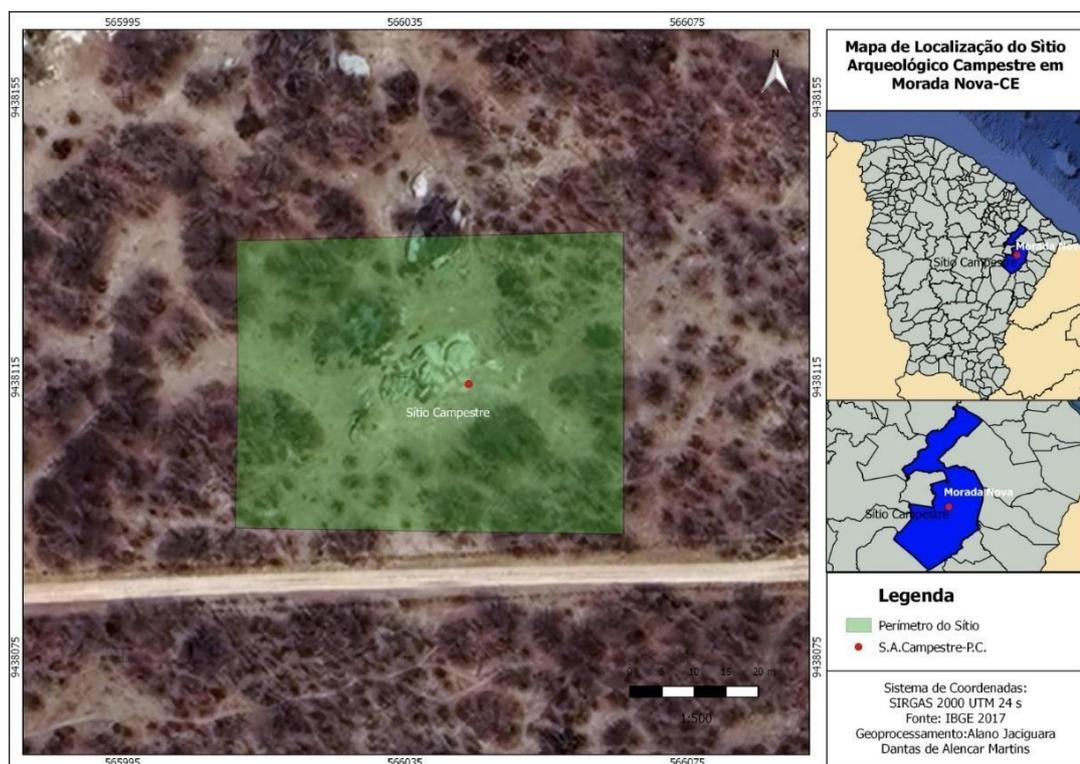
Fontes: Imagem A – registro fotográfico de Lucas Flávio, 2020; Imagem B – Elaborado por Rafael Alves Moreira Nascimento.

3.1.4. Sítio Campestre

O Sítio Campestre (Figura 28) está localizado também a Noroeste da cidade de Morada Nova e cerca de 3,2km da sede urbana do município. Está situado na mesma região do Sítio Caraúbas, aproximadamente 564m do seu ponto central. Ademais, fica próximo do Sítio Lagoa do Campestre (sítio que não teve grafismo selecionado para as atividades dessa pesquisa), cerca de 202m.

Tem uma área aproximada de 2211 metros quadrados e apresenta-se em elevado estado de degradação, em grande medida, devido as atividades de pastoreio e extração mineral. Apresenta uma gravura vestigial e um matacão com propriedades acústicas especiais (Queirós *et al*, 2021/2022), conhecido popularmente como “pedra do sino”, e gravado em sua superfície com grafismos cupulares, conforme a Figura 29.

Figura 28 – Destaque para o perímetro do Sítio Campestre.



Fontes: Elaborado por Alano Jaciguara, 2024.

Figura 29 – Imagem A – Contexto do perímetro do sítio Campestre; Imagem B – Cúpula polida gravada numa rocha com propriedades acústicas especiais.

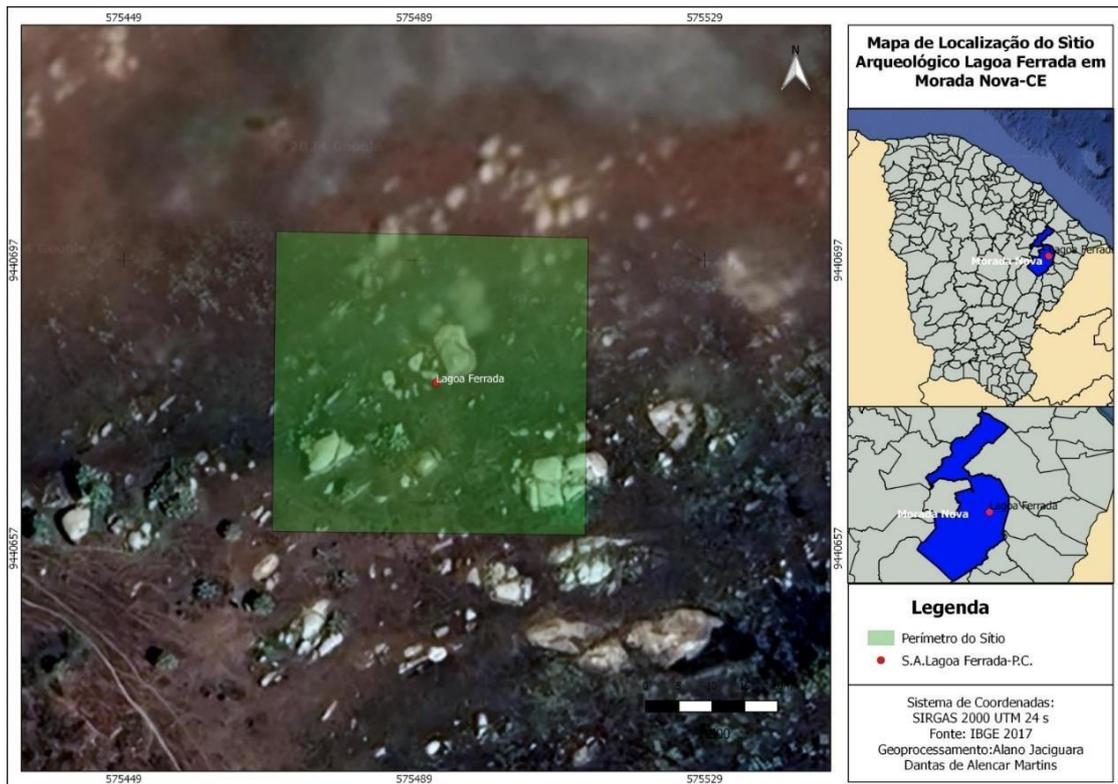


Fonte: Registros fotográficos de Hávner Girão, 2022.

3.1.5. Sítio Lagoa Ferrada

O Sítio Lagoa Ferrada está localizado na zona rural, em terras privadas, distante cerca de 7,7km da sede urbana de Morada Nova. Está situado na localidade do Dourado, parte do território do distrito de Pedras, conforme demonstrado na Figura 30. Assim como o Sítio Lagoa das Pedras Pintadas em Alto Santo, foi elaborado em ambiente de lagoa sazonal, estando seu acervo gráfico em afloramentos graníticos nas margens e no interior da bacia lacustre, com uma área aproximada de 69 mil metros quadrados. Contudo, diferente da situação do anterior, o sítio Lagoa Ferrada está em estado de degradação mais elevado, com menos gravuras claramente visíveis. A Figura 31, destaca um pouco da paisagem do sítio e um dos grafismos selecionados para os trabalhos propostos nessa pesquisa.

Figura 30 – Destaque para o perímetro do Sítio Lagoa Ferrada.



Fonte: Elaborado por Alano Jaciguara, 2024.

Figura 31 – Imagem A – Matacão gravado e paisagem lacustre que compõe o sítio; Imagem B – gravura rupestre selecionada para as atividades pedagógicas propostas; Imagem C – Decalque digital da imagem B.

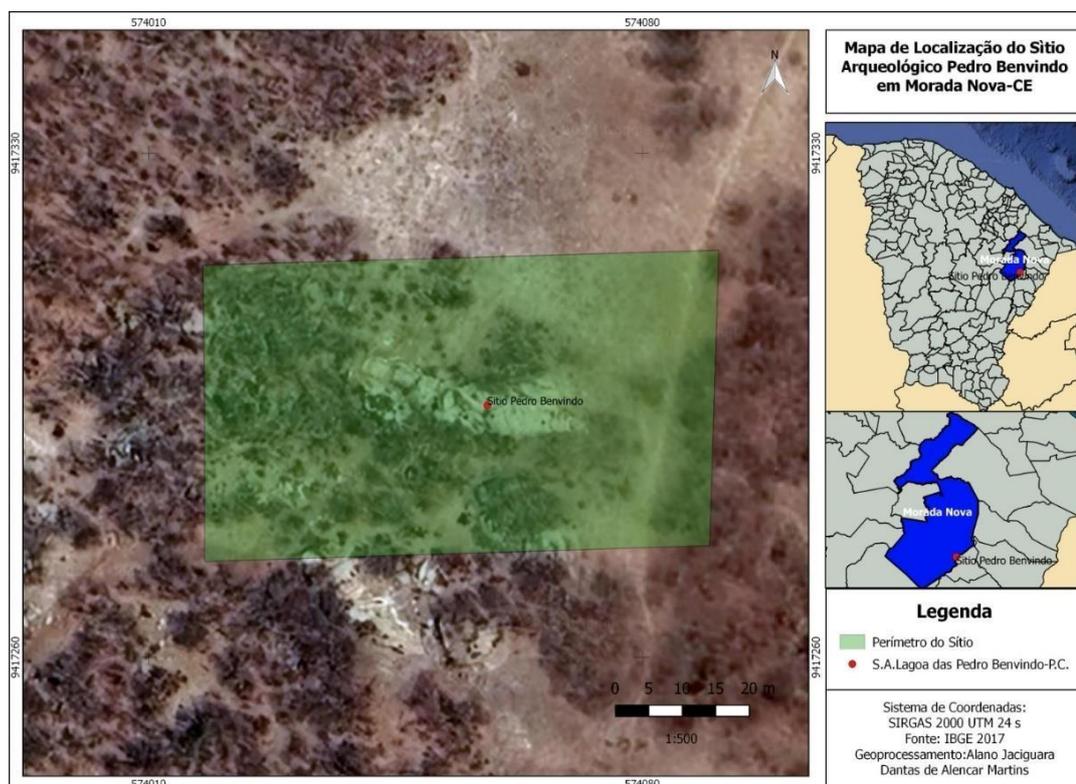


Fonte: Imagens A e B, registros fotográficos de Hávner Girão, 2023.; imagem C, elaborada por Rafael Alves Moreira Nascimento, 2024.

3.1.6. Sítio Pedro Benvindo

O sítio Pedro Benvindo localiza-se numa área arqueológica, ainda em processo de delimitação e registro, com sítios que possuem um rico acervo gráfico, além de motivos e temáticas reconhecíveis, variando entre figuras zoomórficas, fitomórficas e antropomórficas, além de figuras não reconhecíveis, as quais, à exemplo dos demais sítios, são majoritárias. Está situado no distrito do Uiraponga, cerca de 18,5km da sede urbana de Morada Nova. A Figura 32 destaca a imagem de satélite da região e a Figura 33 e 34, o contexto e uma das gravuras do sítio, selecionada para as atividades didáticas propostas para essa pesquisa.

Figura 32 – Destaque para o perímetro do Sítio Pedro Benvindo



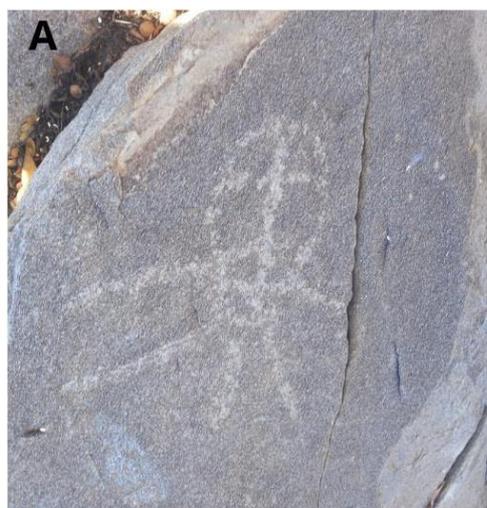
Fonte: Sítio Pedro Benvindo

Figura 33 – Contexto do sítio Pedro Benvindo, onde está situada a gravura selecionada



Fonte: Registro fotográfico de Valdeci dos Santos Júnior, 2024.

Figura 34 – Imagem A – o motivo gráfico apresenta possível temática zoomórfica; Imagem B
Decalque digital do grafismo em destaque.



Fonte: Imagem A – Registro fotográfico de Hávner Girão, 2024; imagem B - elaborada por Rafael Alves Moreira Nascimento, 2024.

Dos seis sítios descritos, apenas o Lagoa das Pedras Pintadas, do município de Alto Santo, foi objeto de estudo arqueológico (Queirós, 2016), enquanto nos demais não foram realizadas pesquisas mais detalhadas, apenas prospecção, identificação, georreferenciamento e registro fotográfico.

Esse trabalho preliminar nos sítios de Morada Nova está ocorrendo como parte do projeto Arqueologia e Patrimônio do Vale do Jaguaribe, Ceará, coordenado pelos arqueólogos Agnelo Queirós e Maria Conceição Lage (2021), assim como parte das ações do Grupo de Trabalho do Plano de Gestão Social Compartilhada do Patrimônio Cultural Arqueológico (PGSCPA), criado e coordenado pela Secretaria de Cultura e Turismo de Morada Nova. A convergência de objetivos do referido projeto e do grupo de trabalho resultou na colaboração entre ambos, visando, em primeiro plano, a identificação e registro dos sítios presentes no território desse município e região.

Em suma, uma vez realizada essa apresentação dos sítios arqueológicos do Vale do Jaguaribe, de onde foram destacadas as gravuras rupestres empregadas nas experiências didáticas propostas para essa pesquisa, é possível seguir com algumas discussões de ordem teórica e conceitual sobre a relação entre a Educação Patrimonial, a Arqueologia e o Ensino de História no trabalho com bens culturais de natureza arqueológica na educação básica.

3.2. Educação Patrimonial e ensino de História

Antes de tudo, é interessante demarcar o que se compreende como Patrimônio Cultural:

São todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão se acumulando com as das gerações anteriores. Cada geração as recebe, usufrui delas e as modifica de acordo com sua própria história e necessidades. Cada geração dá a sua contribuição, preservando ou esquecendo essa herança (Grumberg, 2007, p.5).

Fica evidente, portanto, que Patrimônio cultural não se restringe apenas aos bens consagrados, isto é, aqueles tombados e tutelados pela legislação patrimonial, por exemplo, edificações, sítios históricos ou arqueológicos considerados de grande prestígio por uma sociedade. Nesse sentido, o Patrimônio cultural de uma sociedade também não é limitado apenas aos bens herdados por seus antepassados, estão

incluídos nessa categoria todas as formas de expressão que os grupos sociais produzem no presente:

Patrimônio Cultural não são somente aqueles bens que se herdam dos nossos antepassados. São também os que se produzem no presente como expressão de cada geração, nosso “Patrimônio Vivo”: artesanatos, utilização de plantas como alimentos e remédios, formas de trabalhar, plantar, cultivar e colher, pescar, construir moradias, meios de transporte, culinária, folguedos, expressões artísticas e religiosas, jogos etc (Grumberg, 2007, p. 5).

É a partir desse “Patrimônio Vivo” e herdado, manifestado material ou imaterialmente, consagrado ou não consagrado, que a Educação Patrimonial se debruça em um trabalho educativo constante e sistemático, em busca de novas descobertas e conhecimento crítico acerca da herança legada pelas sociedades que nos antecederam.

A respeito dessa questão, é importante destacar alguns marcos teórico conceituais, necessários para se demarcar o lugar de onde essa discussão está partindo. Em primeiro lugar, nesse debate, a Educação Patrimonial é entendida como

[...] todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (Florêncio *et al*, 2014, p.19).

Nesse sentido, a Educação Patrimonial não é concebida como uma metodologia, mas um conjunto de práticas educativas que visam possibilitar os diferentes grupos sociais a se apoderarem de seus referenciais culturais, nas suas diversas formas de expressão, com o propósito de entender sua formação histórica e social, tendo em vista a identificação e proteção desses patrimônios. Dessa maneira, a Educação patrimonial, transcende a mera metodologia e se configura como um campo de atuação com potencial para de fato cultivar um senso crítico na sociedade, resultando na proteção efetiva do seu patrimônio cultural (Gil, 2020; Scifoni, 2015).

Quando o conceito de Educação Patrimonial trata dos processos educativos, se alinha com uma concepção analítica e inclusiva de educação, na qual o conhecimento é produzido de forma crítica e toma como ponto de partida os interesses das comunidades detentores e produtores do patrimônio cultural.

O pressuposto para o processo de ensino e aprendizagem, nessa perspectiva, é a investigação e o debate dialogado, que discute questões sensíveis, polêmicas e urgentes. A educação é assim vista como prática de liberdade e como uma forma de superação do racismo epistêmico e do colonialismo dos valores, dos sentidos e do poder. Portanto, a partir dessa ótica, as metodologias desenvolvidas nesse campo de ação educacional, são baseadas em práticas reflexivas, participativas, democráticas, assim como atentas às histórias silenciadas pelos poderes instituídos. A educação assim concebida será sempre um processo ininterrupto de escolhas políticas e pedagógicas (Gil, 2020).

Diante disso, a proposta é pensar a Educação Patrimonial na perspectiva de uma nova pedagogia do patrimônio, que vise o desenvolvimento de um entendimento crítico do processo de formação do conjunto patrimonial de uma determinada comunidade, o qual possibilite a reflexão sobre as memórias silenciadas, os sujeitos subalternizados, a memória imposta e operada pelos poderes econômico, político, religioso e militar, isto é, uma pedagogia fundada numa educação humanizadora, problematizadora e libertadora (Scifoni, 2015).

Portanto, a sugestão é desenvolver um conjunto de metodologias, adequadas de acordo com o contexto e o público-alvo, focadas na relação das pessoas com o patrimônio cultural de sua comunidade. A ideia é estimular os indivíduos, por meio de práticas educativas (como oficinas), a participarem do processo de identificação, reconhecimento e estudo do patrimônio (Scifoni, 2015, 2017).

Essas premissas acabam por se filiarem à concepção de ensino de História. O conhecimento histórico na sala de aula não visa a mera transmissão de conhecimentos, a celebração e preservação de memórias ou evidenciar os valores contidos nos monumentos históricos, ao contrário, a História nos estimula à reflexão, à criticidade, ao desmonte da memória em favor de sua problematização, a enxergar os monumentos dentro de processos históricos permeados por conflitos e disputas de diferentes grupos sociais em nome dos seus interesses (Scifoni, 2017; Gil, 2020).

Logo, a interpretação histórica é que dá sentido à manutenção da História no currículo escolar. A relevância da disciplina na grade curricular da escola básica está nessa característica. Nesse sentido, estudar o patrimônio a partir de métodos de aprendizagem que estimulem a interpretação da História, pode contribuir para a

construção de conceitos e procedimentos que atribuam sentido ao passado na sua relação com o presente. É função do ensino de História discutir de maneira crítica as memórias, tanto as celebradas, quanto as silenciadas, proporcionando assim uma compreensão das escolhas patrimoniais realizadas ao longo do tempo (Gil, 2020).

Essa problemática das escolhas patrimoniais é vista como questão central para o trabalho desenvolvido por Barcelos (2016). O eixo da sua proposta de trabalhar cultura material e Educação Patrimonial não é, portanto, o preservacionismo e sim a escolha autônoma dos indivíduos e da sociedade do que preservar ou descartar. Essa escolha, para o autor, se estabelece a partir da relação que construímos com as coisas materiais.

De fato, minha intenção era justamente escapar da noção preservacionista que impera nas questões patrimoniais. Escapar das armadilhas presentes nestas concepções que fazem dos arqueólogos “defensores” do patrimônio. E que, uma vez em contato com o público, devem “conscientizar” as pessoas para valorização e proteção destes “bens” (Barcelos, 2016, p. 165).

Nesse sentido, Barcelos (2016) tem a intenção não de reforçar a tendência tradicional de pôr o arqueólogo, o historiador ou qualquer profissional que lide com Educação Patrimonial no posto de guardiões do patrimônio ou detentores dos saberes que ajudaria a “conscientizar” a sociedade da importância de “preservar” e “valorizar” os seus bens culturais, mas sim de despertar nessa sociedade, reflexões de como as pessoas se relacionam com os objetos, isto é, com a cultura material de que são produtoras e/ou consumidoras.

Portanto, discussões que partem de um eixo baseado no “autonomismo”, assim chamado por Barcelos (2016), ou seja, nas escolhas e critérios que pessoas, individualmente, e a sociedade, em âmbito coletivo, estabelecem para guardar ou descartar um objeto, são muito mais fecundas e servem de melhor suporte para compreensão de como algo se torna patrimônio e outras coisas são legadas ao esquecimento.

Essa questão está relacionada com a postura de caráter vanguardista dos órgãos de defesa do patrimônio cultural, que ainda entendem a Educação Patrimonial como uma atividade que visa, simplesmente, levar o conhecimento, se portando como uma autoridade sobre os bens culturais que pertencem a determinada comunidade.

Scifoni (2012) aponta que as atividades de Educação Patrimonial não podem ser vistas como simples práticas de divulgação e difusão de conhecimentos e informes sobre um bem cultural já consagrado ou depois de ocorrido todo o processo do seu tombamento. Nesse sentido, as ações nesse campo, não podem se restringir à visitas de técnicos e profissionais aos locais para levar o conhecimento aos outros, como se as populações não fossem detentoras dos saberes locais ou não estabelecessem relações com os lugares e patrimônios que constituem seus espaços socialmente construídos e que em alguns casos, estão permeados por memórias coletivas que nem sempre evocam momentos de alegria ou de conquistas, por vezes, remetendo até episódios traumáticos de sua História.

Silveira, Flávio e Bezerra (2007), também assinalam que, o que denominam de “perspectiva conscientizadora”, tão difundida por técnicos e educadores da esfera do patrimônio, acabam praticando, direta ou indiretamente, uma violência simbólica, na medida em que não levam em conta, no momento de suas intervenções sobre os bens patrimoniais do outro, os saberes, conhecimentos e mesmo a capacidade de interpretação e leitura das comunidades detentoras dos bens culturais, de seu próprio universo simbólico, o que coloca essas populações na condição de coletividades que necessitam ser agraciadas pelo conhecimento acerca do patrimônio que elas próprias dão sentido e vivenciam.

Assim discorreram Silveira, Flávio e Bezerra (2007) acerca dessa problemática:

[...] a ideia redentora de conscientizar o Outro, tão propalada por educadores e técnicos do campo do patrimônio, revela uma violência simbólica (BOURDIEU, 1989) ante as comunidades, visto que se apresenta pouco afeita ao olhar antropológico que toma o Outro como um sujeito capaz de realizar a sua própria hermenêutica do mundo no qual está inserido. Portanto, as perspectivas conscientizadoras desconsideram a visão de mundo dos envolvidos com o processo de conservação patrimonial, tendendo a tomá-los como pessoas que necessitam da luz do conhecimento para aclarar suas consciências obtusas. Isto se daria, na perspectiva desses profissionais, pela pouca visão, por parte dos “nativos”, da grandiosidade dos bens com os quais convivem (Silveira, F.; Bezerra, 2007, p. 87).

Dessa forma, partindo desse debate, a Educação Patrimonial deve ser conduzida pelo caminho da educação como um mecanismo de libertação e emancipação da humanidade. Para tanto, é necessário incluir as comunidades detentoras dos bens culturais em todo o processo de reconhecimento, definição dos usos, estudos e tombamento, afinal, é a comunidade portadora desses bens que

possui o vínculo afetivo e com a memória atrelada ao bem cultural que compõe sua paisagem. Esse processo contribui para que a comunidade estabeleça uma relação de identidade com patrimônio, isto é, que os bens culturais tombados de fato representem a memória coletiva daquele grupo social (Scifoni, 2012).

Nessa visão integradora de Educação Patrimonial, abre-se espaço e uma oportunidade para envolver a comunidade local na formação coletiva e compartilhada do seu patrimônio cultural:

Neste caso ela se revela como uma possibilidade e um espaço para envolver a comunidade local na construção de um patrimônio compartilhado, considerando as necessidades e as expectativas das comunidades envolvidas, o que implica uma construção que é coletiva e não uma ação burocraticamente implantada de cima para baixo pelas instituições (SCIFONI, 2012, p. 37).

Desse modo, sem a pretensão de encerrar o debate, complementando a definição proposta por (Florêncio *et al*, 2014), a Educação Patrimonial pode ser entendida como um grande campo de ação, que não se restringe apenas às práticas educativas em museus ou em patrimônios tombados, mas que incorporam atividades diversificadas, sobretudo, as de característica participativa, as quais tornam possível a integração das comunidades locais na tarefa de refletir e decidir a respeito do que vão demarcar como patrimônio e nos meios de proteger os bens que são parte da sua memória coletiva (Scifoni, 2012).

Retomando a discussão em relação ao diálogo da Educação Patrimonial com o Ensino de História, Gil (2021) visando indicar um caminho viável para definir as especificidades da Educação Patrimonial no âmbito do Ensino de História, assinala que o patrimônio cultural, no espaço escolar, não deve ser visto como um monumento, um templo, um museu, uma estátua, um espaço de visitação de caráter turístico. No âmbito escolar, o patrimônio não deve ser encarado como um simples objeto amparado por políticas de preservação, mas como uma matéria a ser estudada pelos alunos.

Nas aulas de História, o patrimônio cultural tem muito mais a oferecer para o aprendizado por seu valor de símbolo cultural do que como objeto dotado de valor identitário e monumental. Portanto, a forma que a aula de História pode contribuir para o debate em Educação Patrimonial é introduzir na discussão a relação entre História e memória. A memória deve ser vista como uma lupa, possibilitando o professor encará-la mais como um documento e menos como um resíduo ou uma ficção. Falar

de questões relacionadas à memória nesse debate é dar atenção ao “sentido do passado”, isto é, se aproximar da memória é oferecer meios para o desenvolvimento de atividades educativas que estimulem o questionamento e a interpretação do passado (Gil, 2021).

Gil (2021) destaca ainda que o Ensino de História permite, em diálogo com a Educação Patrimonial, enxergar e reconhecer as camadas de tempo que compõem o patrimônio, possibilitando que os documentos históricos produzidos na época sejam os guias que contribuem para realizar a leitura dos espaços que contêm a materialidade do passado.

Nessa mesma linha, no que se refere a percepção do patrimônio cultural composto por diferentes camadas temporais, Lima (2018), discutindo a importância histórica e arqueológica do Cais do Valongo, no Rio de Janeiro – RJ, pontua que a História desse cais é marcada por sucessivos episódios de silenciamentos. Ele, ao longo dos últimos 192 anos sofreu um processo de enterramento material e simbólico. Quando deixou de ser um lugar de desembarque de escravizados, em 1831, foi aterrado e substituído por um novo porto em 1843, passando a ser chamado de Cais da Imperatriz, pois sua reforma foi realizada para a ocasião da chegada da esposa de D. Pedro II. No início do século XX, no contexto dos remodelamentos e embelezamentos urbanos no Rio de Janeiro, o Cais da Imperatriz foi soterrado para ser construída sobre ele uma praça. Todo esse processo de transformações sofridas na região do Valongo, são perfeitamente percebidas por meio das diferentes camadas históricas, reveladas pelas escavações que deram origem a esse sítio histórico.

Dessa maneira, a Educação Patrimonial, pode ajudar no Ensino de História a:

debater e visibilizar as camadas de história nos patrimônios; identificar caminhos narrativos nas materialidades, nos saberes, fazeres, nas manifestações culturais, nos lugares e nas celebrações, por exemplo. Assim, a EP possibilita o contato com os bens culturais potencializando o trânsito entre o passado e o presente através da evidência do patrimônio. Nos roteiros de estudo, nas caminhadas pela cidade, nos percursos virtuais, os documentos históricos podem ser os Guias que nos ajudam a ler o espaço (Gil, 2021, p.3).

Assim, tomando como referência as questões discutidas por Gil (2021) e Lima (2018), quando esta tratou do Cais do Valongo, podemos pensar que o patrimônio cultural associado aos povos originários de tempos pretéritos que habitaram a região do Vale do Jaguaribe está imerso em camadas de memória, um passado silenciado, em grande medida, em razão das consequências das políticas colonizadoras

empreendidas pelas ordens religiosas católicas e a coroa portuguesa, ao longo dos séculos XVIII e XIX, conforme já discutido a partir dos trabalhos de Santos Júnior (2008, a) e Queirós (2016).

Desse modo, a partir do prisma da Educação Patrimonial em diálogo com o Ensino de História, possam ser pensadas propostas de situações de ensino, nas quais sejam tomados como guias os registros rupestres que marcam a presença histórica desses povos na região, contribuindo para fazer emergir dessas camadas de memória, o papel dos povos originários na própria formação da sociedade cearense e possibilite que a História do Estado seja contada a partir de outras perspectivas.

3.3. Arqueologia em diálogo com o ensino de História

História e Arqueologia, por vezes, trabalham juntas dialogando e contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas sobre vários períodos investigados pelo historiador, como a chamada História Pré-Escrita, História Antiga, e mesmo História Moderna e Contemporânea.

Esse diálogo se mostrou mais fecundo, sobretudo, depois da expansão de campos de investigação da História, iniciado ainda no século XIX, mas intensificado no início do século XX, pela chamada Escola dos Annales¹⁸ (o termo escola não é um consenso entre os historiadores), movimento ou escola historiográfica que iniciou suas atividades na década de 1920, por meio da Revista dos Annales (Barros, 2012).

A Arqueologia conquistou seu espaço no rol das ciências, durante o século XIX, com seus próprios aparatos teóricos, conceituais e metodológicos. E, em razão do seu caráter multi e interdisciplinar, ou mesmo pandisciplinar¹⁹, com profissionais que

¹⁸ Os Annales foi um movimento ou escola historiográfica surgido na França, durante a primeira metade do século XX. Uma revista na França intitulada Annales d'Histoire Économique et Sociale, surgiu em 1929, fundada por Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956) (Barros, 2012).

¹⁹ Thiel e Ahlert (2019) consideram que para um campo do conhecimento ser visto como pandisciplinar é necessário que aborde conteúdos com abrangência que vai além de apenas uma disciplina, de modo que todas as áreas do conhecimento precisem dar alguma atenção aos temas tratados por ele. Nesse sentido, como a Arqueologia é uma disciplina que lida com conteúdo e temática que perpassam por diversas áreas do saber científico, pode-se considerar que ela se enquadra dentro da definição de pandisciplinar.

lidam com escavações, análises de laboratórios e compilações de dados, a Arqueologia pode oferecer inúmeras contribuições quando dialoga com a História (Morales, 2010), tais como: enquanto a última possibilita uma compreensão mais ampla do contexto cultural, social e político de uma época a primeira pode oferecer um entendimento mais detalhado, por meio do estudo da cultura material, de aspectos da vida cotidiana dos indivíduos que viveram no período histórico estudado.

Miller (2021) faz algumas reflexões sobre o uso de princípios e técnicas da Arqueologia no universo escolar, argumentando que devido à natureza interdisciplinar dessa ciência ela não deve ser vista apenas, ou melhor, nunca pode ser encarada como auxiliar da História. Os arqueólogos em suas pesquisas, usam métodos e procedimentos parecidos com os de outros campos da ciência, assim como um raciocínio metodológico análogo ao das ciências forenses e da criminalística. Portanto, a Arqueologia pode oferecer bem mais contribuições para o trabalho em sala de aula, do que como um simples conjunto de saberes complementares ao ensino da História.

Nesse sentido, em um contexto escolar, empregar métodos da disciplina pode contribuir, inclusive no aprendizado de diversos componentes curriculares, como: a História, contribuindo para compreensão de que o conhecimento histórico não é absoluto e se faz a partir da interpretação de evidências; Química e Física, quando se fala em testes em laboratório que envolvem análises físico-químicas dos artefatos; Biologia, quando se trata do ambiente, fauna e flora; Matemática quando se trabalha com medidas de área e dimensões dos artefatos ou levantamentos estatísticos; bem como a Geografia, quando se pensa em levantamentos de croquis, produção de mapas e localização de sítios e áreas arqueológicas, dentre outros campos do saber escolar.

Na mesma linha de pensamento, García Macías (2007) também defende que a multidisciplinaridade da Arqueologia a torna adequada para trabalhar no espaço escolar conceitos e conteúdos de várias áreas do conhecimento, como: debates que fomentam a compreensão da legislação sobre patrimônio cultural; Artes, na identificação cultural a partir da análise e produção das expressões artísticas dos povos antigos, tais como os registros rupestres; Redação, na produção de textos, contribuindo para o desenvolvimento de uma escrita científica; Fotografia, no desenvolvimento de técnicas de registro; História, no entendimento de que a

arqueologia ajuda a compreender que o conhecimento histórico nunca está completo e é sustentado pela análise e investigação de registros do passado.

A contribuição do diálogo da Arqueologia com o ensino escolar está também na possibilidade de elaborar situações de ensino em espaços educativos não formais, como aulas de campo nos sítios arqueológicos. Esse tipo de atividade pode oferecer aos alunos aulas menos cansativas, proporcionar a possibilidade de experimentar na prática certos procedimentos da Arqueologia, como a realização de registros fotográficos dos vestígios culturais, bem como o georreferenciamento do sítio, dentre outras. O contato dos educandos com a paisagem, a liberdade de poder tocar, sentir e medir as evidências materiais presentes no sítio são importantes para despertar uma percepção mais crítica e um olhar mais científico da realidade (Falk *et al*, 2017).

García Macías (2007) reforça ainda, que as formas de aproximar a arqueologia da educação básica podem ser duas: através da educação não formal e por meio da educação desenvolvida dentro do sistema oficial de ensino. No sistema formal, nas escolas básicas, o ensino da arqueologia pode ser desenvolvido através de livros sobre cultura material e patrimônio arqueológico, simulações virtuais de escavações até participação de alunos e professores em escavações reais.

A exploração didática das escavações arqueológicas são as atividades do ensino de Arqueologia que mais despertam o interesse do público. Existem pelo menos três formas viáveis de se trabalhar com essa atividade na escola: programas que simulam as escavações virtualmente, observar uma escavação real e, quando não há condições de efetuar a prática anterior, as simulações, que podem ser realizadas dentro das dependências da escola. Para o autor, esse tipo de metodologia oferece aos alunos um entendimento mais acurado das cronologias, a diversidade cultural humana, as formas de estabelecer hipóteses, a maneira adequada para se questionar o passado, bem como é uma forma atrativa para se aprender História (García Macías, 2007).

Embora as estratégias sugeridas por García Macías (2007), participação direta em pesquisa de campo com arqueólogos ou simulação de escavação arqueológica, não estejam dentro do rol de situações de ensino propostas por essa pesquisa, as reflexões do autor contribui para pensar nas inúmeras e frutíferas possibilidades do emprego de métodos, técnicas e conhecimentos da Arqueologia em contexto escolar, sobretudo quando se discute o trabalho com bens culturais de natureza arqueológica no ensino de História.

A respeito da cultura material de origem arqueológica, Carbonari (2017) defende que uso desse tipo de material no ensino de História contribui para oferecer aos alunos a possibilidade de se aproximarem, a partir das situações de ensino propostas, do modo de vida e das estratégias culturais empregadas pelos povos produtores desses bens culturais, potencializando assim, a compreensão de conteúdos mais distantes da realidade histórica dos estudantes.

Battassini (2021) também sugere que é importante estudar períodos históricos cronologicamente muito distantes da temporalidade dos alunos, a partir de registros de origem arqueológica. Para tanto, a autora assinala que trabalhar assuntos cujos conteúdos são oriundos da Arqueologia, como História Pré-escrita, História Antiga, História indígena Pré-escrita, seja necessário o contato dos estudantes com os procedimentos científicos de produção do conhecimento, estimulando a partir disso a interação dos alunos com fontes primárias, o desenvolvimento de habilidades como a elaboração de perguntas e a formulação de problemáticas de pesquisa. Nas palavras da pesquisadora: “Experenciar a simulação de condições de pesquisa, reflexões sobre os vestígios encontrados e os resultados dessas experiências, aprofundam a discussão dos conteúdos estudados em aula” (Battassini, 2021, p. 76).

Em sala de aula, Battassini (2021) trabalhou com seus alunos o contato direto com fontes primárias de cultura material dos povos pretéritos, como pontas de projéteis, fragmentos de cerâmica, machado, raspadores, pontas de flechas. Ela estimulou os alunos a questionarem os artefatos, com perguntas básicas, voltadas para a problematização dos registros, levando os educandos a discutirem os conteúdos históricos trabalhados nas aulas, a partir das análises que realizaram dos objetos culturais empregados como recurso didático.

Dessa forma, partindo dessa abordagem, é que foram elaboradas algumas situações de ensino desenvolvidas a partir do uso das gravuras rupestres dos sítios arqueológicos do Vale do Jaguaribe como principal recurso didático para o estudo da História pretérita dos povos indígenas da região, possibilitando aos alunos contato com os grafismos por meio de suas fotografias impressas. A atividade de análise dos registros rupestres foi pensada, portanto, para ser mediada por perguntas que estimulem os estudantes a problematizarem esses documentos, levando-os a refletirem sobre o legado histórico e cultural dessas populações nativas.

Além do potencial pedagógico da relação estabelecida entre cultura material, História e Arqueologia, assim como as possibilidades do uso de técnicas e de

simulações de procedimentos de pesquisa dessa ciência no espaço escolar, o diálogo do conhecimento arqueológico com o Ensino de História pode possibilitar ainda debates profícuos em sala de aula sobre identidade cultural, memória e patrimônio. Esse diálogo pode se dá através de situações de ensino nas escolas, que promovam reflexões por parte das comunidades locais sobre como concebem o patrimônio arqueológico presente em seus territórios.

Sobre essa questão, a pesquisa de Battassini (2021) faz uma investigação, a partir de situações de ensino em turmas de 6º ano do ensino fundamental em uma escola da cidade de Nova Petrópolis – RS, a respeito do patrimônio arqueológico na sala de aula, buscando questionar os patrimônios reconhecidos pela história oficial do município e como isso se reflete na concepção dos estudantes sobre o que enxergam na cidade como um bem cultural de valor patrimonial.

Essa problematização, tencionou discutir com os educandos os parâmetros de seleção e ausências estabelecidos pela sociedade local no momento de definir os bens escolhidos como parte do seu patrimônio cultural. Os resultados da pesquisa foram promissores, pois permitiu que educandos discutissem a História de Nova Petrópolis por meio de perspectivas diferentes, levando-os à compreensão de que as narrativas históricas também são construídas a partir de interesses e relações de poder entre os diferentes grupos da sociedade nova-petropolitano (Battassini, 2021).

Partindo de uma problemática semelhante, Montenegro (2012) discute sobre uma experiência pedagógica desenvolvida numa escola de ensino básico da província de *Jujuy*, Argentina, a qual teve por objetivo compartilhar a experiência educacional e analisar a partir dela as representações da comunidade escolar sobre o patrimônio arqueológico local. Dentro de um contexto de uma emergência significativa de identidades étnicas, a autora avaliou como o passado e o patrimônio da região são concebidos por alunos e professores. Foi constatado pela pesquisa que os sujeitos em questão pouco sabiam sobre Arqueologia e das evidências culturais de ocupação indígena em sua região, no período anterior à colonização espanhola. Para estudantes e professores a identidade cultural da província estava atrelada à cultura gaúcha, como o folclore, as festividades e suas contribuições durante as guerras de independência. A intervenção didática proposta pela autora consistiu em oficina de expressões artísticas, oferecidas a alunos e professores. A oficina contribuiu para além de divulgar os conhecimentos científicos produzidos pela Arqueologia sobre o passado pré-colonial de *Jujuy* e promover um letramento patrimonial, também pôde

avaliar como os sujeitos da pesquisa davam sentido aos seus discursos e saberes aprendidos.

Dessa forma, Montenegro (2012) assinala que em um contexto de reivindicação dos povos originários e comunidades locais sobre sua inclusão no processo de produção do conhecimento de sua própria História, é exigida da Arqueologia, como uma ciência que estuda o passado a partir da cultura material, uma reavaliação dos seus métodos e a relação com as sociedades vinculadas a esses bens culturais. Nesse sentido, a autora enxerga a Arqueologia Pública como um caminho viável para alcançar vínculos com as comunidades locais com vistas a construir coletivamente, a partir de uma parceria entre ciência e saberes locais, o conhecimento sobre o passado de tais sociedades.

Nessa perspectiva, Arqueologia Pública é um campo da Arqueologia que visa uma aproximação e interação com o público em geral a partir do desenvolvimento de projetos, que buscam contribuir com melhorias e benefícios para as comunidades onde atuam os arqueólogos. Esse diálogo os pesquisadores e o público, procura estimular o envolvimento da população portadora dos bens de natureza arqueológica nas etapas que envolvem as pesquisas, como, prospecção, identificação e reconhecimento dos sítios, coletas e registros de dados de campo e até em eventuais escavações (Nascimento Júnior, 2022).

Além do que, Nascimento Júnior (2022) pontua:

Essa participação do público agrega valores para a comunidade, que passa a se envolver com os bens culturais de sua região, desenvolvendo o sentimento de pertencimento com esse patrimônio. Além disso, o público pode auxiliar nas pesquisas, pois consegue um olhar interpretativo que muitas vezes tem relação ancestral com alguns locais e objetos arqueológicos (Nascimento Júnior, 2022, p. 77).

Dessa maneira, Montenegro (2012) ressalta que a educação básica, por meio da escola, é o primeiro passo para a construção do conhecimento histórico e formação de um vínculo identitário com o patrimônio cultural legado pelos povos indígenas pretéritos da região. É nesse sentido a importância de levar a Arqueologia Pública para o espaço da sala de aula e integrá-la ao programa curricular oficial.

Montenegro (2012) considera, portanto, que a proposta de levar os conhecimentos da Arqueologia para a sala de aula ajuda no processo de entendimento da disciplina como produtora de saber científico sobre o passado e a

divulgação dos estudos e descobertas arqueológicas. Por essa razão a escola é, conforme os resultados do estudo proposto pela autora, um importante espaço de fomento à educação patrimonial e conseqüente reconhecimento do patrimônio arqueológico local.

Nas palavras da pesquisadora:

Nesse contexto, é necessário apostar no desenvolvimento de ações educativas que promovam o reconhecimento do patrimônio arqueológico local nas escolas e na constituição de um passado mais inclusivo. Essas ações contribuirão ainda, na criação de uma consciência de respeito pelo patrimônio de outras culturas, fomentando um espaço de interculturalidade. Isso poderia resultar em uma melhoria na qualidade educacional, já que as aprendizagens estarão relacionadas ao contexto sociocultural em que as crianças estão inseridas, tornando-se, portanto, significativas (Montenegro, 2012, p. 495, tradução nossa)²⁰.

É a partir dessas premissas que se pretende, através da criação de experiências educacionais, promover a problematização e o reconhecimento do patrimônio arqueológico do Vale do Jaguaribe. O trabalho com a arte rupestre da região nas aulas de História pode contribuir para os alunos se enxergarem como parte integrante desse passado cujos fragmentos estão inscritos nas rochas.

Os registros rupestres do Vale do Jaguaribe já são conhecidos pela população local, através do conhecimento transmitidos por vaqueiros, lavradores e caçadores. É possível que há gerações as inscrições rupestres ou “as pedras do letreiro” são conhecidas pelas pessoas que habitam as regiões portadoras de sítios arqueológicos, estabelecendo vínculos, inspirando histórias, portanto, construindo memórias locais. Por essa razão, como já mencionado no capítulo anterior, é por meio das informações fornecidas pelos habitantes e trabalhadores desses lugares que os arqueólogos localizam, reconhecem e registram esses sítios de arte rupestre, elaborada por povos que tomavam as rochas como tela.

Essa é uma das maiores contribuições da Arqueologia Pública, o trabalho colaborativo entre os saberes das comunidades e o conhecimento científico. Contudo,

²⁰ En este contexto, es necesario apostar al desarrollo de acciones educativas que promuevan el reconocimiento del patrimonio arqueológico local en las escuelas y la construcción de un pasado más inclusivo. Las mismas contribuirán además a crear una conciencia de respeto por el patrimonio de otras culturas, fomentando um espacio de interculturalidad. Esto podría redundar en un mejoramiento de la calidad educativa, ya que los aprendizajes estarán relacionados con el contexto sociocultural del que participan los niños, en consecuencia, se volverán significativos (Montenegro, 2012, p. 495).

como demonstram as pesquisas já discutidas nesse tópico, um caminho possível e promissor para potencializar essa colaboração é levar os conhecimentos produzidos pela Arqueologia para a escola e sobretudo, para as aulas de História.

A sala de aula, nesse sentido, se mostra como um espaço fecundo que possibilita o conhecimento e reconhecimento crítico do patrimônio arqueológico do Vale do Jaguaribe, aliado ao aprendizado de uma História indígena narrada a partir de perspectivas não contadas pelo currículo e ensino formais, visando o respeito ao legado cultural indígena e o entendimento de que esse passado, marcado por lutas, perdas e conquistas, é parte constituinte da História dos (as) próprios (as) estudantes.

Essa perspectiva da Arqueologia Pública atuando no espaço das escolas, pode fomentar o desenvolvimento de parcerias entre escolas, comunidade e instituições de proteção do patrimônio, como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), secretarias de cultura de estados e municípios, que levem a ações de gestão compartilhada do patrimônio arqueológico local.

Nesse sentido, um trabalho colaborativo dessa natureza, entre essas esferas da sociedade, colocaria a escola, através dos seus projetos e ações de Educação Patrimonial, como ponto de partida e epicentro das etapas de reconhecimento, registro e eventual tombamento do patrimônio arqueológico local, possibilitando o envolvimento da comunidade no processo e contribuindo para reforçar e/ou ressignificar identidades locais eventualmente silenciadas. O sítio arqueológico, nessa perspectiva, não será visto apenas como um espaço de pesquisas acadêmicas e visitas turísticas, mas como também, um laboratório e sala de aula à céu aberto.

Em suma, essas discussões sobre Educação Patrimonial, Ensino de História e Arqueologia se desdobram no capítulo que segue, em reflexões sobre arte rupestre na sala de aula, situações de ensino realizadas à nível de experiências didáticas com as gravuras rupestres dos sítios arqueológicos do Vale do Jaguaribe e uma proposta de sequência didática, que visa destacar a importância de uma abordagem interdisciplinar para uma educação mais significativa e contextualizada.

4. UMA PROPOSTA DIDÁTICA PARA A UTILIZAÇÃO DA ARTE RUPESTRE DO VALE DO JAGUARIBE NO ENSINO DE HISTÓRIA

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma proposta de sequência didática focada no uso das gravuras rupestres de um conjunto de sítios arqueológicos de arte rupestre dos municípios de Morada Nova e Alto Santo no Vale do Jaguaribe, como recurso pedagógico nas aulas de História, abordando os povos indígenas que habitaram essa região no passado.

Para alcançar esse propósito, foi estabelecido um diálogo com a literatura existente sobre o emprego de pinturas rupestres em aulas de História do sexto ano do ensino fundamental, bem como com estudos que analisam e descrevem as técnicas de execução dessas gravuras, com o intuito de traçar um caminho viável para a elaboração de intervenções didáticas que explorem as gravuras rupestres como ferramentas cruciais no ensino da história dos povos indígenas pretéritos da região.

4.1. A arte rupestre como recurso didático.

Os estudos que investigam a arte rupestre no Brasil e em especial no Nordeste, já se desdobram desde meados do século passado, através de trabalhos de estudiosos brasileiros, tais como Prous (1992), Pessis (2003) e Guidon (1991). Quanto às gravuras rupestres, no contexto nordestino, podemos destacar a contribuição de trabalhos de pesquisadores como Valle (2003), Santos Júnior (2008, b), Lage (2013) e Queirós (2019).

A partir das contribuições desses e demais pesquisadores, o progresso nos estudos sobre a arte rupestre no Nordeste tem sido significativo, com uma crescente compreensão da complexidade e importância desses registros rupestres para a história da região. Novas descobertas, métodos de análise e abordagens teóricas têm aprimorado o entendimento a respeito da arte rupestre nordestina, revelando uma riqueza de informações sobre os povos antigos que as criaram e seu modo de vida. Dessa forma, o avanço nessas pesquisas pode, a partir dos seus dados e conhecimentos produzidos, viabilizar trabalhos sobre a possibilidade do uso desse tipo de registro no ensino de História.

Dessa forma, a arte rupestre, como documento histórico, tem grande potencial para ser convertido em recurso didático. Utilizar documentos históricos à nível didático pode ser justificado pela possibilidade que essa prática oferece para a compreensão do conhecimento histórico, no que se refere ao desenvolvimento de seu pensamento, enquanto ciência e campo de saber. Ademais, o uso de registros históricos nas aulas de História, pode contribuir para o entendimento de que os rastros deixados pelo passado, se encontram em vários lugares diferentes, tais como arquivos, coleções particulares, nos sítios arqueológicos, museus ou mesmo no fundo dos armários das residências (Bittencourt, 2008).

Contudo, é importante lembrar que antes de converter documentos históricos em recursos didáticos é de fundamental importância entender a maneira como os documentos são tratados pelo historiador:

O primeiro passo, sem dúvida, é o professor saber como o documento é utilizado na investigação do historiador, para, em seguida, poder apropriar-se do procedimento de análise, tendo em vista outras situações de estudos históricos (Bittencourt, 2008, p.331).

Nesse sentido, é inegável a importância do cuidado na escolha dos documentos apropriados, que estejam, inclusive dentro dos níveis adequados de aprendizado que se encontram os alunos, público-alvo desta pesquisa. A preocupação com a escolha adequada desses documentos e da estratégia de ensino-aprendizagem mais favorável para que se atinjam os objetivos das aulas propostas, é importante, inclusive, para evitar a frustração dos sujeitos envolvidos no processo de ensino: professores e alunos (Castro, 2019).

Afinal, quando o historiador faz a seleção dos seus documentos, de acordo com sua temática e problemática, transformando esses documentos em fontes históricas, fazendo a partir desse processo a crítica e interpretação dessa documentação, já possui conhecimento do período histórico em que foi produzida a documentação escolhida, assim como parte de objetivos e de referências muito diversos daqueles que orientam os objetivos estabelecidos num ambiente escolar. Diante desses pressupostos, fica evidente os cuidados que o professor/historiador precisa ter ao converter documentos históricos em recurso didático (Bittencourt, 2008).

Dito isso, já vem sendo discutida as potencialidades do uso da arte rupestre como recurso didático, por alguns pesquisadores que atuam no campo do ensino de História. Os estudos que abordam essa temática, em grande medida, se concentram em pensar e refletir sobre experiências didáticas desenvolvidas nos anos finais do ensino fundamental, sobretudo, em turmas do sexto ano, sem ocorrência de pesquisas que tratam desse tema em turmas do ensino médio.

Ademais, quanto às categorias de arte rupestre, todos os trabalhos consultados e analisados abordam a pintura rupestre como recurso didático, não havendo na literatura levantada pesquisas que tratam de experiências didáticas a partir do uso de gravuras rupestres no ensino de História, em nenhum dos níveis da educação básica. Os estudos referidos, variam entre relatos de experiência e a dissertação de Castro (2019), no ProfHistória da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Na pesquisa dissertativa conduzida por Castro (2019), foi proposta uma oficina de pinturas rupestres para turmas de 6º ano do ensino fundamental. O autor aponta que a oficina teve o objetivo de aproximar os alunos, através de uma situação simulada, da produção das pinturas rupestres. Essa aproximação, contribuiria para estimular o entendimento dos estudantes de que as fontes históricas são muito mais diversas que papéis velhos e amarelados, bem como que os povos antigos que as produziram não eram homens primitivos, sem criatividade, incapazes de produzir expressões artísticas.

Castro (2019) compreende que os alunos iniciam o sexto ano com uma visão estigmatizada das pessoas que viveram o período denominado de História Pré-escrita. Portanto, para o autor, o contato com as fontes históricas, como as pinturas rupestres, assim como a simulação de sua confecção, pode contribuir para a superação dessa visão estigmatizada que os alunos carregam da História Pré-escrita e dos humanos que naquele período viveram:

Creio que este trabalho aliado ao contato com as pinturas rupestres (seja através das imagens ou da própria produção de pinturas rupestres) colaborou para que os mesmos identificassem, em sua maioria, estes registros como provenientes de ações humanas que visavam registrar aspecto das vidas desses seres humanos (Castro, 2019, p.74).

Nesse sentido, Castro (2019) assinala que o contato dos alunos com a arte rupestre, tanto nas aulas expositivas e principalmente, na oficina de produção das

pinturas rupestres, permitiu os alunos desenvolverem uma outra visão sobre os autores das pinturas e do período da História Pré-escrita. Essa outra perspectiva, segundo o autor, é menos preconceituosa e estigmatizada.

Akari *et al.* (2017), também realizaram uma discussão sobre o emprego da arte rupestre nas aulas de História do ensino fundamental, assim como da aproximação da História com outras áreas do conhecimento, como as artes e sobretudo a Arqueologia. A proposta foi estimular a reflexão sobre as formas de registros do passado que podem ser usados para produzir conhecimento histórico. A experiência didática relatada foi numa turma de 6º ano do Colégio Estadual Alfredo Moisés Maluf, Maringá, PR. O trabalho se deu a partir de uma oficina de pinturas rupestres, em que os alunos produziram seus próprios desenhos, criando-os ou compilando-os utilizando como materiais pigmentos vegetais e minerais (condimentos culinários), os quais simulam as tintas usadas pelos seres humanos da época da História Pré-escrita. Os autores entenderam que o método ativo usado, oferece a possibilidade de uma aprendizagem lúdica, um diálogo fecundo com outras áreas, como Artes e Arqueologia, bem como um estímulo ao questionamento sobre períodos históricos distantes da realidade dos alunos.

No artigo “Escavar, descobrir e aprender: a arqueologia no processo de ensino-aprendizagem na Educação Básica”, Pereira (2019) também propõe situações de ensino com a arte rupestre. O trabalho busca entender como o ensino da História Pré-escrita e História Antiga, no ensino básico, pode ser pensado tendo como suporte experiências pedagógicas inspiradas em procedimentos da Arqueologia, bem como a multidisciplinaridade como parte integrante do processo de ensino aprendizagem.

Pereira (2019) destaca que existem dificuldades para o professor de História do sexto ano do ensino fundamental, discutir conteúdos relacionados as trajetórias históricas humanas mais distantes geográfica e temporalmente dos alunos, tal como o período da História Pré-escrita. O nível de abstração e esforço cognitivo necessários para os alunos, que acabaram de passar pela mudança de segmento do fundamental I para o II, seria demasiadamente grande, algo que poderia comprometer o aprendizado. Por essa razão, o autor propôs aulas baseadas em uma metodologia ativa e lúdica, tomando como base práticas inspiradas nos procedimentos da Arqueologia, como uma simulação de escavação e a confecção, pelos alunos, de um mural rupestre usando pigmentos de origem mineral e orgânico.

O pesquisador assinala ainda, que o uso do livro didáticos e/ou outros materiais didáticos, como o quadro branco, vídeos, imagens ou mapas, não são suficientes para desenvolver a aprendizagem de conteúdos sobre a da História Pré-escrita e Antiguidade. Nesse sentido, defende que o aprendizado a partir do aprender fazendo, por meio de atividades lúdicas (simulação de escavação e produção de pinturas rupestres num mural da escola), que ultrapassam os limites da sala de aula, contribui para o desenvolvimento dos saberes escolares, portanto, do conhecimento histórico sobre períodos tão distantes cronologicamente dos alunos, como a da História Pré-escrita (Pereira, 2019).

As reflexões e resultados alcançados por Castro (2019), Araki et al (2017) e Pereira (2019), demonstram o potencial que a arte rupestre pode oferecer para o ensino de História na educação básica. Embora as experiências desenvolvidas pelos pesquisadores (as) tenham se passado em turmas de 6º ano do ensino fundamental e a partir de pinturas rupestres, pode-se esperar resultados semelhantes em situações de ensino cujos principais recursos fossem gravuras rupestres. As dificuldades apontadas pelos pesquisadores ainda ocorrem, em certa medida, no primeiro ano do Ensino Médio; portanto, o emprego de registros gravados pode ser promissor também no primeiro ano da última modalidade do ensino básico, quando se trata do aprendizado de conteúdos da História. Ademais, assim como as pinturas rupestres, as gravuras rupestres possibilitam trabalhar com um conceito chave e importante para a compreensão do modo de vida dos povos autores desses grafismos: a técnica.

Santos Júnior (2008, b) aponta que a escolha da técnica a ser empregada na elaboração das gravuras rupestres pelos grupos autores, depende de uma série de fatores, tais como as características geomorfológicas da região, a mineralogia das rochas disponíveis, a disposição dos afloramentos rochosos (se vertical ou horizontal, rente ao chão) e a proximidade desses suportes rochosos de fontes de água (rios, riachos, lagoas, poços naturais etc.), bem como o tipo de postura corporal que foi adotada para a execução dos grafismos. Todas essas variáveis são importantes quando da opção pelos grupos humanos pretéritos, entre uma técnica ou outra de criação de gravuras. Todos esses critérios de escolha têm relação com a preocupação quanto a economia de energia:

Na análise do processo técnico da elaboração das gravuras, devem ser levadas em consideração algumas opções de escolha e procedimentos metodológicos adotados por seus autores, para atenuar o dispêndio físico

que a execução dos registros gravados exige, entre eles podem ser citados: o tipo de suporte escolhido, o instrumento lítico utilizado e as posturas gestuais adotadas (Santos Júnior, 2008, b, p. 517).

Nesse sentido, se para compreender os procedimentos técnicos de produção das gravuras rupestres é preciso ter em mente todos esses fatores relacionados ao gasto de energia dos indivíduos que as elaboravam, pode ser que a técnica e todo o conhecimento da paisagem a ela associada, se convertam em elementos chave para se pavimentar um caminho que leve a discussão e reflexão nas aulas de História, de como os povos indígenas pretéritos realizavam a gestão e o domínio desses saberes e fazeres.

Dessa forma, partindo das análises realizadas pelas pesquisas arqueológicas a respeito do conhecimento técnico e domínio da paisagem dos grupos indígenas pretéritos, poder-se-ia propor situações de ensino que simulassem no ambiente escolar, a produção das gravuras rupestres com o objetivo de estimular a percepção dos alunos acerca dos saberes necessários para a elaboração desses tipos de grafismos. Logo, aulas mobilizadas por meio de oficinas e trato direto com as gravuras, no observar, analisar e no fazer, podem facilitar significativamente o aprendizado da História e da cultura dos povos autores das gravuras rupestres.

Na própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC)²¹, existem para o ensino médio, competências e habilidades específicas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, que seriam contempladas e mobilizadas com a execução de aulas de História que empregam como recurso, registros históricos dessa natureza.

Pode-se citar como exemplo a primeira competência da BNCC para as Ciências Humanas e duas das habilidades a ela subordinadas:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses

²¹ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento regulamentar, elaborado pelo Ministério da Educação, que estabelece os critérios e diretrizes para as redes de ensino, pública e privada, desenvolverem suas bases curriculares e propostas pedagógicas para as modalidades de ensino fundamental e médio. A BNCC, na modalidade do ensino médio, divide os componentes curriculares (o que se convencionava denominar de disciplinas escolares, Português, Matemática, Biologia, História etc.) em quatro grandes áreas do conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, assim como as Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Partindo dessa classificação, a História é um componente curricular pertencente à área das Ciências Humanas. Quanto aos seus objetivos, a BNCC busca, a partir da mobilização dos conteúdos trabalhados nos componentes curriculares, o desenvolvimento de competências e habilidades específicas para cada área do conhecimento (Brasil, 2018).

processos e às possíveis relações entre eles [grifo nosso] (Brasil, 2018, p. 559).

Quanto a primeira habilidade vinculada à competência supracitada: “analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em **diversas linguagens**, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e **eventos históricos**, geográficos, políticos, econômicos, sociais, **ambientais e culturais**” [grifo nosso] (Brasil, 2018, p. 560).

Em relação à quarta habilidade relacionada à primeira competência da área das Ciências Humanas: “analisar objetos da **cultura material e imaterial** como suporte de conhecimentos, valores, crenças e práticas que singularizam diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço” [grifo nosso] (Brasil, 2018, p. 560).

Contudo, sem pretender se ampliar no debate, devido aos limites da própria pesquisa, é importante ressaltar alguns problemas inerentes à concepção do ensino de História presente na versão vigente da BNCC. A proposta atual se distancia de abordagens interdisciplinares e transdisciplinares que poderiam valorizar diferentes temporalidades e integrar conhecimentos de forma mais ampla. Em vez disso, observe-se a subsunção do componente de História aos descritores que visam a generalização e a aplicação em avaliações de larga escala. Tal abordagem limita a riqueza do ensino de histórica no universo escolar, restringindo as possibilidades de formação crítica dos estudantes (Pinto Júnior; Silva; Cunha, 2022).

Além disso, a estrutura assumida pela Base Nacional Comum aprovada em 2017, para a História, parte de uma abordagem eurocêntrica e neotecnicista, característica que reforça uma concepção tradicional e hierárquica dos saberes históricos. Essa perspectiva curricular desconsidera o potencial transformador da educação ao não valoriza a história e a cultura dos povos originários da América, dos africanos e de seus descendentes, temas que deveriam ser centrais na formação das novas gerações. A BNCC vigente, ao subordinar o ensino de História aos interesses de grandes grupos editoriais e à lógica das avaliações em larga escala, acaba por negligenciar a pluralidade sociocultural do Brasil e inibe práticas de ensino que poderiam promover uma verdadeira renovação educacional (Pinto Júnior; Silva; Cunha, 2022)²².

²² Para aprofundamentos nesse debate ver “A BNCC de História: entre prescrições e práticas” (Pinto Júnior; Silva; Cunha, 2022).

No entanto, sem ignorar os problemas apontados a respeito da BNCC, o trabalho com as gravuras rupestres nas aulas de História sobre os povos indígenas pretéritos, do mesmo modo como ocorre com as pinturas rupestres, e a partir do contato, manipulação e confecção desses registros pelos alunos, têm grande potencial para: a construção de conhecimento histórico de períodos cronológicos distantes da realidade dos educandos, compreensão das técnicas, dos saberes e do universo cultural dos povos autores desses grafismos. O uso de gravuras rupestres nas aulas de História do ensino médio pode, inclusive, oferecer a possibilidade de sanar, em alguma medida, os limites presentes na própria Base Comum: entender a História a partir de uma ótica menos eurocêntrica e mais focada no olhar dos povos subordinados historicamente pela conquista colonial.

4.2. Reflexões sobre as experiências com as gravuras rupestres dos sítios arqueológicos dos municípios de Morada Nova e Alto Santo, no Vale do Jaguaribe

Esse tópico será dedicado a um relato de experiência das situações de ensino desenvolvidas com as gravuras rupestres selecionadas dos sítios arqueológicos de Morada Nova (Sítio Pedro Benvindo, Sítio Lagoa Ferrada, Sítio Cumbe, Sítio Campestre, Sítio Caraúbas, Sítio Lagoa Ferrada) e Alto Santo (Sítio Lagoa das Pedras Pintadas). As aulas foram conduzidas nas turmas dos primeiros anos do ensino médio dos Cursos Técnicos em Administração e Informática, da Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) Osmira Eduardo de Castro, situada no município de Morada Nova e realizadas entre os meses de abril e agosto do ano letivo de 2023, bem como na turma de primeiro ano do Curso Técnico em Administração, também da EEEP Osmira Eduardo de Castro, do ano letivo de 2024.

O propósito desse relato não é estabelecer um manual ou uma sequência de como conduzir aulas utilizando gravuras rupestres como recursos didáticos em aulas de História, mas apenas um exercício reflexivo sobre o desafio de implementar experiências de ensino com um tipo de documentação pouco explorada nos meios escolares. Contudo, é a partir das reflexões e avaliações dessas experiências didáticas que foi construída a proposta de sequência didática desenvolvida no tópico seguinte.

Todas as aulas foram pensadas para se conectarem umas com as outras, constituindo uma sequência didática. O objetivo dessas sequências de aulas visava construir níveis de conhecimentos sobre aspectos da cultura e da trajetória histórica dos povos indígenas originários do Vale do Jaguaribe, tomando como principal recurso didático, as gravuras rupestres do conjunto de sítios arqueológicos escolhidos para a pesquisa.

Essas experiências de ensino ocorriam no turno da manhã, nas aulas de História do primeiro ano do curso de Administração e no turno da tarde, nas aulas de História do primeiro ano do curso de Informática. Cada uma dessas turmas possuía 45 (quarenta e cinco) alunos e uma carga horária semanal de 1 (uma) hora/aula de História e 1 (uma) hora/aula de Aprofundamento em História²³. Essas turmas foram escolhidas, exatamente, em razão de terem em suas grades esse componente curricular. A única exceção foi o primeiro ano do Curso Técnico em Administração, do ano letivo de 2024²⁴, turma onde foi executada a oficina de gravuras rupestres.

Isto posto, as primeiras aulas, iniciadas em abril de 2023, visaram desenvolver a compreensão dos conceitos fundamentais relacionados à Educação Patrimonial e à Arqueologia, como os conceitos de Patrimônio Cultural e suas diferentes dimensões (Patrimônio Material, Imaterial, Patrimônio História e Arqueológico), o que é Arqueologia, vestígio arqueológico e suas diferentes cronologias (Colonias ou Pré-coloniais) e como se dá a definição de sítios arqueológicos.

Nessa etapa, as experiências didáticas eram conduzidas a partir de aulas expositivas e dialogadas, por meio de slides contendo fluxogramas e tópicos sobre noções fundamentais a respeito de patrimônio cultural e a Arqueologia (Figura 35). Não houve o emprego de nenhum outro recurso além dos slides e nas imagens neles contidas. O método para despertar questionamentos e diálogo com a turma, consistiu em perguntas que exploravam o conhecimento prévio dos alunos sobre os assuntos abordados, como por exemplo, as diferenças entre Arqueologia e Paleontologia, ciências cujos objetos são facilmente confundidos pelos estudantes.

²³ Aprofundamento em História é um componente curricular próprio da grade curricular dos Cursos Técnicos em Administração e Informática. Essa disciplina tem a finalidade de aprofundar algum tema da História que o professor julgue necessário para desenvolver na turma, propondo uma ementa específica para esse fim. Portanto, é uma aula independente da disciplina regular de História. Nota do Autor.

²⁴ O planejamento da oficina de gravuras rupestres só foi concebido e concluído no ano de 2024, em decorrência de atrasos pontuais no andamento da pesquisa. Por essa razão, a oficina só foi executada na turma do 1º (primeiro) ano do Curso Técnico em Administração, do ano letivo de 2024, não ocorrendo a oficina, portanto, nas turmas citadas do ano letivo de 2023. Nota do Autor.

Figura 35 – Slides da primeira aula da proposta didática experimental: Fundamentos da Arqueologia



Fonte: Elaborado por Hávner Girão, 2023.

A escolha de iniciar discutindo conceitos relacionados com patrimônio cultural e Arqueologia se deve ao fato de que as gravuras rupestres são bens culturais, portanto, a necessidade de fomentar reflexões sobre a possibilidade desses registros fazerem parte do patrimônio cultural da região em destaque.

Contudo, pesquisas no campo da Educação Patrimonial indicam que trabalhar inicialmente em sala de aula com conceitos abstratos não contribui para o aprendizado e apropriação do conceito de patrimônio cultural. Scifoni (2017) aponta que a abordagem mais adequada seria o trabalho direto com os bens culturais, tomando como eixo condutor a relação das pessoas com a cultura material, um elemento fundamental para o estudo do patrimônio: a necessidade de guardar e preservar objetos como forma de construir e manter identidades individuais e vínculos afetivos com seu passado.

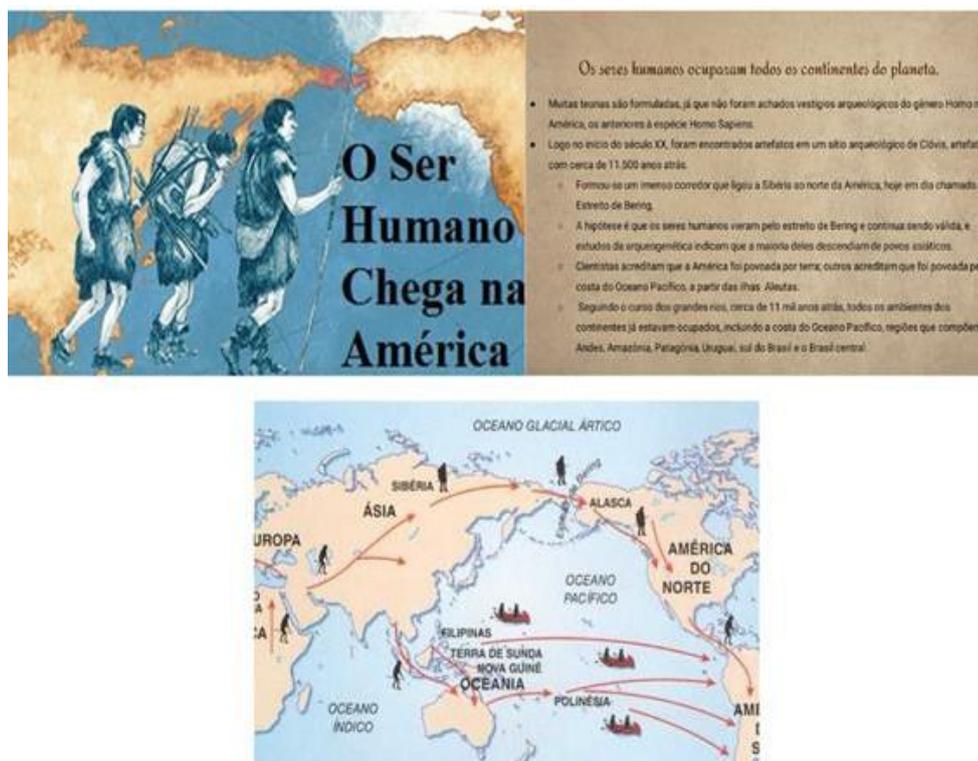
Barcelos (2016) também assinala a importância de desenvolver experiências de ensino tomando como eixo a escolha, quando se discute a relação dos indivíduos com os objetos. Os seres humanos, a partir das suas relações com as coisas materiais estabelecem critérios que os levam a guardá-los ou descartá-los. Os parâmetros de escolha estão ligados aos valores atribuídos às coisas. Portanto, é a partir da discussão sobre a atribuição de valores aos objetos, que se adentra ao debate das

escolhas. As escolhas individuais e/ou coletivas determinam o que será guardado, preservado e quem sabe até patrimonializado.

O objetivo de uma nova abordagem em educação patrimonial é desvincular os debates sobre cultura material da abordagem preservacionista, que pressupõe que a sociedade, enquanto produtora dessa cultura, precisa ser "educada" por autoridades governamentais ou especialistas esclarecidos. Essa abordagem sugere que a sociedade não seria capaz de determinar por si só o que deve ser reconhecido como parte do seu patrimônio cultural (Scifoni, 2017; Barcelos, 2016).

O encontro seguinte foi dedicado às discussões sobre as principais hipóteses que explicam o povoamento pré-histórico da América: quais rotas foram percorridas pelos primeiros povoadores, em qual período, quem eram esses desbravadores e quantas levas migratórias ocorreram durante esse período. A aula foi expositiva, tomando como recurso slides (Figura 36) com tópicos destacando as principais hipóteses que explicam o povoamento pré-histórico da América: como a Teoria Clóvis, a hipótese dos dois componentes biológicos proposta por Walter Neves (1998) e a hipótese do vínculo genético do povo de Luzia com os indivíduos ligados à cultura Clóvis (Moreno-Mayar et al, 2018).

Figura 36 – Slides da segunda aula da proposta didática experimental: O ser humano chega na América



Fonte: Elaborado por Hávner Girão, 2023.

Uma vez discutidas as hipóteses de povoamento, foi proposto um debate sobre as principais culturas arqueológicas dos povos indígenas pré-coloniais do Brasil. A proposta foi construir uma base para fundamentar as discussões sobre os povos indígenas originários do Nordeste brasileiro e por conseguinte os que habitaram o atual território do Ceará. O método empregado para a condução da aula também foi expositivo, mediado por slides com imagens e tópicos que abordavam a cultural material e o modo de vida dos povos pertencentes às culturas Marajoara, Santarém, Tupi e Sambaquis (Figura 37).

Figura 37 – Slides da etapa 2 da segunda aula da proposta didática experimental: Os habitantes do território que se tornou Brasil



Fonte: elaborado por Hávner Girão, 2023.

A terceira situação de ensino desenvolvida, já foi empregando as gravuras rupestres. O objetivo da aula foi oferecer um primeiro contato dos alunos com os grafismos elaborados pelos povos indígenas pretéritos. As gravuras usadas foram selecionadas do St. Lagoa das Pedras Pintadas, do município de Alto Santo, além do St. Pedro Benvindo e St. Campestre, situados em Morada Nova. As fotografias dos registros rupestres não foram trabalhadas impressas, mas projetadas em slides (Figura 38).

Figura 38 – Slides da terceira aula da proposta didática experimental: Gravuras rupestres – Arte rupestre do Vale do Jaguaribe



Fonte: elaborado por Hávner Girão, 2023.

A aula foi baseada na problematização das gravuras rupestres. Os alunos (as), sem terem conhecimento prévio do conteúdo das imagens foram orientados pelo professor a tentarem identificar se haviam marcas humanas nos suportes retratados, bem como levantar hipóteses sobre que temáticas, formas ou seres estariam sendo representados nos desenhos rupestres. Durante a aula foram trabalhadas seis fotografias de grafismos, onde cada imagem era discutida por vez. A proposta foi fomentar um debate em sala, tomando como ponto de partida as hipóteses levantadas pelos alunos (as) durante a aula. Nesse sentido, a partir dessas discussões o professor aproveitou a oportunidade para introduzir questões referentes às técnicas de execução dos desenhos, ao modo de vida e cultura dos povos autores e sua capacidade de domínio da paisagem.

Essa atividade de reconhecimento e tentativa de identificar possíveis temáticas, formas e usos representados nos grafismos foi pensada como um exercício de dois dos três níveis de interpretação cognitiva, no caso os níveis um e três, que correspondem, respectivamente, às habilidades de perceber se os traços e contornos gravados são resultado da ação humana e não da natureza, e a de reconhecimento temático e associação dos desenhos com símbolos reconhecidos por nossa cultura (Santos Júnior, 2022, a).

Nessa aula, foi também trabalhado o segundo nível de interpretação cognitiva, que consiste na capacidade de perceber que tipo de técnica foi usada para elaborar os grafismos, se por meio de pintura (uso de pigmentos orgânicos ou inorgânicos) ou

gravação através de percussão, raspagem e/ou polimento da rocha usada como suporte (Santos Júnior, 2022, a).

Contudo, mediante as limitações e dificuldades de planejamento referentes aos problemas próprios da pesquisa, não foi possível explorar todo o potencial das gravuras rupestres nessa oportunidade, porém, a situação de ensino pensada para compor a sequência didática discutida no tópico seguinte, terá uma versão mais elaborada dessa aula, baseada mais no protagonismo dos estudantes do que na centralidade em torno das ações do professor (a).

A partir desse primeiro contato dos estudantes com as gravuras rupestres e por meio das discussões desdobradas sobre aspectos técnicos e culturais dos povos autores desses grafismos, foi aberta um canal para um debate a respeito de alguns traços dos costumes e modos de vida de povos indígenas históricos, denominados pelos colonizadores de tapuios (grupos como Payakú, Potiguára, Jaguaribára, Kariú, Panatí etc.), que habitaram algumas regiões que abrangem os atuais territórios dos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, incluindo as ribeiras do rio Jaguaribe. A abordagem foi expositiva, tomando como recurso slides com tópicos elaborados tomando como referência os estudos de Santos Júnior (2008, b) sobre os grupos tapuios norte-rio-grandenses.

Para a culminância dessa sequência de atividades didáticas, foi pensada uma exposição das gravuras rupestres dos sítios selecionados para essa pesquisa. A proposta foi desafiar os alunos a elaborarem uma estratégia para expor a arte rupestre elaborada na região como meio de divulgar esses grafismos como marca histórica da presença de povos indígenas de períodos pretéritos no Vale do Jaguaribe.

O planejamento inicial previa a participação de todos os alunos (as) das duas turmas participantes da pesquisa, porém, diante das demandas da escola com os trabalhos da Feira do Conhecimento, a exposição de arte rupestre foi incorporada aos trabalhos que foram apresentados no referido evento escolar.

Nessa feira, que consiste em uma grande exposição de trabalhos de todas as áreas do conhecimento, cada professor da escola fica responsável por orientar dois trabalhos, em duas turmas diferentes, com equipes compostas de 9 a 11 alunos. Na ocasião, o trabalho de História do primeiro ano do Curso Técnico em Informática teve como temática a exposição de arte rupestre dos sítios dos municípios de Morada Nova e Alto Santo. O trabalho foi executado por 11 alunos (as) do primeiro ano de Informática (turma participante da pesquisa).

As etapas metodológicas do trabalho consistiram:

1. Pesquisa bibliográfica orientada pelo professor;
2. Visita guiada pelo professor a um dos sítios do município de Morada Nova (Sítio Caraúbas e Sítio Campestre) para reconhecimento e obtenção de registro fotográfico, com parte da equipe de alunos (as) (Figura 39);
3. Realização de curadoria de fotografias das gravuras rupestres dos sítios selecionados para essa pesquisa, (Figura 40).
4. Elaboração de um mapa etno-histórico²⁵, baseado em pesquisas desenvolvidas pelo professor e pelos alunos (as), ao longo da sequência de aulas realizadas entre os meses de abril e agosto de 2023.
5. Exposição das gravuras rupestres dos sítios de Morada Nova e Alto Santo e do mapa etno-histórico na Feira do Conhecimento da EEEP Osmira Eduardo de Castro, do ano letivo 2023 (Figura 41).

Figura 39 – Aula de campo com três alunas participantes da pesquisa, acompanhadas pelo autor e o diretor da escola, professor Elivânio Moreira.



Fonte: acervo do autor, 2023.

²⁵ O mapa etno-histórico foi elaborado no programa *QGIS*, em parceria com o aluno Guilherme Lima do terceiro ano do curso Técnico de Informática do ano de 2023. Embora o referido aluno não tivesse diretamente envolvido na pesquisa, mediante seu domínio operacional do programa, foi convidado a colaborar na realização da plotagem dos dados que compuseram o mapa. Nota do Autor.

Figura 40 – Alunos (as) selecionando as gravuras rupestres que fizeram parte da exposição.



Fonte: acervo do autor, 2023.

Os resultados desse trabalho de pesquisa, o qual foi baseado nos estudos desenvolvidos durante as aulas de Aprofundamento em História, entre abril e agosto de 2023, foi apresentado na IX Feira do Conhecimento da EEEP Osmira Eduardo de Castro, no dia 31 de agosto de 2023. Esses resultados, que consistiram na curadoria das gravuras rupestres e no mapa etno-histórico, foram apresentados (Figura 42) para o público, alunos (as) e comunidade escolar, em formato de exposição, além de contar com o conteúdo organizado em *banner* (Figura 43).

Figura 41: Visita do autor à exposição de gravuras rupestres apresentada na IX Feira do Conhecimento da EEEP Osmira Eduardo de Castro.



Fonte: acervo do autor, 2023.

Figura 42 – Equipe que apresentou a exposição de gravuras rupestres na IX Feira do Conhecimento da EEEP Osmira Eduardo de Castro, Morada Nova – CE.



Fonte: acervo do autor, 2023.

Figura 43 – *Banner* apresentado na Feira do Conhecimento da EEEP Osmira Eduardo de Castro, ano letivo de 2023.

EEEP OSMIRA EDUARDO DE CASTRO
IX FEIRA DO CONHECIMENTO
A História gravada nas rochas: explorando a arte rupestre e o legado indígena do Vale do Jaguaribe



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Educação

PROFESSOR: Hávner Girão
TURMA: 1ª Informática

ALUNOS: Ana Clara, Anna Beatriz, Bruno Nobre, Cristiani Sousa, F. Victor, Gianluca Oliveira, Isamara Sampaio, Renan Pinheiro, Luis Gustavo, Maria Fernanda, Wanny Evelyn

INTRODUÇÃO

A arte rupestre do Vale do Jaguaribe, Ceará, permanece em meio a um contexto de desinformação e subvalorização por grande parte da população local. Nesse sentido, nosso objetivo é buscar maneiras de ampliar a compreensão e a apreciação da arte rupestre do Jaguaribe, com um enfoque especial nos municípios de Morada Nova e Alto Santo.

METODOLOGIA

Inicialmente efetuamos pesquisas bibliográficas preliminares. Após obtermos conhecimento base sobre os sítios arqueológicos da região jaguaribana, realizamos uma excursão ao sítio Caraúbas, em Morada Nova - CE, para reconhecimento e registro fotográfico. Afim de obter mais informações sobre o modo de vida dos povos que habitaram na região de Morada Nova e Alto Santo, realizamos mais consultas à bibliografia especializada, sobretudo nos campos da arqueologia e étno-História. Uma vez munidos desse conhecimento, realizamos uma curadoria de fotografias de alguns sítios arqueológicos da região para compor nossa exposição de arte rupestre. Os sítios escolhidos para a seleção das gravuras foram: Lagoa das Pedras Pintadas, Alto Santo-CE, assim como os sítios Cumbe, João Pedro, Caraúbas, Lagoa Ferrada e Campestre de Morada Nova - CE.

IMPACTO E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

Ampliar o conhecimento sobre a importância das gravuras rupestres e do patrimônio arqueológico do Vale do Jaguaribe, sobretudo dos municípios de Morada e Alto Santo, afeta diretamente a sociedade em que vivemos. Eles revelam informações sobre a vida e crenças dos povos indígenas pretéritos, sendo essenciais para entender a formação da memória, evolução histórica e cultural da atual sociedade jaguaribana.



3. VOCÊS SABEM SE EXISTEM SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NA REGIÃO DE MORADA NOVA?

Sim	100%
Não	0%

3. VOCÊS ACHAM IMPORTANTE PRESERVAR ESSES SÍTIOS?

Sim	100%
Não	0%

4. SE POSSUESSEM, VOCÊS VISITARIAM?

Sim	100%
Não	0%

Pesquisa realizada pela equipe do curso de Administração, turma 2022.



CONCLUSÃO

Com esse trabalho, concluímos que, o estudo e divulgação do patrimônio arqueológico da nossa região agregam novos conhecimentos sobre a arte rupestre feita no Vale Jaguaribe, especificamente nos municípios de Morada Nova e Alto Santo. Dito isso, os conceitos aqui trabalhados ajudam e impulsionam a valorização da arte de expressão rupestre dos povos que habitavam o Vale Jaguaribe, e com esse conhecimento, entenderemos melhor nossa evolução como sociedade.

BIBLIOGRAFIA

LIMAVÉRDE, Roslane. *Arqueologia social inclusiva: a Fundação Casa Grande e a gestão do patrimônio cultural da Chapada do Araripe, Nova Olinda, Ceará, Brasil*. 474f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2015.
 POMPEI SOBRINHO, Thomaz. *Algumas inscrições rupestres inéditas do Estado do Ceará*. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo LXX, ano LXX, Fortaleza, 1956, pp.115-144.
 QUERÓS, Fernandes de. *Os grafismos rupestres da Lagoa das Pedras Pintadas, Alto Santo, região do Jaguaribe, Ceará: documentação, estado de conservação e análise contextual*. 180f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Programa de pós-graduação em Arqueologia, Universidade Federal do Piauí, PI, 2016.
 SANTOS JÚNIOR, Valdeci. *Os índios tapuias do Rio Grande do Norte: antepassados esquecidos*. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte Grupo de pesquisa: História da Região Oeste do Rio Grande do Norte. Mossoró, RN, 2008.

Fonte: elaborado pelos alunos do primeiro ano do curso Técnico em Informática, 2023.

A Feira do Conhecimento da EEEP Osmira Eduardo de Castro tem ainda uma última etapa pós apresentação para o público externo: a socialização dos trabalhos para todas as turmas da escola (Figura 44). Embora as produções dos alunos (as) já tenham sido comunicadas para o público em geral, a escola orienta que as equipes realizem uma nova comunicação para as demais turmas no auditório da escola, contudo, em formato de seminário, com os conteúdos organizados em slides. Essa

fase é também parte do processo avaliativo, onde os professores atribuem notas às apresentações dos (as) estudantes.

Figura 44 – Equipe socializando o trabalho apresentado na IX Feira do Conhecimento, ano letivo 2023, para as demais turmas, no auditório da EEEP Osmira Eduardo de Castro.



Fonte: acervo do autor, 2023.

Uma última situação de ensino realizada envolvendo registros rupestres gravados foi uma oficina de gravuras rupestres. Diferente das anteriores essa atividade ocorreu no início de abril do ano letivo de 2024, com a turma de primeiro ano do Curso Técnico em Administração, no contexto de discussões em sala de aula sobre o advento da arte rupestre, durante o período histórico europeu conhecido como Paleolítico. O tema do início do ano, nas primeiras séries do ensino médio foi oportuno para experimentar uma prática com um tipo de registro rupestre tão pouco difundido na literatura histórica do ensino básico.

A oficina foi planejada para ocorrer nas dependências da escola, na sua área externa, próxima aos laboratórios técnicos (Figura 45)²⁶. Dois afloramentos rochosos naturais de gnaiss, que permaneceram no terreno da escola após sua construção, foram aproveitados como suportes para a execução das gravuras pelos alunos. Essas

²⁶ A área externa da escola pode, dependendo das condições estruturais de cada unidade escolar, ser aproveitada e convertida em um sítio-escola, para usos em diferentes situações de ensino que envolvam o diálogo da Arqueologia com a História e/ou outros componentes curriculares como, Geografia, Matemática, Física, Química e Biologia. O espaço pode ser formalizado como sítio-escola no próprio regimento escolar, como mais um dos diversos ambientes de aprendizagem existentes na unidade escolar, tais como o Centro de Multimeios (Biblioteca), os Laboratórios Educacionais de Informática (LEIs) e Laboratórios Educacionais de Ciências (LECs). O sítio-escola pode ser inclusive, uma extensão de um eventual Laboratório Educacional de Ciências Humanas (LECH). Nota do autor.

rochas foram nomeadas como suporte 1 e suporte 2 (Figura 46). Um fragmento rochoso, também de gnaiss, proveniente de um terreno vizinho da instituição de ensino, com aproximadamente 40cm x 25cm e cerca de 10 kg, também foi usado como suporte para a atividade de gravação (denominado como suporte 3), conforme demonstrado nas Figuras 46 e 47.

Figura 45 – Turma do primeiro ano do Curso Técnico de Administração, ano letivo 2024, nas dependências da EEEP Osmira Eduardo de Castro: imagem A – alunos durante a oficina no suporte 2; imagem B – alunos elaborando gravura no suporte 3.



Fonte: Registros fotográficos de Hávner Girão, 2024.

Figura 46 – Imagem A: afloramento rochoso denominado de suporte 1 (seta apontando para o lugar exato onde ocorreu a gravação); Imagem B: afloramento rochoso denominado de suporte 2; Imagem C: fragmento rochoso, suporte 3.



Fonte: Registros fotográficos de Hávner Girão, 2024.

Figura 47 – Suporte rochoso 3, usado para a oficina de gravura rupestres com os resultados: grafismo da esquerda elaborado pelos alunos (AL); grafismo da direita elaborado pelo professor (PR), no dia anterior à oficina.



Fonte: registro fotográfico de Hávner Girão, 2024.

O objetivo da atividade foi demonstrar na prática para os alunos (as), as técnicas de execução de elaboração das gravuras e os conhecimentos mineralógicos das rochas, necessários para a escolha do tipo de rocha mais adequada para servir de suporte para feitura de gravuras rupestres. O esperado era que a experiência prática de gravação direta nos suportes rochosos, despertasse nos estudantes, questionamentos sobre as razões que levavam os povos antigos investissem tanto tempo e energia na execução de uma tarefa que aparentemente não contribuiria para a sobrevivência desses grupos pretéritos.

Os alunos (as) foram divididos em cinco grupos de nove integrantes. Essas equipes foram desafiadas a gravar nos suportes rochosos disponíveis, uma figura geométrica definida pelo professor (uma seta, quadrado, triângulo e retângulo). Para isso, utilizaram apenas seixos rolados de quartzo encontrados no local, que mediam em média 7,9 cm x 5,4 cm, como percutores, além de água armazenada em baldes. Os alunos foram orientados a molhar a rocha durante a execução das gravuras.

A orientação de molhar e manter a superfície de gravação hidratada durante a produção dos desenhos teve o propósito de reduzir a resistência na face do suporte, que estava sendo desgastada. Além disso, os estudantes foram instruídos a alternar no processo de execução de suas gravuras, visando proporcionar intervalos de descanso entre os colegas e garantir que todos pudessem vivenciar a experiência de gravar formas em um suporte mineral (Figura 48).

A distribuição das equipes por suporte ocorreu da seguinte forma: um grupo ficou no suporte 3, o bloco de gnaisse trazido do terreno da vizinhança da escola; três grupos elaboraram suas gravuras no suporte 2, pois é um afloramento mais espaçoso para acomodar um maior número de estudantes; e um grupo foi alocado no suporte 1. No dia anterior a aula, o professor elaborou um grafismo no suporte 3, durante seu horário de planejamento (fora da sala de aula), para demonstrar, no dia da oficina, que tipo de atividade os alunos (as) realizariam e qual resultado esperava atingir com o exercício proposto. Na ocasião, utilizando percutor de quartzo, com dimensões de 6,8cm x 6,0cm, e água para molhar a superfície da rocha, o professor levou aproximadamente 1 hora e 30 minutos para concluir a gravura (ver Figuras 48 e 49).

Figura 48: Alunos (as) trabalhando na elaboração de uma gravura rupestre no suporte 3.



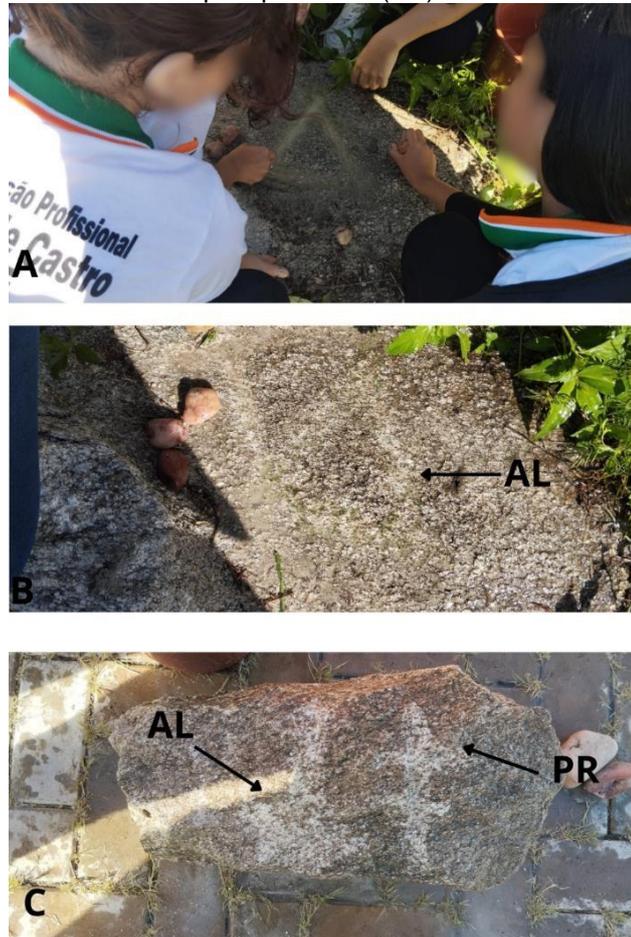
Fonte: acervo do autor, 2024.

A oficina teve duração de 50 minutos, ou seja, uma hora-aula, período durante o qual os alunos se dedicaram à elaboração de suas gravuras. A ideia era aproveitar a aula seguinte, em sala, para discutir possíveis questões levantadas durante a prática. Dada a limitação de tempo, já se esperava que os alunos não concluíssem as gravuras.

Os suportes utilizados na atividade, apesar de serem todos de gnaise, apresentavam diferentes níveis de degradação devido ao desgaste causado pela construção da escola e pelos intemperismos naturais, como a exposição à água. Os suportes 1 e 3, utilizados por dois grupos de alunos e pelo professor (que havia gravado no dia anterior à oficina, dispondo de mais tempo para desenvolver o grafismo), possuíam superfícies mais desgastadas, o que facilitou o processo de gravação. Em contraste, o suporte 2, cuja superfície estava em melhor estado de conservação, ofereceu maior resistência às técnicas de percussão e raspagem aplicadas pelos três grupos de estudantes que nele trabalharam durante a aula, mesmo com o uso de água.

Dessa forma, considerando esses fatores, especialmente a limitação na duração da atividade, seriam necessários mais tempo e esforço para que os alunos conseguissem gravar formas bem definidas e acabadas nas rochas. No entanto, apesar do tempo restrito, os alunos que trabalharam nas superfícies mais desgastadas obtiveram resultados mais satisfatórios, com desenhos mais visíveis (Figura 49).

Figura 49 – Resultados das gravuras de dois grupos de alunos (as) participantes da oficina de grafismos rupestres: imagens A e B, gravuras elaboradas pelos alunos (AL) no suporte 1; imagem C, gravura no suporte 3, da esquerda, elaborada pelos alunos (as) (AL) e grafismo da direita, elaborado pelo professor (PR).



Fonte: registros fotográficos de Hávner Girão, 2024.

As diferenças no estado de conservação das superfícies dos três suportes usados na oficina foram importantes para despertar nos alunos a percepção do quanto de conhecimentos e saberes sobre a paisagem e os recursos que ela oferece, os grupos pretéritos precisavam ter para executar obras de arte dessa natureza. Ademais, a atividade contribuiu para os alunos (as) compreenderem que os comportamentos humanos não se restringem apenas aos que visam resultados funcionais, necessários para o sustendo material, mas também se sucedem em práticas relacionadas ao seu universo simbólico.

Em suma, as experiências didáticas até aqui descritas e discutidas, foram planejadas como forma de pôr em evidência algumas práticas pedagógicas que tomaram como principal recurso didático as gravuras rupestres. O objetivo principal foi obter, a partir dessas vivências em sala de aula, elementos que contribuíssem para

pensar uma sequência didática alinhada com as ideias preconizadas por uma nova educação patrimonial, como discutido no capítulo anterior, além disso tomando como referência os pressupostos das metodologias ativas.

As metodologias ativas de aprendizado consistem na participação ativa dos estudantes nas aulas, a adoção de pesquisas prévias a respeito dos conteúdos discutidos em sala, uso de tecnologias, aliado a trabalhos práticos direcionados para o exercício dos novos saberes adquiridos. Elas têm o potencial de engajar os alunos (as), no sentido de estimular maior participação nas aulas, despertar a curiosidade dos discentes, além de possibilitar a introdução de novos elementos não previstos para aquelas situações de ensino. Essa forma de abordagem ainda traz o benefício de fomentar o desenvolvimento da autonomia dos educandos, de forma que eles aprendam a apresentar soluções para os problemas propostos pelo professor (Oliveira, M. 2017).

Silva (2021), também argumenta que as metodologias ativas ainda favorecem o aprendizado por meio da colaboração entre pares, assim como entre alunos e professor, estimulando nos estudantes o desenvolvimento de habilidades referentes às relações interpessoais. Nesse sentido, essa abordagem reforça a ideia de que o aprendizado mais eficaz é aquele adquirido na prática, quando os discentes executam tarefas que buscam a resolução de problemas, tornando a aquisição de novos saberes uma tarefa significativa para os educandos.

Nesse sentido, continuar pautando a educação partindo da premissa do professor como centro do saber escolar, não oferece as condições necessárias para os alunos (as) produzirem conhecimento efetivo, nem mesmo participar do seu próprio processo de aprendizagem. Permanecer alinhado à ideia do professor como centro do aprendizado, não promoverá na escola uma interação real entre professor e estudante, bem como uma aprendizagem significativa (Oliveira, M. 2017).

Situações de ensino baseadas em metodologias ativas, tais como, o trabalho colaborativo, em que os alunos (as) são divididos em grupos, de modo que cada integrante exerça uma função específica; atividades apoiadas em desafios ou problemas, onde os discentes são orientados a resolver um problema relacionado ao conteúdo estudado (Oliveira, M. 2017; SILVA, 2021), são alguns dos métodos ativos que inspiraram a construção das intervenções didáticas apresentadas nessa pesquisa. Dessa forma, foi partindo dessas abordagens e premissas que foram

pensadas e planejadas as propostas de experiências de ensino que compõe a sequência didática que segue.

4.3. Uma proposta didática.

O uso da arte rupestre em sala de aula, para o ensino da História de grupos humanos pretéritos, demanda um trabalho pedagógico em diferentes etapas e envolvendo atividades que podem mobilizar diferentes eixos de ensino, como leitura textual, leitura e interpretação de imagens, assim como leitura, compreensão, interpretação e produção de mapas.

O emprego da arte rupestre em sala de aula, tanto as pinturas, quanto as gravuras, mobilizam também habilidades relacionadas aos níveis de interpretação cognitiva que possibilitam o reconhecimento ou não de intervenções humanas nos suportes rochosos onde foram elaboradas as gravuras, a identificação do tipo de técnica empregada na confecção dos grafismos (se pintura ou gravura), assim como a capacidade de reconhecer e estabelecer possíveis interpretações de figuras ou cenas expressas nos conjuntos gráficos (Santos Júnior, 2022, a).

Diante dessas demandas, escolhemos o desenvolvimento de uma sequência didática para compor nosso produto pedagógico. Contudo, antes de seguirmos em frente nessa temática é importante esclarecer o que se compreende nesse estudo como uma *sequência didática*. Apoiados na definição proposta por Ana Cláudia G. Pessoa, no Glossário Ceale, uma sequência didática:

corresponde a um conjunto de atividades articuladas que são planejadas com a intenção de atingir determinado objetivo didático. É organizada em torno de um gênero textual (oral ou escrito) ou de um conteúdo específico, podendo envolver diferentes componentes curriculares. (Pessoa, 2014, n.p.)

Pessoa (2014), assinala ainda que os critérios que determinam a escolha do modelo mais adequado de sequência didática dependerão dos objetivos iniciais de aprendizagem que o docente estabelece para atender às necessidades de aprendizado de seus alunos. A autora prossegue argumentando que independente do modelo escolhido, uma sequência didática deve levar sempre em conta alguns princípios didáticos, tais como: a valorização dos conhecimentos prévios dos alunos; aulas centradas em problematizações; discussões reflexivas em sala de aula; ensino

baseado em atividades diversas, desafiadoras e progressivas; uma aprendizagem que possibilite a interseção entre saberes diversos e na sistematização desses saberes.

É importante destacar ainda, que ao se pensar em experiências didáticas com arte rupestre deve se ter em mente que se trata de bens patrimoniais. Contudo, o valor desses objetos não é inerente. Isto é, os seres humanos são os produtores das referências culturais que os representam, portanto, as comunidades é que reconhecem seus bens patrimoniais.

Situações de aprendizagem ou as metodologias adotadas pelo professor, precisam estar fundamentadas na noção de que os bens patrimoniais não possuem um valor em si mesmo, pois são as pessoas, em determinado contexto histórico, imersas em conflitos e/ou motivadas por determinados critérios e interesses, que atribuem valor e sentido simbólico aos bens culturais (Gil, 2020).

É nesse sentido que não é adequado iniciar uma ação educativa patrimonial apresentando conceitos abstratos. Começar transmitindo esse tipo de conceitos é partir do princípio de que os educandos são receptáculos vazios e não sujeitos ativos, capazes de participar do processo de construção dos seus conhecimentos. Conceitos são construídos por meio de estímulos gerados pelo contexto no qual os estudantes estão inseridos (Scifoni, 2017).

Por tanto, é necessário iniciar as atividades de educação patrimonial possibilitando o contato dos alunos com os bens culturais estudados, levando-os ao longo do processo, a se apropriarem dos conceitos que serão mobilizados. A ideia é inverter a forma tradicional de trabalhar com educação patrimonial: ao invés de ser do abstrato para o concreto, a proposta é partir do concreto para o abstrato (Scifoni, 2017; Gil, 2020).

Nesse sentido, é partindo desses critérios e visando atingir os objetivos traçados para essa pesquisa que elaboramos a sequência didática aqui proposta. O objetivo dessa sequência didática está diretamente ligado ao objetivo geral desse estudo, que visa o ensino da História dos povos indígenas pretéritos que habitaram o Vale do Jaguaribe a partir das gravuras rupestres elaboradas por esses grupos indígenas originários.

Dessa forma, o objetivo dessa sequência didática é desenvolver níveis de compreensão sobre a História e cultura dos povos indígenas antigos do Vale do

Jaguaribe a partir da análise e discussão das gravuras rupestres presentes em alguns sítios arqueológicos dos municípios de Morada Nova e Alto Santo, promovendo a partir da educação patrimonial, a conscientização e defesa por parte dos alunos e comunidade escolar, dos sítios arqueológicos e dos registros rupestres deixados como legado pelas populações indígenas pretéritas.

Para tanto, é necessário, durante esse processo, atingir alguns objetivos específicos, tais como: a compreensão de conceitos básicos como, Arqueologia, cultura, patrimônio cultural, sítios arqueológicos, vestígio arqueológico, arte rupestre e a cronologia padrão dos vestígios arqueológicos; entender que a arte rupestre elaborada pelos povos indígenas antigos jaguaribanos são bens culturais e que sua compreensão como evidência científica para o estudo da cultura dos seus autores perpassa por uma série de procedimentos próprios da Arqueologia; inferir, a partir da análise do conteúdo e localização geográfica das gravuras rupestres dos sítios arqueológicos selecionados para essa pesquisa, as possíveis áreas de ocupação dessas populações indígenas pretéritas no Vale do Jaguaribe e os modos de vida adotados por esses povos; desenvolver uma estratégia de divulgação, conscientização e proteção da arte rupestre elaborada pelos povos indígenas antigos dessa região.

A proposta da sequência didática poderá ser desenvolvida em um bimestre letivo, o qual corresponde a oito semanas de aulas, isto é, para a carga horária da disciplina de História (duas horas/aulas de 50 minutos cada, por semana), seriam em média, 16 (dezesesseis) horas/aulas ou oito encontros. As aulas foram pensadas para acontecer em turmas do primeiro ano do ensino médio.

A sequência didática foi dividida em sete encontros: o primeiro se trata de um trabalho sobre patrimônio cultural e sua presença na vida dos alunos; o segundo se refere aos primeiros contatos dos alunos, ainda em sala de aula, com os registros rupestres; o terceiro, uma aula de campo em um dos sítios de gravuras rupestres selecionados para essa pesquisa, como um exercício básico de coleta de informações *in situ*; o quarto encontro consiste no trabalho com as gravuras rupestres em sala de aula, por meio dos dados levantados no sítio visitado, levando às discussões sobre a História e os modos de vida dos povos indígenas antigos; o quinto, a produção de mapas etno-históricos baseados num levantamento historiográfico orientado pelo professor; o sexto encontro uma oficina de gravuras rupestres, usando como suporte

amostras reais de rochas; o sétimo encontro será a culminância do trabalho, isto é, a estratégia desenvolvida pelos alunos para divulgar e promover a arte rupestre da região, como patrimônio cultural.

4.3.1. Primeiro encontro: patrimônio cultural como produto de seleções e exclusões

As primeiras situações de ensino dessa proposta de sequência didática visam desenvolver a noção de patrimônio cultural a partir de “bens culturais familiares” (Barcelos, 2016), selecionados pelos próprios alunos (as). O professor, dias antes das primeiras aulas, solicitará aos alunos que tragam de suas casas, objetos considerados importantes para suas vidas, que representaram algum marco significativo para eles e/ou para suas famílias.

No dia da aula, o professor pode dispor a turma em grupos de cinco (5) alunos (as) e pedir para que troquem seus objetos com os membros de outros grupos. Os estudantes, nos seus respectivos grupos, serão orientados a realizar em seus cadernos uma descrição dos objetos a partir de critérios e tipologias estabelecidos pela própria equipe. Em seguida, os discentes socializarão o resultado das suas análises. O professor, pode listar na lousa as características atribuídas pelos alunos (as) aos objetos. O que se espera é que as discussões, a partir do que os discentes descreveram, possibilite a abertura para um debate introdutório sobre cultura material e suas diferentes facetas (Barcelos, 2016).

Em um segundo momento, o professor deve pedir que a turma desfaça os grupos e se disponham em círculo. Os discentes devem destocar os objetos, devolvendo-os aos seus respectivos donos. Logo depois, deve ser solicitado que os alunos apresentem para turma os “bens culturais familiares” que trouxeram, isto é, que narrem sua História, destacando o que os levaram a fazer a escolha do objeto selecionado, assim como o significado e o valor desse objeto, bem como que momentos de suas vidas são marcados pela aquisição desse bem.

Esse diálogo sobre os sentidos dados a cada objeto e seus critérios de escolhas, pode estimular a construção de narrativas geradas a partir das reminiscências de eventos importantes na vida dos alunos, como por exemplo: as lembranças das suas conquistas, como a primeira bicicleta, medalhas em olimpíadas de ciências ou matemática, assim como viagens com a família ou amigos, festas,

momentos com os avós e demais familiares. A tendência, nesse tipo de atividade, é que o contato dos estudantes com os objetos desperte reflexões não a respeito dos bens materiais em si, mas sobre o sentido atribuído a esses artefatos, que ao longo do seu tempo de uso e da trajetória de vida de seus proprietários, vão perdendo seu valor utilitário e se convertendo em símbolos da História de um indivíduo e/ou de toda uma família (Battassini, 2021).

A atividade permite ainda que os alunos (as) externem suas concepções prévias, trazidas por eles em sua bagagem conceitual, permitindo que avaliem e aprofundem essas noções preambulares. O propósito é despertar a percepção do quanto somos subjetivos ao concedermos atributos e valores às coisas. Depois de contadas as histórias de cada objeto, espera-se que os estudantes percebam o quanto os sentidos, as emoções, os sentimentos e significados contidos naqueles objetos, foram por eles ignorados no momento de suas análises. Esse tipo de debate pode ser uma oportunidade significativa para introduzir a questão das escolhas que fazemos quando optamos por guardar um objeto. Essas escolhas são por vezes, inconscientes, marcadas mais por razões simbólicas do que por motivos práticos ou funcionais (Barcelos, 2016; Battassini, 2021).

4.3.2. Segundo encontro: os primeiros contatos com as gravuras rupestres

A intenção dessa proposta é iniciar as intervenções didáticas possibilitando, logo nas primeiras aulas, o contato dos alunos (as) com os registros rupestres gravados. Partindo dessa premissa, acreditamos que os(as) professores(as) podem pensar em uma atividade que desafie os(as) alunos(as) a tentarem identificar sinais e marcadores culturais materializados ou simbolizados, ou seja, se há ou não marcas de intervenções humanas nas rochas, se esses sinais antrópicos representam ou não figuras ou cenas reconhecíveis.

Esse primeiro contato com as gravuras pode contribuir para o desenvolvimento dos níveis de interpretação cognitiva: a capacidade de perceber ação humana nos suportes rochosos, a aptidão de identificar se as gravuras são reconhecíveis ou não, bem como levantar hipóteses sobre formas significantes e possíveis significados expressos pelos conjuntos gráficos (Santos Júnior, 2022, a). Esse tipo de atividade tem grande potencial para desenvolver habilidades relacionadas à compreensão e interpretação de textos imagéticos, assim como levantamento de hipóteses diante da compreensão e reconhecimento dos seus próprios repertórios visuais.

O primeiro contato dos (as) alunos (as) com as gravuras rupestres podem acontecer através de uma atividade de grupo, em que a turma seja dividida em equipes, fará um exercício de interpretação e compreensão das imagens²⁷. Cada grupo de estudantes receberá uma cópia dos grafismos impressa e uma ficha com algumas perguntas que orientarão as análises dos discentes. Perguntas como:

- O que você vê nessas imagens?
- A imagem retrata algum tipo de expressão artística elaborada por seres humanos?
- Quais elementos ou símbolos são destacados nessa imagem?
- Como você acha que esses elementos ou símbolos refletem o estilo de vida ou a compreensão do mundo das pessoas que as elaboraram?

Uma vez concluída essa etapa, deve ser solicitado a cada grupo que compartilhem suas descobertas e conclusões derivadas da atividade de interpretação e compreensão das imagens. Eles podem usar o quadro ou recursos digitais para mostrar as imagens e explicar suas interpretações. Além de expor seus entendimentos do conteúdo dos grafismos, os alunos (as) também destacarão o que aprenderam sobre o modo de vida dos povos que elaboraram as gravuras, bem como suas impressões sobre as possibilidades do uso desse tipo de registro como fonte histórica.

É a partir das discussões dos resultados dessa análise preliminar que o professor (a) revelará que as imagens estudadas são registros rupestres elaborados por povos originários pretéritos que habitaram a região que hoje corresponde ao Vale do Jaguaribe, que esses registros se referem às gravuras rupestres provenientes de sítios arqueológicos dos municípios de Morada Nova e Alto Santo. É nessa ocasião também, que os professores (as) podem destacar que esses registros são fontes de estudos para ciências como a Arqueologia e a História, aproveitando a oportunidade para introduzir conceitos arqueológicos fundamentais como, o que são registros rupestres, suas tipologias, tais como as diferenças entre gravuras e pinturas, assim como uma breve discussão sobre algumas das técnicas empregadas para elaborar esse tipo de registro.

²⁷ As imagens são fotografias das gravuras rupestres dos sítios localizados nos municípios de Morada Nova e Alto Santo – CE, previamente selecionadas pelo (a) professor (a), antes da execução da aula. É importante que sejam selecionadas fotografias de boa qualidade, com nitidez e coloridas. Esse cuidado contribuirá para a qualidade das análises feitas pelos alunos e para o bom andamento da atividade. Nota do autor.

4.3.3. Terceiro encontro: aula de campo

Essa etapa do trabalho com as gravuras rupestres, dependendo das condições de cada realidade escolar, pode ser sucedida por uma aula de campo. Se o contato direto com os bens patrimoniais é fundamental para eficácia dos procedimentos educacionais voltados para estudar patrimônio, preparar aulas no espaço do sítio podem se converter em fecundas atividades de aprendizado.

Antes de ir a campo os (as) professores (as) devem realizar uma aula preparatória, com o propósito de deixar claro cuidados e regras essenciais de postura dentro de um sítio arqueológico, como por exemplo, alertar que os alunos devem seguir as orientações do guia (caso exista) e do (a) professor (a), assim como tomar os cuidados necessários para minimizar ao máximo possíveis impactos, como a degradação dos registros ali depositados.

Dessa forma, é de fundamental importância que a turma seja dividida em grupos pequenos, entre 3 e 4 alunos (as), delegando a cada equipe uma função específica, como: a delimitação do sítio (poligonal, área, perímetro), registro das gravuras (fotografias com escala e/ou croquis), registro do contexto geoambiental, como geologia do terreno, fauna, flora, proximidade de fontes d'água etc. Todas essas informações serão importantes no decorrer da sequência didática, sobretudo, no encontro seguinte, em sala de aula, quando os alunos serão desafiados a buscar compreender o modo de vida e possíveis hipóteses sobre o universo cosmológico dos povos autores desses vestígios.

O planejamento de uma aula de campo exige ainda, que os (as) professores (as) escolham um sítio de gravuras rupestres, mais próximo possível da unidade escolar, de preferência, um sítio localizado na própria comunidade atendida pela escola. Essa proximidade pode estimular a gestão compartilhada do sítio, isto é, a escola e a própria comunidade, junto aos órgãos de proteção patrimonial, podem compartilhar a responsabilidade de cuidar e transformar o sítio arqueológico num espaço de educação não formal (Falk et al, 2017), ou, dizendo em outros termos, uma sala de aula a céu aberto.

Deste modo, o sítio arqueológico, compreendido como um espaço educativo não formal, tem potencial para proporcionar intervenções pedagógicas leves, lúdicas e livres dos limites impostos pelas estruturas físicas das salas de aula, ou seja, um laboratório a céu aberto. Em campo, sob orientação do(a) professor(a), é possível trabalhar em grupo, estabelecer diálogos com outros campos do saber, como matemática, geografia, biologia, assim como discutir preliminarmente acerca das primeiras descobertas dos alunos. Os (as) estudantes nesses espaços, podem tocar, sentir, medir, cheirar, compartilhar e verificar seu aprendizado. Esse contato com o meio, onde podem visualizar e interagir com seu objeto de aprendizagem, é uma ótima oportunidade para desenvolver um olhar mais crítico sobre a realidade, superando o senso comum em direção ao desenvolvimento de uma percepção mais científica do real (Falk et al, 2017).

4.3.4. Quarto encontro: tratamento e análise dos dados de campo em sala de aula

O desdobramento dessa aula de campo deve ser realizado no espaço da sala de aula. Os professores (as) podem trabalhar com os mesmos grupos formados anteriormente, dispondo-os de forma que possam efetuar a interpretação das informações reunidas nas práticas empreendidas no espaço do sítio. Uma vez que as equipes, em campo, realizaram tarefas específicas, coletando dados diferentes umas das outras, os (as) professores (as) devem orientar que em sala de aula, as equipes troquem informações com os demais grupos, de modo que cada grupo de discentes tenham em mãos dados completos relacionados ao sítio e sobretudo, sobre as gravuras rupestres.

Logo depois das trocas de informações entre os grupos, as equipes de alunos, munidas das fotografias ou croquis das gravuras rupestres, bem como de registros de características ambientais do local que podem ter influenciado a vida dos povos originários pretéritos, os educandos serão desafiados a descrever as figuras descobertas, incluindo, tamanhos, formas, temas, cenas, assim como possíveis significados que possam indicar pistas sobre aspectos do modo de vida e cosmologias das populações produtoras dos acervos de gravuras rupestres.

Na sequência, os (as) professores (as), devem orientar as diferentes equipes de alunos (as) para apresentarem os resultados de suas análises, através de um relatório escrito, que deverá ser entregue aos (às) docentes e apresentados, por meio

de slides ou cartazes elaborados a partir de cartolinas e/ou papel madeira. O relatório deve conter os resultados das análises dos dados coletados em campo, como: descrições do contexto ambiental, as descrições das gravuras, a temática, as formas, as cenas, as possíveis técnicas empregadas para elaboração dos grafismos, hipóteses sobre características do estilo de vida dos povos autores dos registros rupestres, bem como a respeito de aspectos de suas cosmovisões. A produção desses relatórios oportunizará o desenvolvimento, entre os alunos, de uma escrita mais técnica, contribuindo para o desenvolvimento de um letramento científico.

4.3.5. Quinto encontro: produção de mapas etno-históricos.

Outra forma e ferramenta didática e prática possível de trabalhar o conteúdo proposto, é fazendo uso da cartografia através da releitura e a produção de mapas etnohistóricos em sala de aula. Por meio da pesquisa na literatura historiográfica e da plotagem dos sítios de arte rupestre em mapas, através de *softwares* como *QGIS*²⁸, os alunos (as), sob a orientação do(a) professor(a) orientador e a colaboração de professores(as) de informática e geografia, podem produzir mapas que indicam a ocupação histórica dos povos indígenas antigos da região. A partir dos sítios arqueológicos em apreço, tal experiência pode ser desenvolvida em sala de aula ou em laboratórios de informática da escola. Esse tipo de atividade pode fomentar significativa participação, compreensão e aprendizagem por parte dos participantes, bem como resultados cartográficos, como pode ser visto na Figura 5 desse trabalho.

Essa atividade necessita também de trabalho em grupo, com os diferentes membros das equipes responsáveis por tarefas específicas, isto é, os grupos subdivididos em comissões, cada uma responsável por uma etapa diferente da produção cartográfica, tais como: pesquisa bibliográfica, em livros e/ou internet, sobre a presença histórica dos povos indígenas originários no Ceará; operação do software de produção de mapas, com o auxílio de professores (as) de geografia e/ou informática; e plotagem de informações referentes às áreas que possuem registros da ocupação de povos indígenas originários. O mapa deve abranger todo o território cearense, com a ocorrência histórica dos povos originários em cada região do Estado,

²⁸ Software de edição e análise de dados georreferenciados. Nota do autor.

porém deixando em destaque a região do Vale do Jaguaribe. A produção desse tipo de mapa é uma releitura e adaptação de outros mapas etno-históricos, como o de Nimuendajú (1944), e outras referências, como os trabalhos de Pompeu Sobrinho (1955), Dantas, Sampaio e Carvalho (1992), Oliveira, Daline (2021), Santos Júnior (2008, a), Queirós (2016).

Os (as) professores (as) podem optar também em orientar os alunos (as) a adicionarem em seus mapas a plotagem das coordenadas georreferenciadas do sítio arqueológico visitado pela turma, assim como os demais sítios de onde foram selecionadas as gravuras rupestres usadas nas aulas anteriores. Embora não seja possível associar diretamente povos indígenas históricos aos grafismos rupestres de períodos pré-coloniais, a construção desses mapas contribui para fomentar a compreensão de que esses registros arqueológicos marcam a presença de grupos pretéritos na região estudada, e com isso, produz conhecimentos que remontam a história da ocupação do território e a valorização das culturas e diversidade dos povos originários.

4.3.6. Sexto encontro: oficina de gravuras rupestres

A oficina consiste na produção de gravuras rupestres em suportes minerais em escala reduzida, de fácil manejo e com dureza adequada para gravação em suas superfícies. A ideia é tentar emular no ambiente escolar, a elaboração de grafismos que representem formas geométricas, como círculos, traços, quadrados ou triângulos.

Os alunos (as) devem ser divididos em grupos de 6 ou 8 pessoas, dependendo do tamanho da turma. O professor (a) desafiará cada equipe a elaborar nos suportes rochosos, utilizando como instrumento apenas seixos rolados ou outro tipo de rocha com dureza igual ou superior que a do suporte, uma figura geométrica definida pelo (a) docente. Essas figuras serão entregues impressas, previamente para os grupos.

O professor (a) pode escolher conduzir a oficina, transformando-a numa competição, como um mecanismo que estimule os alunos (as) a se empenharem mais na atividade. Contudo, isso fica à critério do (a) docente, pois dependerá do perfil e característica de cada turma. Caso seja escolhido o modelo competitivo, devem ser elaborados alguns critérios avaliativos ou apenas a cronometragem de tempo, para

definir qual das equipes conseguiu concluir a elaboração da figura que lhe foi designada em menor período. Transformar a aula numa disputa entre equipes não é necessariamente o caminho mais eficaz, por vezes, apenas o caráter de desafio já incentiva os estudantes a se envolverem na atividade.

Independentemente de como o (a) professor (a) vai conduzir a oficina, antes dos estudantes iniciarem seus trabalhos, deve haver uma breve explicação e demonstração das técnicas de execução que os alunos (as) podem empregar para elaborar seus grafismos. É esperado que os discentes, no ato da formulação de seus desenhos, utilizem estratégias diferentes dos métodos explicados pelo educador (a). É possível que os alunos encontrem, a partir das suas próprias experiências, maneiras mais fáceis e eficazes para alcançar o resultado desejado, que é a produção de uma forma gravada na pedra.

Os estudos até o momento desenvolvidos, sobre os diferentes procedimentos de elaboração de gravuras rupestres nos sertões semiáridos, indicam que predominam técnicas como: a raspagem simples, picotagem com posterior polimento e apenas picotagem. É notável, de acordo com as pesquisas, que a técnica de picotagem com posterior polimento é a que demonstra demandar maior esforço e tempo de elaboração, enquanto a raspagem simples requer menos esforço e gasto de energia (Queirós, 2016; Santos Júnior, 2008, b).

Diante disso, é aconselhável que os professores (as) recomendem aos alunos (as) a técnica que demande menos esforço, afinal, o objetivo não é fazer com que os (as) estudantes elaborem gravuras com o mesmo nível de execução daquelas feitas pelos povos originários, a ideia é oferecer uma experiência que possibilite a compreensão das condições de produção desses registros, dos gestos e esforço empreendidos para a elaboração dessas gravuras.

Quanto ao material para a oficina serão necessários baldes com água; banquinhos que servirão de assento para os estudantes no ato da execução das gravuras; seixos rolados, que serão coletados pelos discentes, sob orientação do (a) professor (a), nos arredores da escola; e os blocos de rochas graníticas, que serão os suportes para os grafismos, com dimensões aproximadas de 40cm x 25cm, pesando de 20 a 40 kg. Essas rochas devem ser coletadas, antecipadamente, pelo professor (a) com auxílio dos professores (as) de Geografia, nas áreas próximas à escola ou em localidades que não ocorram sítios arqueológicos para evitar qualquer risco de degradação. É importante priorizar blocos com dureza adequada para elaboração dos

grafismos, principalmente rochas que sofreram processos de desgaste natural por decorrência do contato com corpos de água.

Em grande medida, os registros rupestres gravados já estudados e documentados no interior do Nordeste brasileiro, em especial, nos sertões semiáridos dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, foram elaborados em rochas graníticas, na sua grande maioria, localizadas nas proximidades de corpos d'água, como riachos, lagoas sazonais e rios (Queirós, 2016; Santos Júnior, 2008, b; Valle, 2003). Por essa razão, as rochas mais recomendadas para uma oficina de gravuras rupestres são as graníticas e se possível, como já sugerido, desgastadas por exposição a água.

O espaço onde ocorrerá a oficina deve ser no ambiente externo à sala de aula, como pátios e jardins, de preferência em lugares abertos, amplos, possível de acomodar os suportes e os alunos com segurança e comodidade. A área onde será realizada a oficina deve ser previamente preparada pelo professor, pois a própria natureza dos suportes, blocos de rochas com peso considerável, demanda tempo e cuidado quanto ao transporte e manejo. Caso tenha no terreno da escola afloramentos rochosos, com dureza adequada para elaboração de gravuras, a atividade pode ser realizada sem a necessidade de trazer material lítico de fora da escola.

Durante a execução da oficina é aconselhável que todos os estudantes vivenciem a experiência de tentar elaborar uma gravura num suporte rochoso. Nesse sentido, o professor (a) deve orientar os grupos que todos os integrantes ajudem no processo de produção das figuras, revezando entre eles, por um tempo determinado, a execução da tarefa de gravar na rocha a forma designada para aquela equipe. Essa estratégia é recomendável, levando em conta o grande esforço físico necessário para executar esse tipo de atividade e evitar levar os alunos à fadiga.

O professor (a) deve destinar para essa oficina o mínimo de quatro horas/aula, duas para a atividade prática e outras duas para a resolução de questões geradoras que abordem aspectos das técnicas, instrumentos e esforços empregados na elaboração das gravuras. As questões devem ser elaboradas para promover debates e reflexões sobre que tipo de saberes técnicos e ambientais os povos indígenas originários precisaram adquirir para elaborarem gravuras nas rochas. Alguns exemplos de questões:

1. A equipe conseguiu concluir a elaboração da figura que lhe foi designada? Exponha as estratégias adotadas e as dificuldades enfrentadas.

2. A rocha designada para sua equipe é mais ou menos resistente aos movimentos abrasivos e/ou de picotagem empreendidos por vocês, durante a elaboração das gravuras? Expliquem.
3. Levando em conta a resposta da pergunta anterior, a rocha usada por sua equipe é adequada para ser suporte de elaboração de gravuras? Justifiquem.
4. O uso de água durante a elaboração das gravuras, facilita ou dificulta durante a execução dessa tarefa? Justifiquem.
5. O tipo de rocha usado como instrumento para elaboração das gravuras, era adequado para essa tarefa, sua forma acomodava bem a ferramenta em suas mãos, tornando mais confortável para vocês executarem os movimentos de raspagem e/ou picotagem? Justifiquem.
6. A posição e a postura assumidas por vocês na hora da elaboração das gravuras, assim como o clima quente e a exposição ao sol, deixou a tarefa mais ou menos cansativa? Expliquem.

Espera-se que questões como essas ajudem os alunos (as) a refletirem em sala de aula, sobre os desafios enfrentados pelos povos indígenas pretéritos no momento da elaboração das gravuras, sobre as escolhas dos instrumentos usados, nos tipos de rochas escolhidas para suporte, nas técnicas empregadas, isto é, acerca do conhecimento técnico e mineralógico necessários para a produção desse tipo de arte.

É esperado que a experiência direta com o fazer e o saber, ou seja, a escolha dos instrumentos mais adequados, a melhor forma de empregar a técnica, possam aproximar os alunos (as) da realidade dos povos que elaboraram gravuras rupestres, contribuindo na compreensão das possíveis razões e funções desse tipo de registro para as cosmovisões desses grupos pretéritos. Afinal, as populações que elaboravam essas gravuras dedicavam tempo, conhecimento e esforços para deixar marcado na rocha, através da técnica, parte da sua História e cultura.

As pesquisas em sítios de gravuras rupestres evidenciam desenvolvimento de uma linguagem visual refinada, de um domínio técnico dos materiais e de um significativo conhecimento da paisagem e dos seus recursos mineralógicos. A técnica, nesse sentido, mostra-se como um importante marcador da condição humano, assim como da intencionalidade no ato de materializar numa dimensão simbólica, através de uma técnica escolhida, essa condição (Queirós, 2016).

Esse tipo de atividade, pode estimular, no limite, questionamentos, após a elaboração das gravuras, de como é necessário, para criação desses grafismos, o domínio de conhecimentos sobre as rochas, quais as mais adequadas para servirem de suporte e ferramenta de percussão, em quais condições esses suportes rochosos são adequados para a criação de gravuras (mais ou menos próximas aos cursos de água). Em suma, é uma oportunidade significativa para a compreensão de que para a elaboração de grafismos, os povos originários precisavam possuir um amplo conhecimento e domínio da paisagem que habitavam.

Desse modo, o trato com a documentação é fundamental para o aprendizado da História, pois estimula aproximação do aluno (a) com o tipo de registro estudado. No caso da arte rupestre, que muitas vezes não está acessível, uma boa forma de fomentar essa aproximação é desenvolvimento de atividades que busquem simular a produção desse tipo de documento histórico (Araki *et al.*, 2017). Por essa razão, a proposta foi uma oficina de gravuras rupestres usando como matéria-prima amostras de rochas da região, como o granito, normalmente empregadas para a elaboração desse tipo de grafismo.

Ademais, a partir da perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1999), a interação com o meio social, atividades que estimulem o desenvolvimento da linguagem e das habilidades físicas e mentais, é benéfico para o aprendizado dos conteúdos escolares. Portanto, a oficina de gravura rupestre, sobretudo ao ar livre, como foi proposto, possibilita os alunos (as) se apropriarem com mais eficácia do conhecimento histórico:

A interação com o meio social, o desenvolvimento da linguagem e as atividades que se utilizam das capacidades físicas e mentais dos alunos, para Vygotsky, são meios de proporcionar ao aluno a informação de uma forma alternativa, visando a internalização de conteúdo e o aperfeiçoamento das habilidades físicas e mentais (Araki *et al.*, 2017, p. 2254)

Portanto, o método e atividade aqui sugerida pode proporcionar o aprendizado da História dos povos indígenas pretéritos que habitaram o Vale do Jaguaribe, por meio da criatividade e contato com a documentação, mesmo que de forma simulada, através do exercício de sua elaboração. No final, os alunos (as) podem realizar uma mostra de seus trabalhos, para a turma ou para toda a escola, como parte da atividade do próximo encontro, a culminância da sequência didática.

4.3.7. Sétimo encontro: elaboração de um trabalho de divulgação da arte rupestre do Vale do Jaguaribe.

Essa sequência de aulas pode culminar com um trabalho de divulgação da arte rupestre do Vale do Jaguaribe, visando pôr em evidência, para a comunidade escolar, o valor histórico e arqueológico dos registros rupestres da região, bem como estimular a aquisição de conhecimento acerca da História e dos direitos dos povos indígenas, de modo que alunos, pais e sociedade em geral possam se enxergar em Histórias silenciadas ao longo de séculos e não contadas pela educação formal, visando ao respeito pelas ancestralidades, o combate ao racismo e demais preconceitos, manifestos no interior da diversidade cultural do Brasil.

Em primeiro lugar, os (as) professores (as) devem explicar a atividade, que, inclusive, poderá se prolongar por mais de duas aulas. É importante que os docentes deixem claro que o produto dessa atividade será a culminância de toda a sequência de aulas que se desenvolveram até o momento. A abordagem empregada para mobilizar os alunos deve ser a aprendizagem baseada em desafios.

O desafio deve ser lançado para a turma em forma de pergunta: como divulgar a arte rupestre do Vale do Jaguaribe, com o propósito de pôr em evidência para a sociedade, a importância histórica, o valor científico e patrimonial desses registros rupestres?

A ideia do desafio não é divulgar a localização dos sítios, indicando como chegar ou estimular as pessoas a saírem procurando sítios de arte rupestre na região. Afinal, esse tipo de informação dada de maneira descuidada, pode inclusive, pôr em risco a integridade dos próprios sítios. O propósito da ação é apenas divulgar para a comunidade atendida pela escola e para a sociedade de forma geral, que existem sítios com registros rupestres, que são bens culturais, os quais precisam ser estudados por especialistas, que devem ser pauta de discussão sobre o seu valor como patrimônio cultural da região e, uma vez entendidos como patrimônio, resguardados por políticas públicas de proteção patrimonial.

Os mesmos grupos que já trabalharam nas aulas anteriores podem ser aproveitados para esta atividade. Os grupos reunidos, sob a orientação do professor,

irão elaborar propostas de estratégias e meios para realizar esse trabalho de divulgação.

Após as etapas de discussões e elaboração, cada grupo vai apresentar para os colegas suas propostas de intervenção. O professor deve estimular os alunos a debaterem sobre as ideias levantadas e votarem na mais viável, podendo, inclusive, ser uma proposta mista, com elementos das sugestões de diferentes equipes.

Uma vez escolhida a forma de divulgação, a turma será dividida em comissões, com funções específicas. Fazer a divisão da turma em comissões, pode ajudar os alunos a trabalharem na execução de tarefas que tenham mais facilidade e/ou afinidade, possibilitando melhor aproveitamento qualitativo do tempo e das atividades que serão desenvolvidas. Essas comissões poderão trabalhar nos LEIs (Laboratórios Educacionais de Informática), assim como nos espaços da biblioteca da escola. Os alunos, portanto, com acesso à internet e material de pesquisa sobre a arte rupestre do Vale do Jaguaribe, poderão desenvolver a proposta escolhida coletivamente.

A partir das pesquisas e reunião do material necessário, realizadas anteriormente, as comissões devem ser orientadas a iniciar a produção e concretização da proposta que foi escolhida pelos estudantes. Embora seja interessante que o professor estimule os alunos (as) a terem suas próprias ideias para que escolham a partir delas a forma de divulgação mais adequada, algumas sugestões podem ser apresentadas pelos (as) educadores (as), no momento da escolha:

- Os alunos (as), a partir da realização de uma curadoria, podem fazer uma exposição física de arte rupestre na escola, mostrando, de forma criativa, as gravuras rupestres fotografadas dos sítios arqueológicos que foram selecionados dos municípios de Morada Nova e Alto Santo. Os produtos da oficina de gravuras rupestres, realizada nos encontros anteriores, podem fazer parte dessa curadoria para compor essa exposição;
- Poderá ser realizado também, a divulgação por meio de redes sociais, com a criação de perfis no *Instagram* e/ou *Facebook*, com postagens das fotos das gravuras, contendo informações técnicas e curiosidades sobre esse tipo de arte rupestre e destacando a importância de estudá-las e valorizá-las;

- Também por meio da internet, essa divulgação pode ser feita, depois de uma cuidadosa curadoria, a partir de uma exposição virtual das gravuras, com informações de caráter arqueológico, bem como etno-histórico, a respeito dos povos indígenas originários que habitaram a região;
- Podcasts ou documentários em formato de curta-metragem, também podem ser opções interessantes, pois possibilita entrevistas com especialistas e com pessoas das comunidades que possuem sítios arqueológicos portadores de arte rupestre.

Independentemente do tipo de estratégia escolhida pela turma, seja uma exposição de arte rupestre, no formato físico ou virtual, postagens em redes sociais, ou documentários e podcasts, essa divulgação pode ser realizada nas feiras de ciências ou culturais da escola, eventos que já estão no calendário escolar e geralmente são abertas ao público, sendo, portanto, a oportunidade de dar mais amplitude ao tema, tornando possível o alcance da temática a uma boa parte da sociedade do município atendido pela escola.

5. CONSIDERAÇÕES

Examinando a literatura que discute os movimentos migratórios pré-históricos dos povos que, em tempos pretéritos, iniciaram o longo processo de povoamento das Américas, e em especial do atual estado do Ceará, fica clara a ocorrência de avanços nas pesquisas arqueológicas que abordam essa temática.

A análise de novas evidências e a proposição de datações arqueológicas cada vez mais precisas, contribuem significativamente para o esclarecimento de questões como: quais grupos humanos participaram dessas migrações, as rotas migratórias utilizadas e o período cronológico exato do início dessas levadas migratórias. Contudo, também é notável a necessidade de mais estudos para aprofundar o conhecimento sobre essas migrações e preencher lacunas ainda existentes, visando uma compreensão mais completa e detalhada da história Pré-escrita do território das Américas e, sobretudo, do estado do Ceará.

Quanto ao período do contato, é possível sugerir, a partir da revisão da bibliografia que versa sobre a História colonial dos povos indígenas que povoavam os sertões do atual território do Ceará, que o processo de colonização foi marcado por conflitos, e uma conquista colonial marcada pela violência. Além da progressiva eliminação e/ou assimilação étnica forçada (ou induzida) dos povos originários cearenses, fica evidente o gradual apagamento da memória e do legado dessas populações nativas para História e cultura do Ceará e das regiões que o compõe, em especial do Vale do Jaguaribe. Esse processo pode estar se refletindo, por exemplo, na lenta introdução da contribuição histórica e cultural indígena nos conteúdos dos livros didáticos de História.

A respeito da arte rupestre (pinturas e sobretudo gravuras) do Vale do Jaguaribe e suas primeiras notícias, fica demonstrado que o conhecimento da existência desses registros no interior dos sertões cearenses remete ao período colonial, já citados nos relatos de diversos viajantes, cronistas, naturalistas, exploradores e pesquisadores entre os séculos XVIII e XX, como os escritos deixados pela Comissão Científica de Exploração, enviada pelo governo imperial, que percorreu o interior do Ceará entre os anos de 1859 e 1861, por Vilhena (1907), Tristão Araripe (1909), Pompeu Sobrinho (1959) e Silva R. (1999).

Além disso, as pesquisas arqueológicas até o momento desenvolvidas sobre gravuras rupestres na região do Vale do Jaguaribe (Queirós, 2016), demonstram que os saberes populares são, além da literatura acadêmica, guardiões da localização desses lugares com grafismos rupestres. As "pedras do letreiro" e as "pedras do sino" são conhecidas há gerações pelos sertanejos, como camponeses, vaqueiros e caçadores, e por vezes são eles que ajudam os pesquisadores a identificarem esses sítios nos sertões do semiárido.

A cooperação entre as pesquisas científicas e o conhecimento popular, como promovido pela Arqueologia Pública, é essencial para desenvolver um senso de identidade e pertencimento em relação aos registros rupestres. A Arqueologia Pública, ao fomentar a gestão compartilhada dos bens culturais presentes nos sítios arqueológicos, permite que as comunidades locais se tornem protagonistas na preservação e valorização de seu patrimônio cultural. Essa abordagem promove uma relação mais inclusiva e sustentável entre os pesquisadores e as comunidades, fortalecendo o reconhecimento e a proteção dos sítios arqueológicos.

Contudo, esse processo de reconhecimento e gestão dos sítios de gravuras rupestres pelas comunidades locais deve ter como ponto de partida a escola, pois é nela que se inicia a conscientização e a valorização do patrimônio cultural. Através de atividades educativas que envolvem diretamente os alunos (as) com o estudo e o reconhecimento desses sítios, a escola pode promover um entendimento profundo e respeitoso dessas heranças culturais.

Projetos pedagógicos que integrem a comunidade escolar com visitas aos sítios arqueológicos, oficinas de interpretação de gravuras, e debates sobre a importância histórica e cultural desses locais, contribuem para o desenvolvimento de um senso de responsabilidade coletiva. Assim, a escola não apenas educa, mas também pode mobilizar a comunidade para se envolver ativamente na proteção e gestão dos sítios arqueológicos do Vale do Jaguaribe.

Nesse sentido e partindo dessa problemática, foram propostas as situações de ensino no formato de uma sequência didática. Essa sequência de aulas e atividades voltadas para o trabalho com as gravuras rupestres dos sítios de Morada Nova e Alto Santo foram pensadas a partir das experiências desenvolvidas durante os anos letivos de 2023 e 2024, atividades que variaram desde trabalhos de pesquisa bibliográfica, interpretação e compreensão das gravuras, produção de mapas etno-históricos e elaboração de exposição dos grafismos na feira científica e cultural da escola.

O objetivo dessas atividades, desenvolvidas ao longo de dois anos letivos, não foi estabelecer um protocolo rígido ou uma fórmula fixa para trabalhar com gravuras rupestres em sala de aula; pelo contrário, elas serviram como ponto de partida. As reflexões e os *insights* gerados por meio das aulas e metodologias implementadas nas turmas participantes contribuíram para a criação e fundamentação da sequência didática proposta como produto pedagógico desta pesquisa.

Assim como as atividades realizadas em sala de aula, a sequência didática sugerida não deve ser vista como um manual definitivo. Cada realidade escolar possui suas próprias particularidades, incluindo a natureza das turmas e as condições estruturais e socioeconômicas das unidades de ensino. Portanto, o produto pedagógico desenvolvido a partir deste trabalho deve ser encarado pelos(as) colegas professores(as) e pesquisadores(a) interessados em trabalhar com gravuras rupestres nas aulas de História como uma proposta flexível. Eles devem se sentir autorizados a criticá-la, adaptá-la e ajustá-la às suas próprias realidades e objetivos pedagógicos. Dessa forma, espera-se que este estudo não só contribua para a prática

educativa, mas também estimule novas pesquisas e debates sobre essa temática, enriquecendo o ensino da História com abordagens inovadoras e contextualmente relevantes.

Nesse sentido, fica evidente, a partir das discussões a respeito da relação do conhecimento arqueológico com a História e através das experiências didáticas desenvolvidas nessa pesquisa, como a introdução de princípios, métodos e conceitos da Arqueologia pode oferecer caminhos promissores para o enriquecimento do saber histórico escolar.

Dessa forma, o uso da arte rupestre como recurso didático, em especial as gravuras rupestres, oferece benefícios significativos para o ensino de História, especialmente por proporcionar aos alunos uma experiência prática e interativa. Ao trabalhar com registros rupestres, como as gravuras, os estudantes têm a oportunidade de explorar fontes históricas que vão além dos textos tradicionais, o que estimula a curiosidade e a criatividade. Essa abordagem favorece uma compreensão mais concreta dos modos de vida dos povos antigos, ajudando a superar visões estigmatizadas dos grupos indígenas pretéritos. Além disso, atividades como oficinas de reprodução de arte rupestre possibilitam uma aprendizagem lúdica, multidisciplinar e até mesmo pandisciplinar, envolvendo conhecimentos de Arqueologia, Geografia e Artes, bem como a possibilidade de fomentar a construção de novos espaços formativos nas instituições de ensino, como um sítio-escola. Isso contribui, portanto, para o desenvolvimento de competências importantes, como o pensamento crítico e a capacidade de analisar diferentes tipologias de documentos históricos e culturas do passado.

Em suma, tomando como ponto de partida as reflexões sobre essas primeiras experiências com situações de ensino que empregam as gravuras rupestres como instrumento didático e pedagógico para o ensino da História dos povos originários e indígenas do Vale do Jaguaribe, pode-se inferir que essa abordagem se mostra fecunda, com possibilidade de avanços significativos na construção do conhecimento histórico no universo escolar. Ao adotar uma perspectiva que valoriza a participação ativa dos estudantes na interpretação e compreensão das gravuras rupestres, essa proposta promove não apenas a aprendizagem sobre os povos antigos que habitaram a região, mas também incentiva a reflexão crítica sobre questões como patrimônio cultural, identidade e diversidade, bem como pode tornar possível o reconhecimento

pelos estudantes de conhecimentos e práticas que são marcadores da identidade de diferentes povos em determinado espaço e tempo histórico.

Além disso, ao integrar a educação patrimonial com o ensino de História e a Arqueologia, essa abordagem amplia as possibilidades de diálogo interdisciplinar e estimula nos estudantes o desenvolvimento de habilidades cognitivas e interpretativas, como capacidades relacionadas à interpretação de fontes primárias, levantamento de hipóteses e a própria escrita científica, saberes esses que compõem o *know-how* das competências da BNCC, definidas para a área das Ciências Humanas no Ensino Médio, ressalvadas suas limitações e problemas referentes às concepções de Ensino de História presentes no documento.

Contudo, é importante reiterar que essa proposta de ensino está em desenvolvimento, com resultados preliminares, demandando mais estudos para sua efetiva implementação e disseminação no contexto educacional. Em conclusão, o uso das gravuras rupestres como recurso didático se mostra não apenas como uma estratégia inovadora para o ensino de História, como também um convite ao aprofundamento do debate e à produção de mais pesquisas nessa área de conhecimento.

REFERÊNCIAS

ARAKI, Gabriela Harumi, *et al.* Arte rupestre: uma abordagem interdisciplinar do PIBID/História – UEM. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA*, 8º, 9 a 11 out. 2017, Maringá; *SEMANA DE HISTÓRIA*, 12º, a 11 out. 2017, Maringá. **Anais**, Maringá, 2017. p. 2249-2255. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/4069.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

ARAGÃO, Luiz Adriano Lucena; ANDRADE, Juliana Alves de; NASCIMENTO, Ana Lúcia do. Se tudo é História, por que continuamos a estudar Pré-História na escola? Os conceitos de História e Pré-História nos livros didáticos contemporâneos. **História & Ensino**, Londrina, v. 27, n.1, p. 150-174, jan/jun. 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/38806/30119>. Acesso em: 05 maio 2024.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Letreiros Lapidares. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**. Fortaleza, CE, Tomo XXIII, ano XXIII, p. 359-377, 1909. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAnoHTML/1909indice.html>. Acesso em: 16 ago. 2023.

AMARAL, Marília Perazzo Valadares do. **As pinturas rupestres da tradição agreste em Pernambuco e na Paraíba – Brasil**. Tese (Doutorado em Arqueologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/39927605/AS_PINTURAS_RUPESTRES_DA_TRADI%C3%87%C3%83O_AGRESTE_EM_PERNAMBUCO_E_NA_PARA%C3%8DBA_BRASIL. Acesso em: 10 maio 2024.

BROCHADO, José Proenza. A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica. **Dédalos**, São Paulo, n 27, p. 65-82, 1989. Disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/03/6-1-brochado-j-p-a-expansao-dos-tupi-e-da-cerc3a2mica-da-tradic3a7ao-policromica-amazonica.pdf>. Acesso em: 09 set. 2023.

BARCELOS, Artur Henrique Franco. Cultura Material e Patrimônio em quatro atos: uma experiência. *In: Carmen G. Burgert Schiavon; Sandra de Cássia A. Pelegrini. (Org.). Patrimônio plurais: iniciativas e desafios*. Rio Grande do Sul: EdFURG, 2016, v. 1, p. 163-183.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. 2ºed. São Paulo: Cortez, 2008.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História: a escola dos Annales e a Nova História**. vol. 5, Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2012.

BATTASSINI, Gabriela Dors. **Patrimônio arqueológico nas aulas de história: vivências com estudantes do 6º ano de uma escola pública de Nova Petrópolis**.

Dissertação (Mestrado em Ensino de História, ProfHistória) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília/DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm Acesso em: 12 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf. Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. **PNLD**. [Brasília]: MEC, [2018?]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em 05 jun. 2024.

BRITO, Geiza Martha Gadelha de. **Nas sombras silenciosas do esquecimento: vestígios da História indígena no Vale do Jaguaribe**. In: CHAVES, Olivenor Souza (Org.). **Vale do Jaguaribe: autos do passado**. Fortaleza, CE: Expressão Gráfica e Editora, 2010. p. 17-28.

BARROSO, Gustavo. **Aquém da Atlântida**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1931.

CASTRO, Rafael Printes Albarelli de. **O uso da pintura rupestre da região amazônica como fonte histórica: uma possibilidade na disciplina história no sexto ano**. Dissertação (Mestrado em Ensino de História, ProfHistória) – Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2019.

CARBONARI, Márcia. Arqueologia, História e cultura material no ensino de História. **Seminário Internacional de Cultura Material e Arqueologia**. v.1, 2017. Disponível em: https://www.upf.br/_uploads/Conteudo/ppgh/anais-seminario-internacional/2017/carbonari.pdf. Acesso em: 26 jun 2022.

CARVALHO, Alfredo. Inscrições rupestres no Brasil. **Revista do Instituto do Ceará**, ano 24, p. 123-124, 1910. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/1910-2/>. Acesso em: 05 ago 2024.

CHAGAS, Havner Girão de Moura. **Dos jazidos suntuosos à cova-rasa: poder e simbologia no cemitério Nossa Senhora da Guia de Morada Nova (1930-1950)**. 2015. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Estadual do Ceará/Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Limoeiro do Norte, 2015.

CEARÁ. Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH). **Diagnóstico da região hidrográfica do Alto Jaguaribe**: Planos de recursos hídricos das regiões hidrográficas do Ceará. Fortaleza, CE: UFC, 2022.

CEARÁ, Secretaria da Educação do Ceará. **Criação EEEP**. [Fortaleza]: SEDUC-CE, [2015?]. Disponível em: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/criacao-eeep/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

COSTA, Angione. Das inscrições lapidares de fundo indígena, especialmente das de natureza petrográfica, do ponto de vista da ideologia selvagem. **CHN**, 3., Rio de Janeiro: IHGB, v. 6, p. 401-430, 1938. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/pesquisa/hemeroteca/artigos-de-periodicos/item/77271-das-inscri%C3%A7%C3%B5es-lapidares-de-fundo-ind%C3%ADgena,-especialmente-das-de-natureza-petrogr%C3%A1fica,-do-ponto-de-vista-da-ideologia-selvagem.html>. Acesso em: 05 ago 2024.

CORREIA, Maria Fernanda dos Santos Barros. **Gravuras rupestres no Vale do Moxotó, Pernambuco, Brasil**: um estudo da técnica de execução da cenografia do conjunto gráfico. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2016.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Tradução de Maria Adriana C. Cappello. **Educação & pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/GNrkGpgQnmdcxwKQ4VDTgNQ/>. Acesso em: 17 out. 2024.

CUNHA, Manuela Carneiro. Introdução a uma História Indígena. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1992, p. 09-24.

DANTAS, Beatriz Góes.; SAMPAIO, José Augusto L.; CARVALHO, Maria Rosário G. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1992, p. 431-456.

DIAS, Adriana Schmidt. Um réquiem para Clóvis. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v 14, n 2, p. 459-476, maio/ago. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/bgoeldi>. Acesso em: 09 set 2023.

FALKER, Josilene Erlacher Werneck et al. Aprendendo ciências e matemática em um sítio arqueológico sob diversos olhares: das práticas de ensino ao ensino das práticas, **RBECT**, Ponta Grossa, v. 10, n. 12, p. 1-18, maio/ago., 2017. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect>. Acesso em: 25 out. 2023.

FERREIRA NETO, Cicinato. Indígenas e Negros no Vale do Jaguaribe: entre o cativo e a liberdade. *In*: SEMINÁRIO HISTÓRIA, CULTURA E IDENTIDADE INDÍGENA, NEGRA E AFRO-BRASILEIRA, **Anais...** Morada Nova, 2011. Disponível em:

https://apeoc.org.br/extra/artigos_cientificos/Indigenas_e_Negros_no_Vale_Jaguaribe.pdf. Acesso em: 07 out 2023.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim, *et al.* **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 18 out. 2023.

FIRMEZA, Nilo. **As artes plásticas no Ceará: contribuições à História da arte no Ceará**. Fortaleza, CE: Editora da UFC, 1992.

FUCK JÚNIOR, Sérgio César de França. Subsídio à gestão ambiental: descrição fisiográfica e análise funcional das bacias hidrográficas do Ceará; **Revista Eletrônica do Curso de Geografia do Campus Jataí – UFG**; n.10, p. 41-71, Jataí, jan/jun, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/geoambiente/article/view/25953>. Acesso em: 09 set. 2024.

GARCÍA MACÍAS, Natzín I. Arqueología y educación. Estado de la cuestión. **Cuicuilco**, Distrito Federal, México, v. 14, n. 39, jan.-abr., p. 203-226, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/351/35111319009.pdf>. Acesso em: 09 out. 2023.

GRUMBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_ManualAtividadesPraticas_m.pdf. Acesso em: 05 out. 2023.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Investigações em educação patrimonial e ensino de História (2015-2017), **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 38, n.1, p. 107-127, jan/jun, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/213748>. Acesso em: 18 out. 2023.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Educação Patrimonial no ensino de História: reconhecer, valorizar e reparar, **Palavras ABEHrtas**, Ponta Grossa, n. 4, n.p, out. 2021. Disponível em: www.palavrasabehrtas.abeh.org.br. Acesso em: 07 nov. 2023.

GUIDON, Niède. O Pleistoceno no sudeste do Piauí. **Clio - Série Arqueológica**, n. 4, número extraordinário: Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste brasileiro (Recife, 1987), p. 11-14. Recife: UFPE, 1991. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/clioarqueologica/article/view/247551>. Acesso em: 19 out. 2024.

GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 6ª ed., Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2008, p. 353.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100600>. Acesso em: 24 ago. 2024.

JUSTAMAND, Michel.; MARTINELLI, Suely Amâncio.; OLIVEIRA, Gabriel Frechiani; SILVA, Soraia Dias de Brito. A arte rupestre em perspectiva histórica: uma história escrita nas rochas. **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 130-172, jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/download/8648451/16261/29140>. Acesso em: 04 set. 2023.

KARNAL et al. **Identidade em ação**: transformações da natureza e impactos socioambientais. São Paulo, SP: Moderna, 2020.

LAGES, Luciene. Memória e História em Vilhena: nos rastros de uma biografia. *In*: LAGES, Luciene. (Org.). **Luiz dos Santos Vilhena**: memória, história e literatura. Salvador, BA: EDUFBA, 2020, cap. 1.

LAGE, Wellington. **As gravuras rupestres do sítio Bebidinha, Buriti dos Montes, Piauí**: documentação, análise da linguagem visual e levantamento sobre o estado geral de conservação. Dissertação. (Mestrado em Antropologia e Arqueologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

LEITE NETO, João. **Índio e Terras – Ceará**: 1850-1880. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, PE, 2006.

LIMA, Mônica. História, patrimônio e memória sensível: o Cais do Valongo no Rio de Janeiro. **Outros Tempos**, vol. 15, n. 26, 2018, p.98-111. Disponível em: <https://bit.ly/2Lwsldu>. Acesso em: 10 nov. 2023.

LIMAVERDE, Rosiane. **Arqueologia social inclusiva**: a Fundação Casa Grande e a gestão do patrimônio cultural da Chapada do Araripe, Nova Olinda, Ceará, Brasil. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal, 2015.

LONDRES, Cecília. **Referências culturais**: base para novas políticas de patrimônio." *In*: **O Registro do Patrimônio Imaterial**: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultural/Iphan, 2. ed, 2003, p. 83-95.

LOPES, Fátima Martins. **Em nome da liberdade**: as vilas de índios no Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

MARTIN, Gabriela. **Pré-História do Nordeste do Brasil**. ed. 5, Recife, PE: Editora Universitária da UFPE, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/415>. Acesso em: 03 out. 2023.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. **O Descobrimento dos Outros**: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

MORENO-MAYAR *et al.* Early human dispersals within the Americas. **Science, Washington, USE**, v. 362, n. 6419, p. 1-11, dec. 2018. Disponível em: www.science.org/doi/10.1126/science.aav2621. Acesso em: 13 jul. 2023.

MONTENEGRO, Mónica. Arqueología en la escuela: experiencias en el sector septentrional del Noroeste Argentino, **Chungara: Revista de Antropología Chilena**, Arica, Chile, v. 44, n. 3, p. 487-498, set. 2012. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-73562012000300011. Acesso em: 09 out 2023.

MILLER, Tom Oliver. Usos da arqueologia na sala de aula. **Revista HISTEDBR Online, Campinas**, n.34, p.167-179, jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/issue/view/664> Acesso em: vinte e seis jun. 2022.

MILLER, Tom Oliver. Usos da Arqueologia na sala de aula. *In*: VASQUES, Márcia Severina; MILLER, Francisca. **Arqueologia do Rio Grande do Norte**: balanços e perspectivas (Org.). Natal, RN: Edufrn, 2021. cap. 9, p. 245-264. *E-book*. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br>. Acesso em: 19 out. 2023.

NEVES, Walter. *et al.* O povoamento da América à luz da morfologia craniana. **Revista USP**, São Paulo, p. 96-105, jun/ago. 1997. Disponível em www.revistas.usp.br. Acesso em: 12 jul. 2023.

NIMUENDAJU, Curt. Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. 1 mapa, color. Escala: 1:25.000.000. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=214278>. Acesso em: 19 ou. 2024.

NASCIMENTO JÚNIOR, José Alves Nunes do. **O patrimônio arqueológico do Lajeado – TO**: Uma abordagem nas aulas de História. Dissertação (Mestrado em Ensino de História, ProfHistória) - Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2022.

NOGUEIRA, João Franklin de Alencar. Letreiros antigos: notícia sobre os caracteres do Serrote da Rôla. **Revista do Instituto do Ceará**, ano 15, p. 84-85, 1901. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/1910-2/>. Acesso em: 05 ago 2024.

OLIVEIRA, Marina Garcia de. Metodologias ativas no ensino de História: um caminho para o desenvolvimento da consciência crítica. *In*: SILVA, Andreza Regina Lopes da; BIEGING, Patrícia; BUSARELLO, Raul Inácio (Orgs.). **Metodologia ativa na educação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2017. cap. 4, p. 68-84. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=n2h5DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA68&dq=Metodologias+ativas+no+ensino+de+Hist%C3%B3ria&ots=I-3Hi-PMFd&sig=WzfOsTdSLxe6yGHN02VP9clogE4#v=onepage&q=Metodologias%20ativas%20no%20ensino%20de%20Hist%C3%B3ria&f=false>. Acesso em: 18 abr. 2024.

OLIVEIRA, Rosângela; PROUS, André; TOBIAS JÚNIOR, Rogério. Bibliografia da arqueologia brasileira. **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico (UFMG)**; Belo Horizonte, v. 22, n2, p. 432-871, 2013.

OLIVEIRA, Daline Lima; SANTOS JÚNIOR, Valdeci dos. Datações de gravuras rupestres no Brasil: pesquisa e métodos arqueológicos. **Clio Arqueológica**, Recife, v. 34, n.1, p. 66-92, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/cliarquologica/article/view/246274>. Acesso em: 10 out. 2024.

OLIVEIRA, Daline Lima. **As ocupações humanas na microrregião Brejo Santo, Estado do Ceará, Brasil**: dados arqueológicos e etno-históricos. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

PEREIRA, Washington Kuklinski. Escavar, descobrir e aprender: a arqueologia no processo de ensino-aprendizagem na Educação Básica. **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, Foz do Iguaçu, v. 5, n. 1567, p. 1-10, maio, 2019. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult>. Acesso em: 28 nov. 2023.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Algumas inscrições rupestres inéditas do Estado do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo LXX, ano LXX, Fortaleza, 1956. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Revapresentacao/RevPorAnoHTML/1956indice.html>. Acesso em: 16 ago. 2023.

POMPEU SOBRINHO, T. **Pré-História Cearense**. Fortaleza, CE: Instituto do Ceará Ltda, 1955.

PESSIS, Anne-Marie. Identidade e classificação dos registros gráficos pré-históricos do Nordeste do Brasil. **Revista CLIO – Série Arqueológica**, Recife, v. 1, n. 8, p. 35-68, dez., 1992. Disponível em: <file:///C:/Users/havne/Downloads/sostenesportela,+1992a2.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília, DF: Editora UnB, 1992. Disponível em: <https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2018/02/prous-a-1992-arqueologia-brasileira.pdf>. Acesso em: 06 set. 2023.

PESSOA, Ana Claudia Gonçalves. Sequência Didática. *In*: **Glossário Ceale**: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte/MG: Faculdade de Educação, 2014, p.n.p. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/sequencia-didatica>. Acesso em: 17 set. 2023.

PUNTONI, Pedro Luís. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720**. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000971586>. Acesso em: 30 jul. 2024.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Resistência indígena nos sertões nordestinos no pós-conquista territorial: legislação, conflito e negociação nas vilas pombalinas 1757-1823**. 2004. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7456>. Acesso em: 30 jul 2024.

PINTO, Estevão. **Os indígenas do Nordeste**. v.1, São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1935. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/126/1/44%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 06 ago 2024.

PINTO JÚNIOR, Arnaldo; SILVA, Felipe Dias de Oliveira; CUNHA, André Victor Cavalcanti Seal da. Antinomias entre experiências e expectativas acerca da BNCC de História. *In*: PINTO JÚNIOR, Arnaldo; SILVA, Felipe Dias de Oliveira; CUNHA, André Victor Cavalcanti Seal da (Orgs.). **A BNCC de História: entre prescrições e práticas**. Recife/PE: Editora Universidade de Pernambuco, 2022, cap. 1, pág. 32-76. *E-book*. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:US:83aeb64c-3c3f-4704-8472-d5efddd28736?viewer%21megaVerb=group-discover>. Acesso em: 15 out. 2024.

PARNES, Milton; SOUZA, Alfredo Mendonça de; VIEIRA, Marcus Infante. Relatório das pesquisas arqueológicas no Ceará. Rio de Janeiro, RJ: Centro de Informação Arqueológica, 1971.

QUEIRÓS, Agnelo Fernandes de. **Os grafismos rupestres da Lagoa das Pedras Pintadas, Alto Santo, região do Jaguaribe, Ceará: documentação, estado de conservação e análise contextual**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal do Piauí, PI, 2016.

_____; LAGE, Maria Conceição Soares Meneses. Arqueologia e patrimônio do Vale do Jaguaribe – Ceará. 2021. 13f. Projeto de gestão e ações arqueológicas – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Fortaleza, Ceará, 2021.

_____. *et al.* Arqueologia e sonoridade: um estudo de caso das “Pedras do Sino” com marcas cupulares em sítios arqueológicos do Vale do Jaguaribe, Ceará, Brasil. **Arquivos**, Belo Horizonte, MG, v.30-31, p. 1-23, 2021/2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mhnpj/article/view/47544/43277>. Acesso em: 22 maio 2024.

ROSA, Maria Carlota. Revisitando a Convenção e a grafia de nomes tribais brasileiros, **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 59, p. 25-46, jul/dez, 2020. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/364>. Acesso em: 17 out. 2024.

SANTOS JÚNIOR, Valdeci dos. **Os índios tapuias do Rio Grande do Norte: antepassados esquecidos**. Mossoró, RN: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2008, a.

_____. As técnicas de execução das gravuras rupestres do Rio Grande do Norte. **FUMDHAMentos VII**, p. 516-528, 2008, b. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/284031795_As_tecnicas_de_execucao_da_s_gravuras_rupestres_do_Rio_Grande_do_Norter. Acesso em: 12 set. 2023.

_____. **A pré-história do Rio Grande do Norte**. Curitiba/PR: Brazil Publishing, 2020.

_____. **A simbologia rupestre do Rio Grande do Norte**. Mossoró, RN: Edição do autor, 2022, a.

_____. et al. **O intrincado caminho da arqueologia cognitiva: conceitos, evolução e hipóteses**. In: OLIVEIRA, G. F. *et al.* (Orgs.). **Arte rupestre brasileira: múltiplas visões**. Manaus, AM: EDUA; São Paulo, SP: Alexa Cultural, 2022, b. cap. 11, p. 225-249.

_____, *et al.* Ocupações Coloniais e pré-coloniais no Litoral Leste do Estado do Ceará, Brasil: cultura material, paisagens e cronologias. **Arquivos**, Belo Horizonte, MG, v 30-31, p. 1-30, 2021/2022. Disponível em: www.periodicos.ufmg.br/index.php/mhnb/article/view/41212. Acesso em: 12 jul. 2023.

SANTOS, Ricardo Ventura.; GASPAR NETO, Verlan Valle. Entre ossos e cientistas: um mergulho na Pré-história americana. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, RJ, v. 16, n. 3, p. 811-814, jul./set., 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386138045016>. Acesso em: 11 set. 2023.

SANTOS, Paulo César dos. **O Ceará investigado: A Comissão Científica de 1859. 174f**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – CE, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/3397>. Acesso em: 06 out. 2023.

SALLES, André Mendes. O livro didático como objeto e fonte de pesquisa histórica e educacional. **Revista Semina**, Londrina, v. 10, p. 1-16, 2º semestre/2011. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/4387/2892>. Acesso em: 17 out. 2024.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova educação patrimonial. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, RJ, v. 8, n. 48, p. 5-16, jan/mar, 2017. Disponível em: <https://research.amanote.com/publication/-owb03MBKQvf0Bhi-rXY/desafios-para-uma-nova-educao-patrimonial>. Acesso em: 18 out. 2023.

_____. **Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema**. In: Átila Bezerra Tolentino. (Org.). **Educação Patrimonial. Reflexões e práticas**. 1ed., 2012, v. 1, p. 30-37. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialReflexoesEPra_ticas_ct1_m.pdf. Acesso em: 29 abr. 2024.

_____. **Para repensar a Educação Patrimonial**. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S (Org.). **Cadernos do patrimônio cultural**. v. 1. Fortaleza, CE: Secultfor: IPHAN, 2015. p. 193-206. Disponível em: http://cmsportal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll.pdf. Acesso em: 17 out. 2023.

SOUZA, Leandro José do Nascimento. **A ocupação humana na porção oriental da bacia sedimentar do Araripe, Cariri cearense**: um estudo geoarqueológico dos Sítios Baixa do Jardim, Antônio Gomes e Caboclinho. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

SILVA, Maria Lúcia Alves Teixeira. Ensino de História: metodologias ativas e aprendizagem significativa. **Informação em cultura**, Mossoró, v.3, n.2, p. 27-43, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/ric/article/view/8573>. Acesso em: 18 abr. 2024.

SILVA, Roberto Airon. **Os registros rupestres do Ceará**: as contribuições de viajantes, eruditos, historiadores e etnólogos. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

SILVA, Jeferson Rodrigo da. Livro didático como documento histórico: possibilidades, questões e limites de abordagem. **Revista de Teoria da História**, Universidade Federal de Goiás, ano 2, nº 5, p. 177-197, junho, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/28966/16137>. Acesso em: 17 out. 2024.

STUDART FILHO, Carlos. **Aborígenes do Ceará**. Fortaleza, CE: Editora Instituto do Ceará, 1965. Disponível em: Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai: <http://www.etnolinguistica.org/user:rnicolai/p/1#toc0>. Acesso em: 12 set. 2023.

SOUZA, Juliana Alves de; SAMPAIO, Maria Clara Sales Carneiro. Contribuições da arqueologia amazônica para o ensino de História. **III Encontro de pós-graduação (PROPIT UNIFESSPA)**; maio 2018. Disponível em: https://epg.unifesspa.edu.br/images/Artigos/EPG_2018/Juliana-Alves-de-Souza--1.pdf. Acesso em: vinte e seis jun. 2022.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo e; RAMOS, Francisco Regis Lopes.; RIOS, Kênia Sousa. (Orgs.). **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza, CE: Biblioteca Básica Cearense, 2011.

SILVEIRA, Evanuel Marques da; COSTA, Gilmar Pereira da. **A Pré-História do Seridó no ensino básico público**. In: VASQUES, Márcia Severina; MILLER, Francisca. **Arqueologia do Rio Grande do Norte**: balanços e perspectivas (Org.). Natal, RN: Edufrn, 2021. Cap. 8, p. 231-245. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br>. Acesso em: 20 out. 2023.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da.; BEZERRA, Márcia. “Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas”. In: LIMA FILHO, Manuel F. *et al* (orgs.). **Antropologia e**

Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007, p.81-97.

TAUNAY, Afonso d'Escragno. **A guerra dos bárbaros**. São Paulo, SP: Departamento de Cultura, 1936. (Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai). P&B. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:taunay-1936-guerra>. Acesso em: 30 jul. 2024.

THIEL, Adriano Marcelo; AHLERT, Alvor. A educação ambiental pandisciplinar: um enfoque nos livros didáticos, **Unoesc & Ciência – ACHS**, Joaçaba, v.10, n. 1, p. 15-20, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/achs/article/view/18848/12332>. Acesso em: 16 out. 2024.

URBAN, Greg. A História da cultura brasileira segundo as línguas nativas. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1992, p. 87-102.

VILHENA, Luiz dos Santos. Carta XIX: sobre as minas de ouro dos Cariris Novos. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**. Fortaleza, CE, Tomo XXI, ano XXI, p. 149-181, 1907. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Revapresentacao/RevPorAnoHTML/1907indice.html>. Acesso em: 16 ago. 2023.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. **Olhares da História: Brasil e mundo**. v. 1. São Paulo, SP: Scipione, 2017.

VALLE, Raoni Bernardo Maranhão. **Gravuras pré-históricas da Área Arqueológica do Seridó potiguar/paraibano**: um estudo técnico e cenográfico. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7803?locale=es>. Acesso em: 21 set. 2023.

VERAS, Marcia Neves. **Características geoambientais do município de Jaguaribe – CE e suas implicações nos processos de degradação ambiental**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, 2008.

VIANA, Verônica Pontes. **Dinâmicas culturais e ambientais na praia de Jericoacoara, Jijoca de Jericoacoara, Ceará – Brasil**. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2018.

VYGOTSKY, Lev. **Formação social da mente**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1999.

WHITFIELD, J. Rock inscriptions in Brazil. **The Journal of the Anthropological Institute of Great Britain and Ireland**. London, v. 3, p. 114 -115, 1874. Disponível em: <https://journals.scholarsportal.info/browse/09595295/v3inone>. Acesso em: 05 ago 2024.